

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HENRIK JOHAN D'ALENÇON KARLHOLM

**A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA SUÉCIA: UM CASO DE
DESENVOLVIMENTISMO?**

Porto Alegre

2023

HENRIK JOHAN D'ALENÇON KARLHOLM

**A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA SUÉCIA: UM CASO DE
DESENVOLVIMENTISMO?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Karlholm, Henrik Johan D'Alençon
A Trajetória Econômica da Suécia: Um Caso de
Desenvolvimentismo? / Henrik Johan D'Alençon Karlholm.
-- 2023.
124 f.
Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Desenvolvimentismo. 2. Suécia. 3.
Social-Democracia. 4. Estado de bem-estar social. I.
Fonseca, Pedro Cezar Dutra, orient. II. Título.

HENRIK JOHAN D'ALENÇON KARLHOLM

**A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA SUÉCIA: UM CASO DE
DESENVOLVIMENTISMO?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 21 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues

UFRGS

AGRADECIMENTOS

A trajetória do trabalho de conclusão de curso não é limitada apenas ao seu ano de redação, e vale se dizer que ela precede até mesmo a graduação. Na dissertação, colhemos os frutos da pesquisa – ainda que ela esteja entrelaçada à escrita até o último momento – podendo muitas vezes se tornar um processo individual e solitário. Apesar desta afirmação ainda se manter verdadeira, tenho sorte de poder ter contado com um contexto que me permitiu alcançar este objetivo sem maiores dores, pois nossas conquistas acadêmicas e profissionais são só recortes pequenos de uma vida maior.

Agradeço aos meus pais, que sempre me incentivaram de forma segura, me permitindo imaginar e sonhar, não me preocupando em me tornar o melhor, sempre me fornecendo espaço e acolhimento para errar. Obrigado aos meus queridos amigos, que estão sempre por perto apesar de qualquer distância, pela companhia e horas a serem lembradas nas ruas de Porto Alegre e além. Lembro a eles de estarem tranquilos, pois um propósito como este foi alcançado em meio a tanta leveza que vivemos em conjunto. Finalmente, agradeço ao meu orientador, por – desde a iniciação científica até a conclusão do curso – sempre fomentar meu interesse e crença na pesquisa e no rigor científico.

“A necessidade de raciocinar e escolher não pode ser entregue simplesmente à observação da história, e esse ponto está relacionado à afirmação mais geral, que eu já defendi em outros lugares, de que, embora não possamos viver sem história, também não precisamos viver somente dentro dela.”

(Amartya Sen, 2005)

RESUMO

A Suécia apresentou, historicamente, trajetória de desenvolvimento bastante peculiar: embora não tenha chegado a ser uma das grandes potências da Europa, logrou forte industrialização e construção de um estado de bem-estar social avançado. O presente trabalho tem como objetivo principal investigar se a Suécia, na sua trajetória de superação de atraso econômico, pode ser considerada um caso de desenvolvimentismo. Embora este seja usualmente conhecido como um fenômeno latino-americano e, mais recentemente, asiático, a hipótese é que a industrialização retardatária sueca e a reversão de seus indicadores sociais foram impulsionadas por políticas intervencionistas, aos moldes do que hoje se entende por desenvolvimentismo. Utilizando metodologia de construção do núcleo comum de conceitos a partir dos atributos principais que os constituem, concluímos que o processo de industrialização sueco, ocorrido entre 1870 e 1919 – período identificado através da análise histórica e da literatura – adere aos principais atributos do desenvolvimentismo, sem ferir a robustez deste. Ademais, constatamos que a Suécia teve uma experiência singular no sentido de conseguir unir políticas voltadas à superação do atraso econômico da nação em conjunto a medidas redistributivas típicas da Social-Democracia.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Suécia. Social-Democracia. Estado de bem-estar social.

ABSTRACT

Sweden has historically presented a quite peculiar development trajectory: although it did not become one of the great powers of Europe, it achieved strong industrialization and the establishment of an advanced welfare state. The main objective of this study is to investigate whether Sweden, in its path of overcoming economic backwardness, can be considered a case of developmentalism. Although this is typically known as a Latin American and more recently, Asian phenomenon, the hypothesis is that Sweden's delayed industrialization and the reversal of its social indicators were driven by interventionist policies, following the principles of what is now understood as developmentalism. Using a methodology that constructs the common core of concepts based on their main attributes, we conclude that Sweden's process of industrialization between 1870 and 1919 – a period which was identified through historical and literary analysis – adheres to the main attributes of developmentalism without compromising its robustness. Furthermore, it is observed that Sweden had a unique experience in successfully combining policies aimed at overcoming the nation's economic backwardness with redistributive measures typical of Social Democracy.

Keywords: Developmentalism. Sweden. Social-Democracy. Welfare state.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Núcleo comum principal do conceito de desenvolvimentismo	21
Figura 2 - Desenvolvimentismo: extensão e intensão do conceito.....	22
Figura 3 - Extensão versus intensão	23
Figura 4 - Modelo do “Corredor Estreito” de Acemoglu e Robinson (2019)	80
Figura 5 - Meios e objetivos do plano Rehn-Meidner.....	92
Figura 6 - Extensão versus intensão do desenvolvimentismo	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Importações e reexportações de artigos da CSIO em % de valor adicionado do PIB da Suécia, 1739-1785	31
Gráfico 2 - PIB per capita sueco em dólares de 1990 e tendência de crescimento em %, 1620-1840	34
Gráfico 3 - Estimções do produto agrícola da Suécia, com linha de tendência (em hectolitros por fazenda, escala logarítmica), 1702-1864	43
Gráfico 4 - Contribuição das escolas primárias para o PIB da Suécia (a preços correntes) e custo por aluno, em mil coroas a preços constantes de 1910/12, média móvel centrada de cinco anos, 1867-1995	57
Gráfico 5 - Crescimento anual de produtividade por setores da indústria sueca em 1867-1895 e 1896-192 (em %)	62
Gráfico 6 - Evolução da participação de indústrias como porcentagem do PIB da Suécia entre 1869 e 1912	64
Gráfico 7 - Evolução do PIB per capita da Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido, 1850-1900 (a preços em dólar de 2011)	65
Gráfico 8 - Diferença entre crescimento salarial e crescimento do PIB sueco, 1806-1906	66
Gráfico 9 - Participação dos setores de Agricultura e Manufatura no PIB sueco, 1865-1910	70
Gráfico 10 - Distribuição de renda do estado de bem-estar social universal em termos de impostos proporcionais e benefícios flat-rate com a renda bruta	82
Gráfico 11 - Evolução do PIB per capita da Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido, 1850-1970 (a preços em dólar de 2011)	87
Gráfico 12 - Evolução de impostos indiretos e diretos como percentual da carga tributária da Suécia, 1900-1970	88
Gráfico 13 - Evolução de impostos indiretos e diretos como percentual da carga tributária da Suécia, 1900-1970	88
Gráfico 14 - Composição de emprego na Suécia, 1945-1975 (em %)	90
Gráfico 15 - Evolução do PIB per capita real na Suécia, Estados Unidos e EU-15 (Base 100 = EUA 1970)	91

Gráfico 16 - Evolução do PIB per capita da Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido, 1850-1970 (a preços em dólar de 2011); com Suécia destacada em azul 100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo de teste do conceito de desenvolvimentismo para a Suécia (1856-1919)... 108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de crescimento anual por setor industrial na Suécia, 1867/69-1912	63
Tabela 2 - Resultados do aumento de 1% no <i>wage share</i> sobre produtividade na Suécia, Dinamarca e Noruega	95
Tabela 3 - Resultados do aumento de 1% sobre variáveis de demanda na Suécia, Dinamarca e Noruega	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe
CSIO	Companhia Sueca das Índias Orientais
END	Escritório Nacional de Dívida da Suécia
LO	Confederação dos Sindicatos da Suécia
PIB	Produto Interno Bruto
SAF	Confederação dos Empregadores da Suécia
SAP	Partido Social-Democrata da Suécia
SEB	<i>Stockholms Enskilda Banken e Skandinavksa Enskilda Banken</i>
R-M	Rehn-Meidner

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	METODOLOGIA	24
3	SUÉCIA PRÉ-INDUSTRIAL	27
3.1	A “ERA DA LIBERDADE” (1721-1772).....	27
3.1.1	Economia na “Era da Liberdade”	29
3.1.2	Pensamento econômico na “Era da Liberdade”	34
3.2	O BREVE RETORNO DO ABSOLUTISMO (1773-1818).....	37
3.2.1	Economia em tempos de absolutismo	39
3.2.2	Pensamento econômico em tempos de absolutismo	44
3.3	O FIM DA ERA PRÉ-INDUSTRIAL (1819-1869)	46
3.3.1	Economia pré-industrial	47
3.3.2	Pensamento econômico pré-industrial	54
3.3.3	Educação	55
4	SUÉCIA EM DESENVOLVIMENTO	59
4.1	TRANSFORMAÇÃO NACIONAL (1870-1938)	60
4.1.1	O papel do setor financeiro	70
4.1.2	Os economistas da Suécia industrial	72
4.1.3	Formação da Social-Democracia	79
4.2	O MODELO SUECO (1939-1970).....	86
4.2.1	O plano Rehn-Meidner	92
4.2.2	A Escola de Estocolmo	96
5	RESULTADOS	99
5.1	SUBDESENVOLVIMENTO EM DESENVOLVIMENTISMO.....	109
6	CONCLUSÃO	112
	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

É de longa data que nos indagamos sobre o sucesso de certas trajetórias econômicas, muitas vezes sob a perspectiva do nosso próprio atraso. De forma análoga ao título de palestra do historiador econômico David Landes publicada em 1990: “Por que somos tão ricos e eles tão pobres?”, residentes de países subdesenvolvidos ou emergentes certamente já se perguntaram por que o poder de compra de suas famílias não é o mesmo do que residentes de países de regiões ricas como a Europa.

Não é incomum que o remédio receitado para países do Terceiro Mundo seja, então, a replicação de certas medidas ou regras econômicas aplicadas em países já desenvolvidos. Em *Atraso Econômico em Perspectiva Histórica*, Gerschenkron (1961) apresenta que países atrasados em relação a vizinhos mais avançados tendem a aproveitar crescimento econômico acelerado assim que conseguissem satisfazer ou substituir de forma original alguns pré-requisitos para o início do desenvolvimento. As condições históricas do atraso condicionariam a maneira pelo qual esses pré-requisitos seriam ultrapassados, podendo tomar a forma de intervencionismo estatal em certos setores da economia para propulsionar o progresso, como nas experiências do desenvolvimentismo, que, como veremos a seguir, teve sua gênese como ideologia econômica a partir do mesmo tipo de questionamento do parágrafo anterior.

O problema de pesquisa deste trabalho refere-se à questão se houve ou não desenvolvimentismo na Suécia. A pergunta pode parecer estranha, pois o desenvolvimentismo é uma política econômica normalmente associada aos países latino-americanos no século XX, principalmente a partir da Grande Depressão dos anos 1930, e, mais recentemente, aos “Tigres Asiáticos”. Estender tal conceito para um país europeu poderia soar como uma ousadia teórica ou, talvez, heresia.

Todavia, descartar *a limine* a possibilidade de discutir e de investigar a existência de um possível “desenvolvimentismo sueco” poderia também subentender outra suposição discutível: a de que o país sempre foi rico e com destacado padrão de vida de seus habitantes - o que este trabalho pretende mostrar que não é verdade. Se tivermos presente o famoso manifesto de Prebisch de 1949 – intitulado *Estudio Económico de América Latina*, (CEPAL, 1949) – o desenvolvimento econômico está associado à propagação desigual do progresso técnico a partir da Revolução Industrial, o que firmou a existência de uma divisão internacional do trabalho, na

linguagem cepalina, entre países “centrais” (os pioneiros na industrialização) e os “periféricos”. Segundo Cardoso de Mello (1982, p. 20), “a problemática cepalina é a problemática de industrialização nacional a partir de uma “situação periférica”. E, recorrendo ao “Estudio”, lembra que este associava a situação “periférica” à ausência de indústria, ou ao atraso na industrialização, ao afirmar taxativamente: “A indústria traz em si um elemento dinâmico que a produção primária não possui em grau comparável” (MELLO, 1982).

Embora se possa concordar com a razoabilidade da afirmação de que a Suécia não possa ser denominado, em algum período, como país subdesenvolvido (aos moldes dos latino-americanos e africanos, por exemplo), também não se pode negar que, dentro do contexto europeu, ela foi por muito tempo um país periférico, no sentido empregado por Prebisch e Cardoso de Mello. Lembramos, neste sentido, que teve industrialização tardia, o que lhe configurou, por longo tempo, um atraso bastante significativo com relação aos países líderes da Europa, como Inglaterra, França e Países Baixos, além de outros continentes, como Estados Unidos e Japão.

A relutância em estender a condição periférica para certos países europeus deve-se, pelo menos em parte, a considerá-los com forte homogeneidade, quando, na verdade, trata-se de continente bastante diversificado, com países em diferentes graus de desenvolvimento e industrialização (basta lembrar, ao longo do século XX, Albânia, Grécia e Portugal, por exemplo). Ademais, parte-se do pressuposto de que países como a Suécia têm o grau de desenvolvimento e indicadores sociais semelhantes aos de hoje, mesmo considerando-se como padrão de comparação os outros países da Europa em diferentes períodos históricos. Esse tipo de interpretação parece subentender que o desenvolvimento, a industrialização e a distribuição de renda mais igualitária sejam variáveis que independem da História e das instituições, ou de políticas que foram formuladas e executadas com o propósito deliberado de reverter um *status quo* que era seu oposto. Ou seja: ao considerar-se que é lícito indagar se houve algum período da história sueca no qual se pode falar de semelhança, pelo menos formal, com o que se entende por desenvolvimentismo (como será definido adiante com mais precisão), está-se admitindo que tal padrão econômico e social hoje verificado não foi “espontâneo” nem mera decorrência da “lógica do mercado”, mas dependeu de medidas interventoras por parte de governos, sob pressão de segmentos sociais favoráveis e contrários, ou seja, de um processo que também foi político.

A categorização de um país sob o guarda-chuva do termo “subdesenvolvido” pode ser entendida superficialmente como uma análise de certos indicadores sociais como o PIB *per capita*, índice de Gini e o IDH. Anterior às contribuições do pensamento cepalino na década de 1950, a constatação que permeava discussões acadêmicas e políticas na América Latina sobre o não funcionamento ou fracasso parcial de leis de mercado propulsoras do progresso tidas como universais no *mainstream* econômico dava a entender que existia uma condição de “não-desenvolvimento”. Ou seja, a pobreza dos países periféricos não poderia apenas ser associada à natureza de crises cíclicas, mas à ausência de progressividade. Inicialmente, esse não-desenvolvimento era entendido como um “atraso” econômico em relação aos países centrais (FONSECA, 2015).

O termo “atraso” implica uma noção genérica de pobreza, ou seja, o Brasil hoje pode ser visto como atrasado em relação à produtividade e padrão de vida dos Estados Unidos, assim como existem países relativamente mais atrasados do que o Brasil. Nesse caso, podemos então nos referir à obra de Gerschenkron, que estudava substancialmente as relações de atraso entre as nações da Europa (GERSCHENKRON, 1962). Destarte, nesse ambiente, existem diferentes graus de desenvolvimento ou etapas a serem superadas por uma nação até chegar em um patamar análogo aos países ricos. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado (1961) apresentou a teoria de que o subdesenvolvimento, substituindo a noção anterior de atraso ou “não-desenvolvimento”, seria então manifestação específica da expansão do capitalismo, que, a partir da difusão desigual do progresso técnico, trouxe a existência de estruturas subdesenvolvidas. A teoria defende que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento fazem parte do mesmo processo, ou seja, não se trata de mera etapa pela qual todos países ricos passaram e superaram, mas sim uma condição histórica específica. A ideia de que esta pode ser superada através da vontade e determinação de uma nação compõe peça fundamental do conceito de desenvolvimentismo.

Este trabalho propõe contribuir principalmente em duas frentes: na compreensão das variáveis importantes para o desenvolvimento de uma das nações mais ricas e que conta com um dos melhores padrões de vida da atualidade, assim como ao rigor metodológico do conceito teórico-econômico de desenvolvimentismo através do teste de uma “nação-candidata”, referindo-se principalmente ao trabalho de Fonseca (2015) sobre a formalização do núcleo comum do conceito.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com o conteúdo exposto na introdução, o presente trabalho tem o intuito de identificar se a trajetória de desenvolvimento econômico e superação do atraso relativo vivenciada na Suécia pode ser abarcada dentro do conceito de desenvolvimentismo. Apresentamos aqui as experiências históricas de nações e governos consensualmente compreendidos como desenvolvimentistas na literatura e características essenciais ao conceito e aos atributos que compõem seu núcleo duro conforme demonstrados em Fonseca (2015).

Bresser-Pereira (2019) argumenta que todas as revoluções industriais já vivenciadas na história aconteceram dentro da configuração de estados desenvolvimentistas. O autor expande seu raciocínio separando diferentes trajetórias dentro de distintos modelos de Estados desenvolvimentistas:

- a) Modelo central original: Países que contavam com uma elite agrária sofisticada e estavam entre os primeiros a se industrializar na Europa, como a Inglaterra, a França e a Bélgica.
- b) Modelo central tardio: Países que contavam com uma elite agrária sofisticada, mas que tiveram sua industrialização na segunda metade do século XIX, no caso da Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Suécia.
- c) Modelo periférico independente: Países que precisaram se libertar do imperialismo industrial das nações do modelo central, em quais as elites foram nacionalistas do ponto de vista econômico, como no caso da Coreia do Sul, China e Índia, por exemplo.
- d) Modelo periférico nacional-dependente: Países que precisaram se libertar do imperialismo industrial das nações do modelo central, em quais as elites foram ambíguas ou contraditórias em relação à dependência ou independência das elites de países centrais, como no caso da Argentina, Brasil e México.

Ianoni (2014) trabalha na descrição de características essenciais para identificar Estados desenvolvimentistas, apresentando exemplos de nações como o Japão e Coreia do Sul. Dentre estas, destaca a importância da política industrial, do uso da burocracia pública e a autonomia relativa do Estado. Diferencia o Estado desenvolvimentista do Estado regulador, utilizando o Japão e Estados Unidos respectivamente como exemplos. Nessa lógica, o Estado

desenvolvimentista atua ativamente na economia na busca do crescimento econômico, e em alguns casos na redução da pobreza. O Estado regulador, por sua vez, opera superficialmente na manutenção da lógica de mercado somente, como foi o estilo de desenvolvimento dos Estados Unidos, sem estabelecimento de metas ou planejamento sobre a indústria. Seu estudo ainda diferencia o Estado desenvolvimentista, que seria equivalente a uma economia planejada, de uma economia de “comando” como a União Soviética. Embora o trabalho de Bresser-Pereira aborde o desenvolvimento da Suécia, uma análise sobre um possível Estado desenvolvimentista sueco mais aprofundado foge do escopo das pesquisas de ambos os autores.

Existe uma distinção entre “desenvolvimentismo” e “Estado desenvolvimentista” que vai além puramente da semântica, visto que temos ainda o desenvolvimentismo como linha de pensamento econômico. Bielschowsky (2004) define as origens do desenvolvimentismo no Brasil como sendo o período 1930-45, sobretudo através de dois pilares básicos. Primeiro, o desenvolvimentismo surge no setor privado pela influência de Roberto Simonsen, comunicando através de entidades representativas da indústria a estratégia de industrialização planejada. Já o segundo pilar surgiria no setor público, a partir do Estado Novo em 1930, com um número de agências sendo criadas para abranger questões do desenvolvimento nacional. Aí se distingue dois tipos diferentes de desenvolvimentismo na literatura, o desenvolvimentismo do setor privado e o do setor público.

Bielschowsky (2004) define Simonsen como o grande ideólogo do desenvolvimentismo. O autor reúne ainda alguns dos elementos que faziam parte do pensamento de Simonsen e que também viriam a compor a ideologia desenvolvimentista no Brasil como um todo: a industrialização como forma de superação da pobreza e apoio e intervenção governamental no projeto de industrialização, não somente como um incentivador indireto, mas atuando em investimentos diretos na produção. Sobre o desenvolvimentismo no setor público, distingue duas vertentes: o desenvolvimentismo do setor público nacionalista e o não nacionalista. A diferença entre os dois dava-se sobretudo pela aceitação ou não do capital estrangeiro como contribuição importante ao desenvolvimento do país.

O ceticismo com a presença do capital estrangeiro relaciona-se com uma característica que viria a dominar a ideologia desenvolvimentista: o nacionalismo (ainda que a aceitação do capital estrangeiro não seja um atributo conflitante com o desenvolvimentismo). Salomão (2017) busca resgatar as origens do desenvolvimentismo no Brasil, atribuindo ao período de 1870 como

propício para a efervescência de ideias que levou a geração de pensadores da década de 1870 – ao final do Império e início da República – a projetarem um futuro e novo modelo de desenvolvimento. Fonseca e Salomão (2017) contribuem a esse estudo, investigando a combinação do nacionalismo com a defesa da industrialização, mesmo com a alegada vocação agrária do Brasil. É notada ainda a influência do positivismo de Augusto Comte na criação de um ideário nacional de “progresso”, que acreditava na inevitabilidade da atuação humana na evolução histórica. Os autores notam a influência dessa filosofia no tipo de linguagem utilizado em passagens de discursos de Vargas, como no uso da palavra “marcha”, indicando a ideia de que a superação do atraso viria a partir da ação planejada e deliberada do Estado.

Fonseca (2015) apresenta um estudo sobre o conceito de desenvolvimentismo, reunindo contribuições de diversos autores sobre os atributos associados e experiências históricas pelas quais comumente se utiliza o termo para caracterizá-las. Através de sua pesquisa bibliográfica, Fonseca chega ao que chama do núcleo comum principal do conceito de desenvolvimentismo, reunido três variáveis:

- 1) A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
- 2) A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.
- 3) A industrialização como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário. (FONSECA, 2015, p. 21)

Anteriormente, referimo-nos a Ianoni (2014), cujo trabalho contribuiu para a distinção dos Estados desenvolvimentistas, regulatórios e das economias de comando. Essas economias de comando seriam representadas por nações como a União Soviética, distintas do Estado desenvolvimentista. Bielschowsky (2004) também remonta ao socialismo como uma experiência distinta dos moldes de desenvolvimentismo (tanto do setor privado quanto do setor público) que se observou no Brasil. Fonseca (2015) conclui que o desenvolvimentismo e socialismo são não correspondentes, e o primeiro está intrinsecamente ligado à manutenção de mecanismos e instituições capitalistas. Ainda que o desenvolvimentismo possa optar por políticas protecionistas, por exemplo, isso não significa rompimento com o sistema de livre-mercado e nem tanto da supressão da iniciativa privada.

Podemos visualizar o núcleo comum do conceito formalizado em Fonseca (2015) como tal:

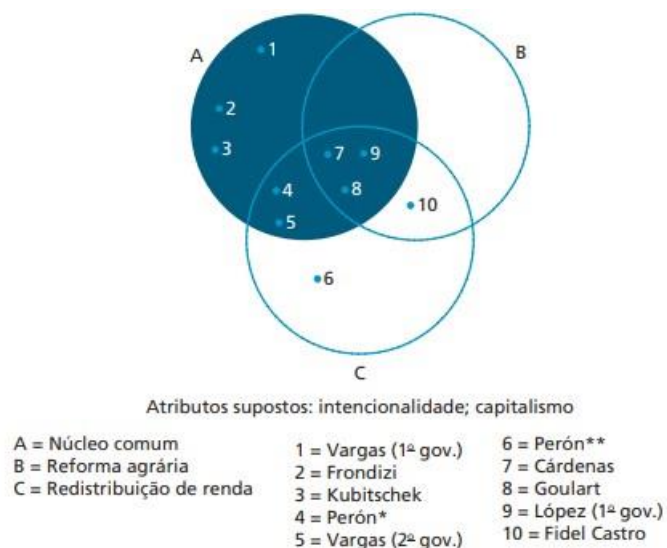
Figura 1 - Núcleo comum principal do conceito de desenvolvimentismo



Fonte: Fonseca (2015, p. 21)

Isso significa que, para determinada trajetória de Estado possa ser considerada desenvolvimentista, ela necessariamente precisa aderir a essas variáveis simultaneamente, assim como os atributos supostos, na intersecção das três variáveis. Isso não significa que atributos adicionais não podem ser associados ao desenvolvimentismo, como distribuição de renda, reforma agrária, etc. Na terminologia de Giovanni Sartori, a atualização do conceito ou o movimento deste para abranger novos casos, sem que se perca seu poder explicativo, constitui a “viagem” ou *traveling* dos conceitos. Contudo, a adição de atributos pode levar ao efeito indesejado da distorção do conceito para abranger casos novos, o “alargamento” ou *stretching* de ideia, como no caso da necessidade de relaxamento de algumas das hipóteses ou variáveis que compõem o núcleo comum (SARTORI *apud* FONSECA, 2015)¹. Podemos visualizar essa ideia na Figura 2.

¹ SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. *American Political Science Review*, n. 64, p. 1.033-1.053, 1970.

Figura 2 - Desenvolvimentismo: extensão e intensão do conceito²

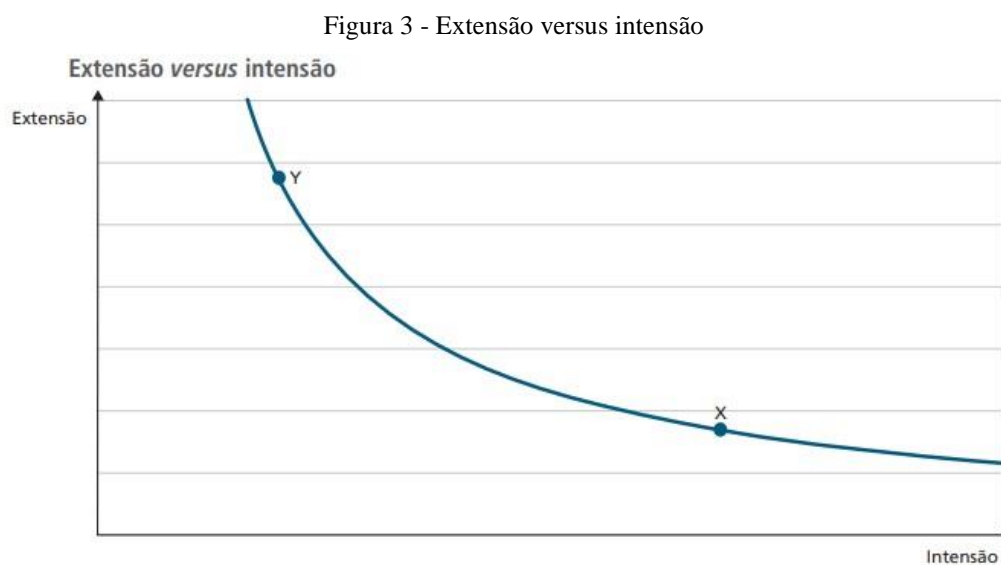
Fonte: Fonseca (2015, p. 45)

Na figura acima, podemos visualizar que o círculo A corresponde ao núcleo comum do conceito apresentado anteriormente, enquanto o círculo B e C são novos atributos ou características de supostos governos desenvolvimentistas, nesse caso reforma agrária e redistribuição de renda. Podemos ver que o exemplo do governo de João Goulart (8) na década de 1960 se estabelece na intersecção dos três círculos, ou seja, apresentou tanto atributos essenciais pertencentes ao conceito de desenvolvimentismo assim como propostas de reforma agrária e redistribuição de renda. Já o 2º governo de Vargas (5) nos anos 1950 encontra-se na intersecção do círculo A e C, ou seja, acrescentando ao desenvolvimentismo somente o atributo de redistribuição de renda. Esses dois casos estudados não alargam o domínio do conceito, pois estão ainda circunscritos ao núcleo comum, ou seja, não se perde intensão. Já Fidel Castro (10) encontra-se fora do círculo A, na intersecção de B e C somente. Isso se dá pelo fato de que a experiência cubana não se manteve dentro da configuração capitalista. Para incluir o caso cubano dentro do núcleo comum do conceito de desenvolvimentismo seria necessário o relaxamento da

² A configuração do núcleo comum e os atributos disposta na figura segue uma das metodologias de definição do núcleo de conceitos apresentadas por Giovanni Sartori. O conceito por *acumulação* intui que o núcleo é formado por necessariamente por todos os atributos associados a ele, o que pode levar a uma intersecção muito estreita, ou seja, intensão demasiada. Já o conceito por *adição* assume que só é necessário que um caso adere a apenas um dos atributos associados, usando o conetivo lógico “ou”, gerando um conceito que pode ganhar demasiadamente em extensão. No caso dessa pesquisa, utiliza-se o conceito clássico ou por *redefinição*, que almeja atingir um núcleo comum com atributos *principais* do conceito, e não necessariamente todos (FONSECA, 2015).

hipótese da não ocorrência de socialismo, consistindo numa perda de intensão em prol do aumento da extensão, uma ocorrência do referido alargamento do conceito.

Dependendo do caso estudado, podemos, portanto, observar um *trade-off* entre extensão e intensão, numa “escada de generalidade”, que lembra no léxico da Economia uma curva de indiferença (FONSECA, 2015). Um aumento do escopo da pesquisa ou o aumento da extensão do conceito leva à diminuição da intensão, e de forma inversa, a maior especificidade ou intensão de conceito leva a uma extensão limitada. Podemos visualizar essa relação na figura a seguir, observando então esses efeitos no deslocamento do conceito em direção aos pontos X e Y dentro dessa curva.



Fonte: Fonseca (2015, p. 11)

Voltaremos à essa figura na digressão sobre os resultados da pesquisa. Na revisão da conceituação de desenvolvimentismo, ainda não abordamos uma de suas hipóteses implícitas, que é o projeto desenvolvimentista como estratégia de superação do subdesenvolvimento. Já exploramos diferentes interpretações de subdesenvolvimento na introdução do trabalho, tanto como um atraso relativo aos países ricos centrais, assim como a teoria cepalina de subdesenvolvimento como uma condição histórica específica da expansão dos países capitalistas e a difusão desigual do progresso técnico no mundo. O entendimento de Celso Furtado do subdesenvolvimento como fenômeno histórico único, e não uma etapa do desenvolvimento de todos os países, explica a contradição que o autor acredita existir na corrente de

desenvolvimentismo, que buscava de certa forma replicar o desenvolvimento industrial de países ricos. De acordo com Furtado,

O “desenvolvimentismo” é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina. Se não se considera o estruturalismo, a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacionalismo reformista”, embora meu reformismo esteja ligado à ideia de sociedade aberta e que meu ponto de vista seja de que a sociedade brasileira jamais foi aberta em seu setor rural. Esse ponto de vista o expus em minha Pré-revolução brasileira (1961) (FURTADO, 1970, p. 216)

Ainda que Furtado, assim como outros precursores do desenvolvimentismo cepalino, pouco utilizaram do termo em suas obras, a palavra “desenvolvimentismo” começou a ser difundida de forma mais intensa a partir da década de 1970 (FONSECA, 2015), com valores parecidos aos trabalhos de Bielschowsky (2004) e Ianoni (2014) que exploramos anteriormente. A teoria de subdesenvolvimento, conforme postulada por Furtado e a Cepal, trará implicações importantes à conclusão do trabalho, de modo que a revisitaremos adiante.

2.1 METODOLOGIA

Para que o teste do desenvolvimentismo seja realizado, precisamos identificar qual período da história econômica da Suécia será escolhido. Definimos aqui que o desenvolvimentismo corresponde à tentativa deliberada do Estado de superar o subdesenvolvimento, ou pelo menos uma condição de periferia ou pobreza relativa, através de intervenções estatais que teriam como objetivo promover a indústria nacional. Consequentemente, será necessário analisar um período no qual se observa intensificação das forças produtivas e melhoria dos índices econômicos da Suécia e aproximação aos indicadores de países mais avançados. Essa análise pode ser feita a partir de consenso da literatura sobre o começo do processo de industrialização, como também pela análise de séries históricas, no exemplo dos dados do Maddison Project Database (2020).

O núcleo da pesquisa será destinado, portanto, à narrativa da trajetória histórica da Suécia no período moderno e contemporâneo, investigando variáveis importantes para o crescimento do país como: o desenvolvimento das instituições, sociedade e cultura; do estudo da teoria econômica no país; a política nacional; e o contexto macroeconômico de cada período histórico.

Identificado o período mais adequado para a aplicação do teste do conceito de desenvolvimentismo, seguiremos para a resposta das seguintes perguntas (ou hipóteses) formuladas em Fonseca (2015). A verificação de hipótese dá-se de maneira qualitativa, e pretende-se responder as seguintes perguntas sobre as variáveis a serem testadas com relação dicotômica de Sim/Não (ou também S/N).

- 1) Projeto nacional: o governo explicitou a pretensão de um projeto de “superação do atraso” para a nação, ou assumiu-se como ator ou agente relevante para a construção de um futuro desejável para o país?
- 2) Intervenção estatal: o governo manifestou que o crescimento/desenvolvimento econômico era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de pretender utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a implementar seu projeto, como para acelerar o crescimento econômico, mesmo que não tenha logrado êxito?
- 3) Industrialização: o governo manifestou que a industrialização era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de ter pretendido utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a acelerar seu crescimento, mesmo que não tenha logrado êxito?
- 4) Socialismo: o governo manifestou sua opção pelo socialismo e propôs e/ou executou medidas visando extinguir a propriedade privada ou substituir o mecanismo de mercado de formação de preços por planejamento centralizado?
- 5) Capital estrangeiro: o governo manifestou que a entrada de capital estrangeiro era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de ter pretendido utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a atrair capital estrangeiro como estratégia?
- 6) Burocracia: o governo valeu-se de burocracia estatal como agente relevante para formular e/ou executar seu projeto?
- 7) Reforma agrária: o governo manifestou que a reforma agrária era prioridade para viabilizar seu projeto e realizou, ou há evidências de ter pretendido realizar, medidas voltadas para esse propósito, mesmo que não tenha logrado êxito?
- 8) Redistribuição de renda: o governo manifestou que a redistribuição de renda era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de ter pretendido utilizar, instrumentos de política econômica voltados a concretizá-la, por meio de aumento de salários, ou política fiscal, por meio de impostos fortemente progressivos, forma a evidenciar que a redistribuição de renda, mais que proposta para o futuro, foi vista como prioridade imediata para viabilizar seu projeto, mesmo que não tenha logrado êxito?
- 9) Planejamento: o governo elaborou um documento de caráter técnico para expressar seu plano de governo, com setores e metas prioritários, bem como para permitir acompanhamento ao longo de sua execução?
- 10) Banco de desenvolvimento: o governo utilizou-se de banco de desenvolvimento, ou instituição financeira especializada em fomento à produção, para executar seu projeto? (FONSECA, 2015, p. 36).

No trabalho já mencionado de Fonseca (2015), podemos encontrar os resultados do emprego desse teste sobre casos comumente associados a desenvolvimentismo na literatura. Buscaremos aqui utilizar metodologia semelhante.

A cronologia da análise histórica é delimitada pelos anos de 1720 e 1970. O ano de início corresponde ao fim do absolutismo sueco, abalando à condição do país como grande poder militar na Escandinávia, enquanto o ano final corresponde a um período de deterioração do Estado de bem-estar sueco, o qual foi implantado através de sucessivas e significativas reformas na primeira metade do século XX consequentes da emancipação econômica da Suécia ao final do século anterior. O ano de 1970 corresponde também como os 100 anos do marco histórico do início da industrialização, conforme indicado pela literatura de história econômica da Suécia mencionada posteriormente.

A investigação de uma cronologia extensa torna-se necessária e relevante não somente para a identificação do período-teste mais adequado, mas para a contextualização de possíveis variáveis relevantes para o desenvolvimento a longo prazo da economia, de forma análoga aos “pré-requisitos” descritos em Gerschenkron (1962). A investigação de variáveis de poder explicativo potencialmente alto para o desenvolvimento da Suécia, que porventura não correspondam ao período escolhido como teste, pretende também reduzir o risco de um “viés de seleção” nos resultados encontrados.

3 SUÉCIA PRÉ-INDUSTRIAL

Para identificar quais foram as pré-condições – termo que surge na obra de Rostow (JÖRBERG, 1965) – para o início da industrialização e do desenvolvimento econômico sueco a partir de 1870, aos moldes do estudo histórico de Alexander Gerschenkron em *Atraso Econômico em Perspectiva Histórica*, o presente capítulo será dividido em três seções, cada uma com suas respectivas subdivisões.

A primeira contemplará o período de 1721 a 1772, uma era de constitucionalismo denominada como “Era da Liberdade” (MAGNUSSON, 2017), posterior à queda do absolutismo após a guerra desastrosa travada contra a Noruega em 1721. A “Era da Liberdade” será seguida pela análise histórica e econômica do breve retorno ao sistema de absolutismo protagonizado pelo golpe de estado do rei Gustaf III em 1772. Finalmente, a terceira subseção apresentará a quebra do absolutismo até o período ligeiramente anterior à aceleração do crescimento econômico e intensificação da transformação industrial no país na segunda metade do século XIX.

A escolha de análise desse período deve-se, pelo menos em parte, à importância de mudanças estruturais ocorridas a partir do século XVIII, assim como o surgimento de figuras-chave para a evolução do ideário de uma elite que teve importante papel no desenvolvimento do país. Dentre as pré-condições para este, destacam-se a formação e oferta de capital, a organização setorial da economia e o contexto político e institucional.

A seção também funcionará como uma forma de explorar as ideologias e o pensamento econômico sueco ao longo das diferentes etapas de formação do Estado sueco contemporâneo. Esse processo político-ideológico será reapresentado no capítulo final na identificação de uma corrente de desenvolvimento própria à Suécia durante sua transformação. Portanto, servirá como um estudo análogo às pesquisas desenvolvidas em Fonseca e Salomão (2017) e Salomão (2017), de investigação da gênese da ideologia desenvolvimentista no Brasil.

3.1 A “ERA DA LIBERDADE” (1721-1772)

Durante o século XVII e até meados do século XVIII, o território da Suécia, incluindo suas delimitações atuais e suas províncias conquistadas como a Finlândia, era comandado por um Estado absolutista. Este foi abalado com a morte do rei Karl XII em uma batalha contra o reino

da Noruega; as forças armadas suecas logo colapsaram e o país encontrou-se militarmente e politicamente exposto. No mesmo período, a Rússia – vizinha próxima do país – aproveitou da instabilidade nacional para atacar suas bordas do leste. Para assegurar a sobrevivência do trono, a sucessora Ulrica Leonor aboliu o regime absolutista em 1720, em favor de parlamentarismo que veio a durar até 1772. Esse período se consagrou na literatura como a “Era da Liberdade”, no qual as lideranças dos Estados – a nobreza, o clero e a alta burguesia – comandaram a assembleia do país, o *Riksdag* (KENT, 2008).

A “Era da Liberdade” foi marcada pela rivalidade entre dois partidos. Arvid Horn foi uma figura importante, ocupando a posição de Presidente da Chancelaria no início do período. Seu partido, apelidado pejorativamente de *Gorros* (*Mössorna* em sueco) por seus adversários, era formado por mercantilistas moderados, em maior parte aristocratas que aspiravam manter a Suécia em posição de neutralidade, fora de conflitos externos. Esses eram fortemente opostos por outro partido denominado *Chapéus* (*Hattarna* em sueco), composto por uma classe de jovens burocratas, militares e comerciantes, com posição mercantilista mais ávida e maior pretensão bélica. Após a votação do *Riksdag* de 1738, Carl Gyllenborg, dos *Chapéus*, tomou a posição de Horn. Seu objetivo principal era recuperar os territórios suecos tomados pela Rússia. Sua liderança foi de curta duração, despedindo-se do cargo em 1743, após frustração em guerra e perda de ainda mais territórios, incluindo a Finlândia, para o Império Russo.

O fracasso militar não foi suficiente para render o poder político de volta para os *Gorros*, e o cenário das próximas décadas seria caracterizado por dominância dos *Chapéus* no parlamento. Apesar do desastroso confronto com a Rússia, rodadas diplomáticas que seguiram a guerra fizeram com que grande parte do território finlandês fosse devolvido à Suécia em troca da inclusão de um aliado russo como herdeiro do trono sueco.

A nova relação amistosa com a Rússia era em parte contraditória com os princípios do partido, que defendiam maior aproximação do país com a França. A crescente interferência russa na política sueca foi fonte de desestabilização do poder dos *Chapéus*, resultando em uma tentativa fracassada de golpe em 1756 por parte dos *Gorros*. As represálias do ato fizeram com que a oposição ficasse isolada e reprimida, dando força para o governo *Chapéu*, que previamente dava sinais de perda de fôlego.

O envolvimento do país na Guerra da Pomerânia, em ato conjunto com a França contra a Prússia, e a resultante desestabilização econômica do país com mais um resultado militar

desastroso criaram condição suficiente para que os *Gorros* finalmente retornassem ao poder após a rodada de 1765/1766 do *Riksdag*.

As reformas dos novos líderes não foram suficientes para tirar o país de sua condição estagnada e de pobreza, e mais uma vez as condições adversas fizeram com que o poder do parlamento caísse de volta nas mãos dos *Chapéus*. Entretanto, o tempo de vida deste governo seria curto, pois, com a morte do rei Adolph Fredrik, as circunstâncias desequilibradas do país condicionaram a dissolução do atual sistema político por um golpe de estado do herdeiro Gustaf III.

3.1.1 Economia na “Era da Liberdade”

A “Era da Liberdade” começou com o fim do absolutismo após a Grande Guerra do Norte com a Noruega. Esse conflito – assim como os demais que seguiriam no restante do século – provou ser desastroso para a economia do país. O término da guerra em 1721 foi acompanhado por alta inflação, que teve como mecanismo de combate a retirada de circulação de dinheiro cunhado durante o período da guerra e sua substituição por notas padronizadas em prata e cobre (BOËTHIUS, 1953). O financiamento da guerra travada contra a Rússia em 1741, através da impressão de notas bancárias, provocou nova onda de inflação. Inicialmente o dinheiro em papel poderia ser trocado por prata, mas em 1745 o padrão foi abolido, momento em que se observa derrocada do valor da moeda. Liderado pelos *Chapéus*, o parlamento agia em favor da nascente indústria, pagando quantias grandes de empréstimos a manufatureiros, aumentando a dívida do país cada vez mais (MIKIVER; WETTERBERG, 2018).

Derrotando seus adversários na década de 1760, os *Gorros* implantaram a restauração do valor da moeda sueca através da apreciação forçada da taxa de câmbio. Isso significou a queda de 72 para 36 de marcos suecos relativos à moeda base de intercâmbio internacional do Banco de Hamburgo (MIKIVER; WETTERBERG, 2018). A tarefa foi gerenciada gradualmente sob o comando do *Riksbanken* – Banco dos Estados – começando oficialmente em fevereiro de 1766 com anúncio ao público. Os anúncios públicos das subseqüentes fixações da taxa de câmbio provocaram um movimento especulativo nacional de apreciação da moeda, gerando uma onda de entesouramento, o que resultou em apreciação mais rápida do que a esperada pelas autoridades. O plano teve como resultado o enfraquecimento da demanda agregada da economia. Portanto, as

tentativas do partido dos *Gorros* em restaurar o valor da moeda abriram caminho para uma crise também severa, dessa vez de caráter deflacionário (WETTERBERG, 2009).

3.1.1.1 Comércio internacional e indústria

A ascensão do capitalismo na Suécia intensificou-se a partir do século XVII, com maior inserção do país na divisão internacional de trabalho, primeiramente através da participação do país nas relações da Liga Hanseática – desde o século XII – então pelos Países Baixos e, em seguida, pela Inglaterra. Ainda que até o século XIX as forças capitalistas do comércio internacional não conseguiram trazer grandes mudanças ao sistema manufatureiro familiar, as novas estruturas trouxeram efeitos indiretos à “protoindústria” que se estabelecia em determinadas regiões do país (MAGNUSSON, 2000).

Uma medida institucional historicamente significativa adotada na primeira metade do século XVIII foi o Ato de Navegação – *Produktplakatet* – promulgado em 1724, moldado sob a figura dos Atos de Navegação da Inglaterra. O ato proibiu todo transporte de carga que não era do próprio país originário do navio cargueiro, ou que não eram transportados em navios cargueiros suecos. A medida protecionista foi adotada primariamente para eliminar o trânsito de navios holandeses e ingleses no país, visto que o sal oriundo de Portugal e de países do Mediterrâneo era transportado via navios cargueiros dos Países Baixos (CARLÉN, 1994). Como os países do sul da Europa não possuíam navios transitando no mar báltico, o monopólio sueco sobre o sal no norte da Europa foi dessa forma consolidado (MÜLLER, 2009).

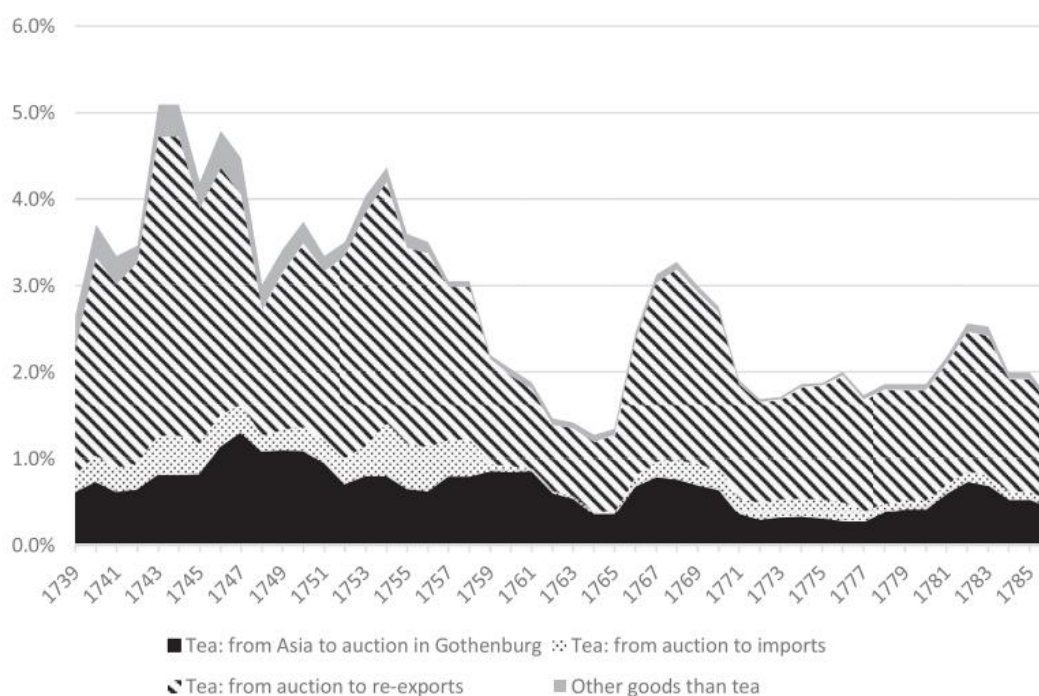
Os efeitos do *Produktplakatet* foram positivos para a indústria naval sueca, estimulada pelo monopólio do sal (CARLÉN, 1994). Entretanto, o intercâmbio comercial do país não foi limitado apenas ao mar báltico. Em 1731, foi fundada a Companhia Sueca das Índias Orientais – abreviada como CSIO – sediada em Gotemburgo, com parceiros de Estocolmo, à qual foi concedido monopólio de todo comércio sueco ao leste do Cabo da Boa Esperança.

Após conflitos comerciais na região da Índia com a Companhia das Índias Orientais da Inglaterra, as atividades da CSIO foram reservadas a Canton na China, o único porto aberto ao comércio estrangeiro (MÜLLER; RÖNNBÄCK, 2022). O principal objetivo da CSIO de importação de bens coloniais chineses e reexportação nos portos do mar báltico seguia princípios mercantilistas comuns ao resto da Europa, um produto de seu tempo (MAGNUSSON, 2000).

A literatura corrente sueca não considera que o comércio da CSIO foi muito relevante para a economia do país, especialmente quando comparada a outras companhias maiores rivais, e mesmo quando comparado ao comércio de produtos de pesca no mar báltico. Na realidade, a CSIO serviu como ferramenta de acumulação de riqueza considerável para seus acionistas. Destaca-se a família Grill que, com a ajuda do capital acumulado nas incursões da Companhia, foi responsável por investimentos importantes na indústria de ferro em Uppsala (KENT, 2008).

Klas Rönnbäck e Leon Müller contrariam a opinião da falta de importância da CSIO na economia sueca, assim como no comércio internacional, a partir de um estudo do valor adicionado na importação e reexportação dos produtos chineses na cadeia de valor global. A Companhia das Índias Orientais da Suécia contribuiu em valor adicionado aproximadamente de 2 a 5% ao PIB do país no período analisado, entre 1739 e 1785, com participação decrescente ao longo das décadas (RÖNNBÄCK, MÜLLER, 2022), conforme no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Importações e reexportações de artigos da CSIO em % de valor adicionado do PIB da Suécia, 1739-1785



Fonte: Rönnbäck, Müller (2022, p. 13).

Durante a maior parte do século XVIII, a Finlândia fazia parte do reino da Suécia, e consequentemente, o cálculo de exportações e importações levava em conta também o comércio da Finlândia, já que fazia parte do território sueco. Durante esse período, ferro e aço proporcionaram cerca de 60% do total de exportação da Suécia-Finlândia entre 1738 e 1805; somente a barra de ferro contabilizou 53%. Outras *commodities* de importância para a Suécia consistiram em: arenque, tábuas de madeira, cobre e latão, alcatrão e resina (EDVINSSON; GAD, 2018). A composição da base de exportação do país, portanto, demonstrava certa especialização, e era menos diversa em comparação às importações, que ainda supriam grande parte da demanda doméstica.

Conforme apontado anteriormente, a maior intensidade do comércio naval no Mar Báltico teve efeitos diretos mais evidentes sobre a indústria naval, com a intensificação do comércio do sal demandando maior suporte à carga. A intensidade em que o *Produktplakatet* auxiliou em fomentar a indústria de ferro é ponto de divergência na literatura. Embora o ato formalizou o monopólio do Báltico efetivamente, autores como Eli Heckscher (1963) assumem que as medidas protecionistas, incluindo um teto sobre a produção de ferro que pretendia aumentar o preço do ferro sueco internacionalmente, resultaram em menor competitividade das exportações suecas (GABEL, 2022).

Em *The Formation of a Country's Leading Industry*, Lina Gabel faz uma análise do impacto do ato de 1724 sobre o valor e volume das exportações de ferro da Suécia ao seu principal parceiro comercial, a Inglaterra. As informações apresentadas a seguir contemplam algumas das contribuições deste trabalho.

Durante o século XVIII e perdurando até 1857, quase todos navios suecos e estrangeiros que passaram pelo porto de Öresund na Dinamarca pagaram um pedágio – chamado *Öresundstolen*, “pedágio do som” – correspondente a 1% do valor de todas *commodities* transportadas nos navios não privilegiados pelo país. Os registros do pedágio são preservados até hoje e serviram como uma *proxy* de aproximação do valor e quantidade de ferro exportado pela Suécia.

O trabalho de Gabel apresenta uma regressão de série temporal sobre a qual controla-se uma quantidade grande de covariadas. Dentre elas destaca-se uma *dummy* para os anos onde o *Produktplakatet* estava ativo, *dummies* para os anos nos quais ocorreram guerras significativas com participação de países da Europa assim como *dummies* separadas para o envolvimento ou

não da Suécia em tais guerras. A variável do Ato de Commodities é significativa ao nível de 10% com um incremento de mais de 4 milhões de quilos de ferro exportados.

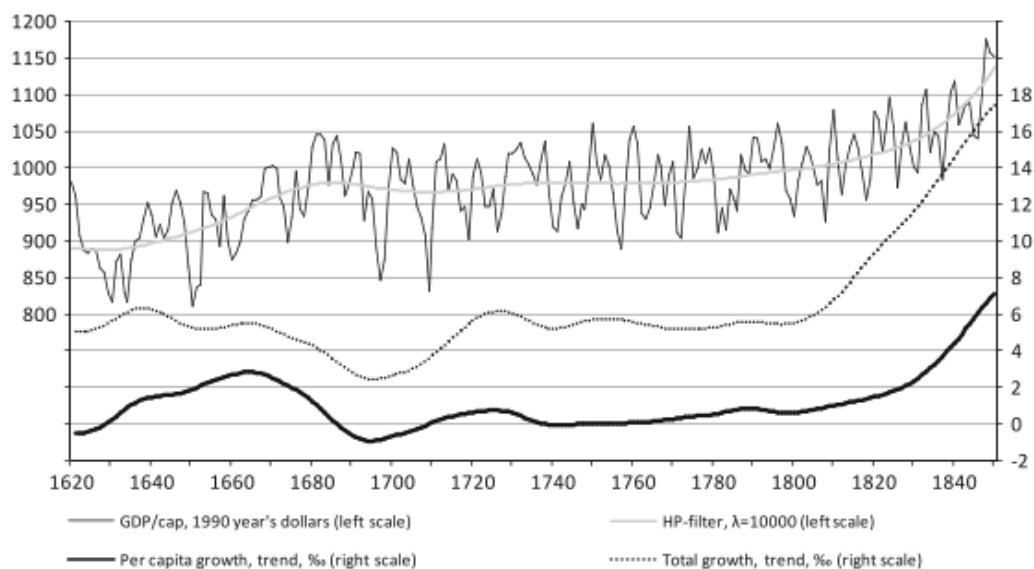
Os resultados encontrados no trabalho não divergem completamente de pesquisas de outros autores, como Edvinsson e Gad, que identificam uma tendência declinante das exportações da Suécia no século XVIII (GABEL, 2022). O aumento da produção e o volume de exportações de ferro durante o período demonstram uma influência significativa plausível do Ato de Commodities em fomentar a indústria de ferro, ainda que em anos posteriores existiu maior intencionalidade em alcançar esse objetivo com a criação do Escritório de Ferro, preconizada pelo economista Anders Nordencrantz (SANDELIN, 2011).

Além do *Produktplakatet* e dos seus impactos sobre a indústria naval e de ferro sueca, o tempo de domínio do partido dos Chapéus na assembleia geral do parlamento trouxe também a aprovação de uma Política de Manufatura no *Riksdag* de 1727/28. Com o envolvimento do Conselho de Comércio, a política instituiu uma taxa de desconto para manufaturas a fim de prover capital de giro para o setor manufatureiro nacional, como uma tentativa de diminuir o déficit da balança comercial (MAGNUSSON, 2000).

A política foi mantida durante as décadas subsequentes, chegando ao seu pico nos anos de 1740. Foi relatado pelo Conselho do Comércio, em 1736, déficit nacional de 2 milhões de *daler* de cobre – moeda utilizada no país no período – com participação de 4 milhões de importação de produtos manufaturados. Na rodada de 1738 do *Riksdag*, foi feita mais uma tentativa de reduzir o déficit: maiores restrições sobre produtos estrangeiros foram impostas e produtos manufaturados domésticos aproveitaram de isenção de impostos de consumo. Além de tarifas e isenção de impostos, prêmios de exportação foram distribuídos ao setor, assim como pagamentos adiantados a mestre-artesões que ensinavam jovens trabalhadores. Eventualmente, com o fim do domínio do partido dos Chapéus no parlamento e a tomada do poder de Gustaf III, cujo reino foi acompanhado com menos políticas de menor regulação, a Política de Manufatura acabou por perder força no final do século XVIII (MAGNUSSON, 2000).

Apesar de aumentos de produção na indústria de ferro e do desenvolvimento de manufaturas, o PIB *per capita* sueco permaneceu estagnado por maior parte do século XVIII, assim como no início do século XIX. A explicação mais aceita para esse fato é a predominância da agricultura, seguindo padrões do resto do continente (EDVINSSON, 2011), conforme no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - PIB per capita sueco em dólares de 1990 e tendência de crescimento em %, 1620-1840



Fonte: Edvinsson (2012, p. 49).

3.1.2 Pensamento econômico na “Era da Liberdade”

Foi no período da “Era da Liberdade” que os estudos econômicos no país foram mais intensamente difundidos, com a criação de departamentos de Economia Política em universidades, contando com o primeiro líder de departamento Anders Berch, que tomou posse na universidade de Uppsala em 1741 (SANDELIN, 2011). A difusão do debate econômico dividiu os círculos acadêmicos em defensores de maior regulação da economia, chamados na literatura de mercantilistas, e defensores de grau maior de liberdade econômica, chamados de “mercantilistas reformistas” (MAGNUSSON, 1992).

A criação do primeiro departamento de estudo de Economia no país não é entendida por alguns autores como um verdadeiro nascimento de uma escola de pensamento econômico no país, sob o entendimento de que a liderança de Anders Berch, do Conselho de Comércio do

partido dos *Chapéus* (LÖNNROTH, 2011), foi instituída a princípio de acordo com os interesses das classes dominantes, a fim de apenas legitimar as práticas e interesses do Estado e da burguesia, como argumenta o historiador Sven-Eric Liedman (KARLSSON, 1989).

Ainda assim, Berch foi importante na disseminação da Aritmética Política, a partir de adaptação e tradução da doutrina de John Graunt e William Petty. Sua tese era parecida ao modelo original de Petty: a condição principal para o bem-estar da nação era uma grande população industrial vivendo em nível de subsistência, sendo necessário analisar estatisticamente todos os aspectos da vida econômica (LÖNNROTH, 2011).

Berch defendia a importância da manutenção de um senso de unidade na sociedade, praticado a partir da regulação do Estado sobre seus cidadãos (KARLSSON, 1989), evitando que estes praticassem qualquer atividade que estivessem infringindo outras atividades produtivas ou causando mal a si mesmos (MAGNUSSON, 2000). A regulação da produção defendida por Berch e seus discípulos tinha como intuito otimizar o produto nacional de acordo com a utilização de mão de obra em diferentes setores. Acreditava-se que a expansão do setor de mineração de ferro limitava a expansão da agricultura, e que seria mais eficiente que a mão de obra camponesa, muitas vezes motivada pela necessidade de renda incremental, não transitasse entre os diferentes setores, reservando-se apenas a uma atividade (KARLSSON, 1989).

Em 1770, Pehr Niclas Christiernin sucedeu o posto de Anders Berch no Departamento de Economia em Uppsala, liderança que teve curta duração, visto que o curso já se encontrava em declínio (LÖNNROTH, 2011). Antes de sua estadia como líder de departamento, Christiernin havia publicado em 1761 uma teoria monetária que defendia o uso de uma taxa de câmbio flutuante como mecanismo autorregulador no intercâmbio internacional.

O trabalho foi publicado em um contexto nacional de crise inflacionária, que de acordo com Christiernin, foi provocada pela expansão de papel-moeda acima da quantidade de produto e das necessidades do setor público e privado. Sua teoria era contrária à expansão desregulada da oferta de moeda, visto que a inflação contínua viria a causar maior incerteza e seria disruptiva à economia. Por outro lado, Christiernin advertia que a redução abrupta e demasiada da oferta monetária traria efeitos negativos à sociedade, reduzindo atividade doméstica, aumentando o desemprego e agravando a queda da demanda agregada (EAGLY, 1963).

Na década de 1760, a taxa de câmbio havia subido a 72 marcos em relação ao Banco de Hamburgo. Christiernin propunha uma reforma monetária que tornaria o papel-moeda sueco

conversível a prata ao nível de 72 marcos, defendendo que não seria possível reduzir o câmbio ao antigo patamar de 36 marcos. Suas opiniões não foram populares no parlamento, revoltando tanto os *Gorros* quanto os *Chapéus*, recebendo críticas de contemporâneos como Anders Nordencrantz e Anders Chydenius. As advertências de Christiernin se provaram corretas, após a apreciação forçada da taxa de câmbio levar a Suécia a enfrentar uma nova crise (WETTERBERG, 2009).

Já outro pensador importante do período foi Anders Nordencrantz. Em sua obra *Arcana*, publicada em 1730, o autor defendeu os interesses da sua própria classe mercantil, afirmando que sua importância civil deveria ser premiada com o devido poder político (LÖNNROTH, 2011). Inicialmente, na década de 1740, Nordencrantz era aliado dos *Chapéus*, movido pelo seu objetivo em comum de promoção da indústria de ferro. Sua participação considerável na criação do *Jernkontoret*, o Escritório de Ferro³, foi contrastada com seu distanciamento do projeto após sua concretização em 1747. A ideia de Nordencrantz era de que o projeto funcionasse como uma associação dos industriais de ferro, impulsionando o mercado, e não como fonte de expansão do crédito à indústria, como de fato foi utilizado pelos *Chapéus* (MAGNUSSON, 1989).

Suas críticas às políticas econômicas dos *Chapéus* seriam aprofundadas ao longo das décadas do século XVIII, principalmente nas críticas direcionadas à política de inflação. Ao contrário de seus contemporâneos, Nordencrantz argumentava que a suposta balança comercial desfavorável não era a causa da alta inflação, e, portanto, políticas protecionistas que tentavam impulsionar o setor manufatureiro direcionado à exportação não eram suficientes. Suas ideias também se distanciavam de Christiernin, contrário à ideia de que existisse uma relação entre a expansão de papel-moeda e desvalorização da moeda (MAGNUSSON, 1989). Sua análise sobre as causas da inflação recaía então sobre os interesses privados de comerciantes e políticos que, por meio de negociações privilegiadas, usavam da alta de preços para se favorecer, comprando quando os preços estão baixos e vendendo em alta (MAGNUSSON, 2000). Ao longo dos anos, Nordencrantz se afastou dos ideais da teoria mercantilista, se aproximando do “mercantilismo reformista”, acreditando na eficiência de um mercado mais livre e em uma ordem natural, influenciado pelos escritos de David Hume (MAGNUSSON, 1989).

Um dos primeiros proponentes do pensamento liberal na Suécia foi Anders Chydenius, precedendo em alguns anos a publicação de *A Riqueza das Nações*. Reconhecendo seus erros em relação às suas divergências com a opinião de Christiernin (WETTERBERG, 2009), Chydenius

³ Tradução nossa.

distanciou-se das opiniões contrárias de Nordencrantz, uma de suas principais fontes de inspirações (MAGNUSSON, 1989).

Influenciado pela teoria monetária de Christiernin, sua obra *O Ganho Nacional*, publicada em 1765, criticava regulações, argumentando que uma economia funcionava mais eficientemente se os indivíduos pudessem prestar suas atividades de acordo com suas próprias vontades. Essas ideias, radicais à época, influenciaram políticas de relaxamento de regulações ao final do século XVII. Chydenius eventualmente alcançou alto *status* social, fazendo parte da corte do rei Gustaf III como conselheiro depois do golpe de estado que reinstaurou o absolutismo (LÖNNROTH, 2011; MAGNUSSON, 2000).

A influência de Nordencrantz sobre Chydenius manifestou-se significativamente na instituição do primeiro ato mundial de liberdade da imprensa em 1766, lei cuja criação teve papel crucial de Chydenius. Em sua autobiografia, Chydenius cita os escritos de Nordecrantz como fonte de inspiração para que sua atenção fosse dedicada à liberdade de imprensa (MANNINEN, 2006).

3.2 O BREVE RETORNO DO ABSOLUTISMO (1773-1818)

Em agosto de 1772, Gustaf III convidou os militares do país para o palácio real, onde tentou convencê-los da condição deteriorada da Suécia após anos do governo do parlamento na “Era da Liberdade”. Vitorioso em sua persuasão, o rei provocou um golpe de Estado sem derrame de sangue. Reunindo os poderes do *Riksdag* dois dias depois, o rei proclamou uma nova constituição, que lograria a restaurar o poder do monarca ao mesmo patamar de Gustaf I, também conhecido como Gustaf Vasa (GRIMBERG, 1935).

Mesmo com as ambições absolutistas de Gustaf III, o rei propunha que o parlamento teria o mesmo poder que ele. Embora o *Riksdag* só viria a ser invocado a partir da iniciativa do rei (KENT, 2008), a implementação de novas leis e a incitação de guerras agressivas teriam que ser acordadas entre o rei e o parlamento. Caberia também ao parlamento a determinação de cobrança de impostos. O conselho do rei seria apontado por ele mesmo e teria função diminuída. A nova constituição foi aprovada com unanimidade, e assim chegou o fim da rivalidade dos partidos dos *Chapéus e Gorros* (GRIMBERG, 1935).

Os primeiros anos do novo reinado absolutista seriam marcados por relativa paz; entretanto, não por falta de ambição e vontade bélica de Gustaf III. Em 1782, havia planos para atacar a Noruega e Dinamarca, os quais foram abandonados após discussões com sua prima e Imperadora da Rússia, Catarina, que era contrária à ação. Ainda que tivesse ambição para futuramente iniciar uma guerra contra a Rússia, Gustaf III direcionou suas energias momentaneamente para arte e arquitetura, além de aproveitar viagens com intuito diplomático para a Itália em 1782 (KENT, 2008).

Após finalmente entrar em conflito com a Rússia, a insatisfação com o andamento deste enfrentamento bélico levou militares a se organizarem em um motim, sob o argumento de que o rei não possuía direito para ter entrado em uma guerra agressiva, e pretendiam denunciá-lo em frente aos líderes do parlamento. Gustaf antecipou as ações dos militares e dos nobres que eram contrários a seu poder e invocou o *Riksdag*, e com o apoio da nobreza inferior expulsou os nobres rebeldes e determinou o fim do conselho do rei. Gustaf III foi assassinado em 1792, havendo instigado o desdenho da nobreza, e seu herdeiro Gustaf IV Adolf assumiu o trono (GRIMBERG, 1935).

Gustaf IV começaria a governar seu reinado somente em 1796, após a chegada da idade de maturidade. Assim como seu pai, o rei era contrário aos ideais da Revolução Francesa, e se opunha à figura de Napoleão Bonaparte. O eixo diplomático e militar de Gustaf IV seguia em maior parte a política externa de seu pai, mas sua maior peculiaridade foi a quebra da política externa europeia da Suécia durante as Guerras Napoleônicas, momento no qual a Suécia se afasta da França após anos de aliança devido ao posicionamento contrário do país a Napoleão (BERDAH, 2009).

A conjuntura política resultou em maior aproximação à Grã-Bretanha, e o país se tornou um dos poucos parceiros do Reino Britânico durante o conflito com Napoleão. Essa aliança não resultaria em grande apoio financeiro, e a Suécia se encontrou em condição vulnerável à Rússia mais uma vez, que aproveitou da aliança com a França para invadir a Finlândia, e em 1809 a Suécia cedeu sua soberania sobre o território. A perda da Finlândia e falta de preparo do rei nos fracassos militares do país logo criaram um cenário favorável para revolta dos militares do país, e no mesmo ano de cessão da Finlândia o rei foi detido em seus aposentos e formalmente deposto (GRIMBERG, 1935).

Após o golpe de estado, ao posto de regente foi escolhido Karl XIII. O novo sistema que seria colocado em prática limitaria mais uma vez o papel do monarca – que possuiria a autonomia para travar guerras e negociar paz – trazendo de volta a autoridade do Conselho de Estado (KENT, 2008). A idade e a falta de herdeiros de Karl XIII fizeram com que o *Riksdag* tivesse que escolher o futuro rei da Suécia. Com a ideia de que o país necessitava de uma figura militar forte, entrelaçado com o desejo de se aproximar de Napoleão, foi escolhido o general francês Jean Baptiste Bernadotte como herdeiro do trono, e durante o resto do reinado de Karl XIII atuaria como príncipe regente (GRIMBERG, 1935).

Em 1812 a França atacou a Rússia, o que instigou o novo príncipe da Suécia a enfrentar seu antigo aliado na Batalha de Leipzig. Nas negociações de final de guerra, o território da Noruega, aliado da França durante as guerras, foi cedido à Suécia, e quando Bernadotte subiu ao trono como Karl IV Johan, foi declarado Rei da Suécia e da Noruega em 1818 (KENT, 2008). Esses enfrentamentos bélicos descritos aqui e no subcapítulo anterior, mesmo de forma breve, são importantes, pois definiram a trajetória nacional de consecutivos enfraquecimentos da economia por grande parte do regime parlamentarista da “Era da Liberdade” e o regime de absolutista de Gustaf III.

3.2.1 Economia em tempos de absolutismo

A apreciação forçada da taxa de câmbio por parte do *Riksbanken* provocou uma crise deflacionária no país em 1766, levando à quebra de diversas fábricas e uma derrocada no consumo nacional. Uma figura-chave do banco nesse período foi o comissário Samuel Söderling, que utilizava da compra e venda de notas promissórias para influenciar o câmbio (WETTERBERG, 2009).

Seu papel nas negociações fortaleceu sua posição sobre a relação entre a oferta de moeda e o valor da moeda nacional. Em 1771, quando uma nova reforma estava sendo negociada, Söderling argumentou que a demanda por moeda varia ao longo do tempo e o melhor a ser feito seria monitorar flutuação do câmbio para atingir ao novo objetivo de 60 marcos relativo ao Banco de Hamburgo. Contudo, o golpe de Gustaf III encerrou as negociações e uma nova reforma monetária foi postergada (WETTERBERG, 2009).

Sob a ordem de Liljencrantz, que havia se tornado o novo Ministro de Finanças no reino de Gustaf III em 1772, o banco implementou uma venda de moedas para determinar a conversibilidade em prata da moeda no nível de 72 marcos frente Hamburgo, seguindo as advertências de Christiernin da década anterior. A conversibilidade durou até 1788, quando a Suécia adentrou em uma guerra formalmente defensiva contra a Rússia, e o financiamento desta necessitou de aprofundamento do endividamento público mais uma vez. Esse ciclo repetiu-se no reinado do herdeiro Gustaf IV, começando com uma reforma monetária em 1803 que, em anos seguintes, tornou-se obsoleta com a incursão da Suécia em mais um conflito (MIKIVER, WETTERBERG, 2018),

Conforme exposto anteriormente, os níveis do PIB *per capita* nacional permaneceram estagnados durante maior parte do século XVIII, assim como no início do século XIX, correspondendo à época da breve restauração do absolutismo. Embora não se observe grandes mudanças estruturais ou de tendência da economia a longo prazo no período, destacam-se a seguir alguns fatos econômicos e políticos importantes nas subseções abaixo.

3.2.1.1 Comércio internacional e experiências coloniais

O primeiro reinado do novo absolutismo da Suécia, de Gustaf III, foi marcado por ambição territorial não muito diferente do que prezava o partido dos *Chapéus* no parlamento sueco durante décadas anteriores. As crises econômicas causadas pelas incursões contra seus vizinhos e subseqüentemente a deflação descontrolada da década de 1760 serviram como argumento do fracasso da “Era da Liberdade” e da necessidade de uma volta à ordem de um regime absolutista. Entretanto, a ambição de Gustaf eventualmente levou-o ao mesmo fim dos velhos parlamentaristas que criticava, e a Suécia mais uma vez enfrentou um desastre econômico provocado pelo endividamento necessário para o financiamento de uma guerra perdida.

Ao mesmo tempo que Gustaf III buscava maior independência política para o país e maior força militar, seu Ministro de Finanças Johan Liljencrantz acreditava ser necessária a expansão do comércio e da instalação de portos livres para sustentar a reforma monetária de 1777 e desfazer uma balança comercial desfavorável. Isso seria alcançado através de uma política de neutralidade comercial (MÜLLER, 2009).

Conforme apresentado anteriormente, os atos de navegação do início do século XVIII proibiram o trânsito nos portos suecos de navios cargueiros que não transportavam produtos de seus países de origem, exceto se os navios fossem da Suécia. Isso consolidou o monopólio sueco do comércio de certos produtos como o sal no Mar Báltico, visto que essa política teria eliminado o trânsito de produtos originários de países do sul da Europa (CARLÉN, 1994). Contudo, esse tipo de comércio no Mediterrâneo se demonstrou altamente lucrativo para a Suécia na segunda metade do século, aliado à sua posição de neutralidade, trabalhou com a exportação de bens ao mesmo tempo para a Inglaterra e sua rival, a França (MÜLLER, 2009).

Embora as ambições de Gustaf III estivessem em maior parte concentradas na expansão das fronteiras do país para o norte e leste, em 1784 a Suécia adquiriu as ilhas coloniais de São Bartolomeu e São Martin no Caribe, em negociação com a França (KENT, 2008). No ano de 1785, a Suécia assumiu a completa soberania das ilhas caribenhas. A Suécia criou a sua própria Companhia das Índias Ocidentais, estabelecendo também a capital Gustávia.

A presença da Suécia no Atlântico não se resume apenas à Gustávia, uma vez que no século anterior foi fundada a Nova Suécia nas colônias norte-americanas em 1638, atual estado de Delaware. A posse foi de curta duração, entretanto, pois em 1655 a colônia foi conquistada pelos holandeses. O comércio com as colônias americanas intensificou-se durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, situação na qual o país ocupou o posto de intermediário no trânsito entre países. O maior contato com o Atlântico e a presença de produtos americanos como o açúcar em casas mercantis da Suécia incentivou comerciantes do país a apoiarem uma presença mais forte sua no continente americano.

A influência da fisiocracia no ideário nacional e o exemplo de outros países influenciaram a conjuntura política que resultou na decisão do Estado em adquirir a colônia no caribe. A transferência de São Bartolomeu para a Suécia foi apoiada por Liljencrantz, que acreditava que a expansão do comércio para as Américas seria proveitosa. O porto de Gustávia se tornaria primariamente um porto de comércio transitório, visto que suas condições naturais não favoreciam a agricultura (SCHNAKENBOURG, 2013). As guerras napoleônicas em décadas posteriores provocaram efeitos positivos para a colônia sueca, visto que a maior parte das potências europeias estavam envolvidas em conflitos, obrigando grande parte do comércio a transitar pelo porto sueco (KENT, 2008).

3.2.1.2 Revolução agrícola

Até os anos 1700, a Suécia tinha como formato de organização predominante na agricultura o sistema de campo aberto (LARSSON, 2014). Assim como em outras partes do norte da Europa, o sistema tradicionalmente resumia-se à agricultura organizada em extensas faixas de terra cercadas, dentro das quais camponeses trabalhavam e possuíam pedaços dispersos de terra arável. Tratava-se de um sistema regulado de maneira comunal, com propriedade privada. O produto de grãos cultivados era reservado a cada agricultor; contudo, o campo aberto fez com que a pastagem dos animais se tornasse recurso coletivo, e essa qualidade geralmente tinha como resultado o alinhamento de colheitas entre diferentes famílias de agricultores (MCCLOSKEY, 1987).

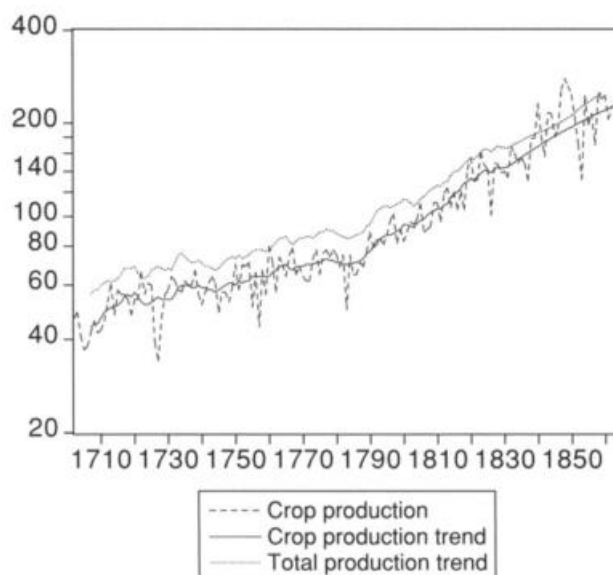
Há autores que apontam a ineficácia do sistema de campo aberto, como Deirdre McCloskey (1991), em seu estudo sobre o uso do sistema na Inglaterra medieval, argumentando que a mudança para o sistema de cercamento foi fundamental para o desenvolvimento do setor agrícola que estava por vir. Entretanto, a opinião da autora não é consensual, havendo argumentos na literatura sobre as vantagens da propriedade em larga escala em conjunto com a produtividade da organização familiar (LARSSON, 2014).

A partir do retorno do absolutismo, o livre comércio e o desenvolvimento da agricultura ocuparam posição prioritária para o Estado, liderado no governo de Gustaf III por seu Ministro de Finanças Johan Liljencrantz – contrariando a posição industrialista e restritiva da “Era da Liberdade” (MÜLLER, 2009). As reformas institucionais que seguiram representaram um momento de ruptura na linha do tempo dos direitos de propriedade do campesinato. Campos abertos foram abandonados e faixas dispersas de terra foram reorganizadas e realocadas a propriedades individuais (LARSSON, 2014).

A região de Scania – *Skåne* em sueco – no sul da Suécia, sofreu as mudanças mais radicais no início do processo de reformas no país, onde antigos campos foram organizados em pedaços de terra delimitados de maneira mais estrita do que em outras regiões do país. Anterior ao período de crescimento do produto agrícola sueco a partir do século XVIII, a área de Scania apresentava configurações do sistema agrícola comuns ao norte da Europa como o sistema de campo aberto (OLSSON; SVENSSON, 2018).

Para ilustrar de maneira mais clara o impacto das reformas na área agrícola, apresentam-se aqui os resultados do artigo *Agricultural growth and institutions: Sweden, 1700-1860* de Mats Olsson e Patrick Svensson, publicado em 2018. Devido à radicalidade das mudanças instituídas sobre propriedade, a região de Scania serviu como base amostral. O desenvolvimento da produção foi mensurado em hectolitros pelo tamanho médio de fazendas em 1770, assim o estudo acompanha a produção na mesma dimensão de terra ao longo do tempo. A partir de aproximadamente 1780 observa-se aumento significativo na produção de grãos da região, conforme demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Estimções do produto agrícola da Suécia, com linha de tendência (em hectolitros por fazenda, escala logarítmica), 1702-1864



Fonte: Olsson; Svensson (2018, p. 285).

Os autores estimaram um modelo de regressão com dados em painel, através de análise de *cross-section*, utilizando uma *dummy* para covariadas temporais não observáveis, controlando para variáveis como: o tamanho da fazenda, o tipo de propriedade, cercamentos de campo iniciais, cercamentos de campo radicais, desregulações de mercado e condições naturais. Com o controle dessas variáveis, é significativo o impacto do aprofundamento de direitos de propriedade e dos cercamentos de terra. Proprietários de terras livres produziam mais do que arrendatários de nobres, e direitos de propriedade seguros incentivavam aumento de produção ainda maior. O

cercamento de campos e a introdução de rotações de cultura trouxeram incrementos grandes ao produto agrícola. Após 1780, o produto cresceu à taxa de 1,4%, superior à taxa de crescimento da população de 0,86 (OLSSON; SVENSSON, 2018).

As reformas representaram, portanto, maior produção e, conseqüentemente, maior arrecadação. A tributação era estática a longo prazo, visto que mudanças significativas só poderiam acontecer através do conturbado processo político – o que se verificara tanto no tempo da rivalidade entre os *Chapéus* e *Gorros*, assim como no tempo do absolutismo restaurado. Taxas estáticas sobre terras viriam a ser proveitosas para os proprietários livres nas décadas seguintes. Acompanhando o movimento de aumento dos preços dos cereais entre 1730 e 1750, e novamente entre 1770 e 1790, a parte monetária que compunha as taxas desmoronou. A maior parte dos impostos era em espécie, e, portanto, não ajustável pela inflação, o que aumentou o valor das terras livres (MAGNUSSON, 2000). A revolução agrícola propulsada por mudanças institucionais, aprofundadas no final do século XVIII e início do XIX, que resultaram em direitos de propriedade mais seguros e aumento de investimento em capital humano, é entendida por autores como pré-condição para a industrialização em tempo posterior (OLSSON; SVENSSON, 2018).

3.2.2 Pensamento econômico em tempos de absolutismo

Já um importante expoente na “Era da Liberdade” (1721-1772), Anders Chydenius subiu ao posto de conselheiro no reinado de Gustaf III. Sua influência pôde ser sentida a partir da volta do absolutismo, no aprofundamento das tentativas de liberação econômica (SANDELIN, 2011).

Uma figura importante no novo governo absolutista foi o Ministro de Finanças Johan Liljencrantz. Políticas de impostos sobre consumo e proibições sobre importações foram relaxadas, e havia planos para a construção de portos livres para incentivar o comércio internacional no Báltico. Contudo, muitas das atividades e reformas propostas foram abandonadas em meio às guerras travadas pela Suécia (MAGNUSSON, 2000).

Carl Fredrik Scheffer – lorde conselheiro e embaixador em Paris – introduziu ao ideário econômico nacional um “estilo sueco de fisiocracia”, com adaptações à doutrina original. Sua versão eliminava o elemento de taxação, no qual o contrato de arrendamento de terras entre o rentista e o capitalista agrário definia o que deveria ser cobrado, em favor da defesa de mais

impostos da terra no geral – fato que ia ao encontro aos interesses da Coroa sueca, que observava retornos decrescentes de terras taxadas. Em suas adaptações dos textos franceses, criticava as regulações do sistema da “Era da Liberdade” em favor de maior liberdade econômica, ao mesmo tempo que defendia a importância de uma monarquia forte. Scheffer serviu como tutor no período de minoridade do príncipe Gustaf III, e em sua tomada de poder ascendeu ao posto de conselheiro do rei (LÖNNROTH, 2011).

Cabe aqui apresentar uma teoria política e administrativa que ecoou nas decisões de planejamento econômico no século XVIII e XIX na Escandinávia e países germânicos: o cameralismo. A teoria surge na Alemanha ainda em meados do século XVI e se alastra pelos países do Báltico, incluindo a Suécia e a Prússia. O cameralismo defendia os interesses do Estado em manter boa administração pelo bem comum e a criação de uma governança devidamente organizada e ordenada (SEPPEL, 2017). Muitas vezes entendido como uma adaptação germânica do mercantilismo, esta teoria é vista também como um precursor de totalitarismo, por sua defesa do absolutismo e ênfase em decisões do poder público, assim como das ideias nacionalistas de Friedrich List (JOHNSON, 1964).

O cameralismo é entendido por alguns autores como uma ideologia pertencente exclusivamente ao “mundo das ideias”, um conjunto de conselhos formando uma utopia abstrata sem praticabilidade na realidade (SEPPEL, 2017). Contudo, o estudo de Oliveira (2021) defende que a ideologia cameralista foi, no exemplo da Alemanha, importante a longo prazo para fundamentar as bases das organizações e políticas alemãs e a institucionalização da Ciência do Estado no país. Embora seja difícil mensurar os impactos da ideologia nas decisões administrativas do Estado sueco, podemos começar apontando suas influências no pensamento econômico nacional.

Anders Berch, geralmente referido como “mercantilista” por autores como Heckscher, apresentou semelhanças com o professor Justus Dithmar, na Prússia, um exemplo de cameralista (MAGNUSSON, 2017). A influência da aritmética política de William Petty sobre os trabalhos de Berch, assim como a “governança de casa nacional” proferida pelo autor, seguem pretextos de administração e regulação das finanças do país pelo governo central comuns ao teorema central do cameralismo.

Há ainda um aspecto divino ao sistema de governança proposto por Berch. Enquanto a governança do setor privado estava subordinada à coisa pública, a governança do setor público

estava sujeita apenas à vontade divina, e o objetivo primordial deste setor seria de maximizar a tributação (RÝDEN, 2017). A visão de Berch, dessa forma, assemelhava-se à linguagem utilizada por cameralistas austríacos como Johan Joachim Becher, cujo Estado proposto justificava a autoridade do governante nacional, visto que essa tinha como missão satisfazer tal mandato divino (JOHNSON, 1964).

A teoria cameralista, integrada com a literatura da escola de Berch, teve grande influência no incentivo da produção de ferro privada. Ao mesmo tempo que o Estado provia meios para tentar assegurar a proteção da indústria de ferro sueca com tarifas de restrição às importações, o empreendedorismo privado também organizava a administração do setor de ferro com base na ideia do *Hüshalning*, a “governança de casa” nacional de Berch (RYDÉN, 2017).

3.3 O FIM DA ERA PRÉ-INDUSTRIAL (1819-1869)

O início do reinado da dinastia Bernadotte trouxe significativa estabilidade política ao país, que na figura de Karl XIV Johan, herdeiro de Karl XIII, estadista e militar, conseguiu se reerguer política e financeiramente das guerras fracassadas de seus predecessores. Ao mesmo passo que o novo monarca trouxe consigo sua experiência e liderança militar, ele era resistente às reformas liberais propostas e decisões tomadas por Gripenstedt, o que criou insatisfação tanto por parte do rei quanto das bancadas do *Riksdag* (GRIMBERG, 1935).

A liberdade de imprensa destacou-se como ponto de controvérsia política durante o reinado de Karl XIV. Diversos jornais, tanto de oposição e de apoio ao governo, circularam no país na primeira metade do século XX. Contudo, os comentários inflamatórios de determinados jornais tiveram como reação a perseguição e proibição por parte do Estado. Porém, finalmente, com a concessão do rei, em 1840, o *Riksdag* conseguiu a aprovação de diversas reformas liberais, incluindo a firmação da liberdade de imprensa, ainda que mudanças mais radicais, como a abolição de distinção de classe no parlamento, não obtiveram ainda o apoio necessário.

Importante fato histórico do reinado de Karl XIV foi a postura de neutralidade política adotada pelo país no espectro internacional. Tal neutralidade não foi imposta por lei internacional, mas pelo próprio rei, que em 1834 confirmou em declaração uma “neutralidade rigorosa e independente” instituída no país desde sua ascensão ao trono. Embora seus sucessores

não tivessem uma opinião tão firme quanto a de Karl XIV, a política seguiria em prática nas próximas décadas (KENT, 2008).

O trono foi sucedido pelo filho de Karl XIV, Oscar I, reinando de 1844 até 1859. Durante esse tempo, devido às inclinações liberais do novo rei, a Suécia conseguiu avançar em maiores reformas, embora o desejado fim da divisão entre os Estados do *Riksdag* também não foi realizado no seu governo (GRIMBERG, 1935).

3.3.1 Economia pré-industrial

Já no tempo do absolutismo de Gustaf III e de seu filho Gustaf IV (1772-1809) observa-se aumento da influência de ideias liberais nas decisões governamentais, ainda que um avanço formal do liberalismo só se concretizaria mais próximo da metade do século XIX (MAGNUSSON, 2000). As primeiras décadas do reinado da família Bernadotte (cerca de 1820 até metade do século) aprofundaram esse processo.

Pode-se entender o tempo anterior à aceleração do desenvolvimento do país na década de 1870 como um período de desregulamentação ou de “reajuste” econômico. Assim como em outros países do oeste europeu, embora antigas regulações mercantilistas fossem flexibilizadas, a presença do Estado manteve-se expressiva durante a transformação industrial, apresentando intensidade ainda maior de intervenções na economia (MAGNUSSON, 2000).

Dentre as antigas políticas de restrição mercantilistas, as referentes à produção de ferro perduraram até metade do século XIX (HECKSCHER, 1963). Essas políticas eram defendidas sob o princípio de que o controle do produto resultaria em preços relativos maiores da *commodity* sueca no mercado internacional (MAGNUSSON, 2000). Até meados dos anos 1800, essa política mantinha certa relevância, já que a Suécia possuía uma vantagem histórica na sua produção. Contudo, essa vantagem foi perdida no momento em que os avanços de técnica forneceram à Inglaterra uma posição ainda mais vantajosa, visto ainda que os recursos de carvão e minério eram concentrados geograficamente no país (HECKSCHER, 1963), destarte os ingleses conseguiram competir com sucesso nas regiões do sul da Europa, território antes protagonizado pelo ferro da Suécia (ADAMSON, 1968).

Além dos efeitos negativos advindos das políticas de restrição, a forma na qual o mercado do setor de ferro era organizado na Suécia já não trazia mais ganhos efetivos. A antiga indústria

era majoritariamente monopolística, e críticas a esses sistemas vinham de dentro da própria indústria (HECKSCHER, 1963).

Eli Heckscher apresenta a fala de dois mestres líderes do setor, Pehr Lagerhjelm e Emanuel Rothoff:

Que o preço do ferro nos mercados mundiais possa ser afetado por um encurtamento do nosso produto é uma crença que agora carece de validade bem como adeptos... Um lucro pequeno e regular em um grande comércio é mais honrável do que um lucro grande em um comércio pequeno (LAGERHJELM; ROTHOFF⁴ *apud* HECKSCHER, 1963, p. 217).

Havia, portanto, rejeição tanto à política de “encurtamento” do produto nacional de ferro – que já era preconizada por alas mais liberais da sociedade – quanto à forma que o mercado era distribuído por parte dos líderes industriais. As mudanças burocráticas necessárias para desenredar séries de regulamentos e práticas do sistema do ferro levaram algumas décadas para serem resolvidas. A revogação de antigos estatutos teve seu ápice no ano de 1859. A redução de regulações trouxe efeitos positivos significativos ao produto nacional, embora as exportações não acompanhassem a tendência do produto da mesma forma (HECKSCHER, 1963).

Em 1840 foi adotada uma reforma departamental das funções administrativas do Estado. Tal reforma tinha como objetivo aumentar a influência dos oficiais de gabinete, abolindo a função de alta importância do “Secretário de Estado” e aumentando o nível de governança de órgãos administrativos em relação ao monarca (MAGNUSSON, 2000). Essas reformas administrativas foram importantes pré-condições para conduzir as mudanças que marcaram o período anterior à transformação industrial. Importante avanço para o sistema produtivo sueco foi a construção de um extenso sistema ferroviário. Em 1853, foi aprovado projeto de lei que impunha que “nenhuma linha ferroviária devia ser planejada ou construída na Suécia sem o envolvimento imediato do governo, e às suas custas”, embora a construção de linhas privadas em trechos não principais fosse permitida (MAGNUSSON, 2000). A partir de então, a Suécia apresentou aumento do volume de dívida estrangeira a longo prazo no país, sendo que em maior parte o agente devedor era o próprio Estado, que aproveitou de debêntures estrangeiros para financiar a construção das ferrovias (HECKSCHER, 1963).

⁴ A citação original não foi encontrada.

A lei de 1853 foi fortemente apoiada por Johan August Gripenstedt, ministro do governo e influente figura nas discussões do *Riksdag*. Inspirado por Bastiat (HECKSCHER, 1963), Gripenstedt se tornou defensor do livre comércio no país, e sob sua autoridade como Ministro de Finanças, a Suécia em 1865 adentrou no sistema de livre comércio do Oeste Europeu (MAGNUSSON, 2000). Pode-se classificar as reformas de desregulação da economia e de incentivo ao livre comércio como parte do “sistema Gripenstedt”, o qual era de certa forma contraditório, pois ao mesmo passo que o ministro defendia rigorosamente a liberalização do mercado e a iniciativa privada, era também assíduo em afirmar a importância que o papel do governo poderia ter no desenvolvimento do país. Além de advogar pela construção do sistema ferroviário às custas do Estado, quando em 1857 a economia da Suécia foi abatida pela crise provocada pela Guerra da Crimeia, o governo atuou de forma determinadamente intervencionista, evitando a liquidação do *Enskilda Banken* de Scania e repassando empréstimos estrangeiros para setores com dificuldades, momento importante na evolução do *Riksbanken* à função de banco central (MIKIVER; WETTERBERG, 2018). Outro fato marcante do seu período como Ministro de Finanças foi a concessão para a criação do *Enskilda Banken* de Estocolmo, da família Wallenberg (MAGNUSSON, 2000).

Na década de 1850, Gripenstedt conseguiu derrubar proibições e tarifas sobre importação e exportação dos tempos do mercantilismo. Setores que se tornariam essenciais para a economia do país como setor madeireiro e o setor de engenharia se beneficiariam dessas medidas, e segundo Heckscher (1963), a instituição de um sistema de maior liberdade comercial pode ter sido fator importante para a ascensão da indústria. Analisaremos a evolução das indústrias de madeira e engenharia, dentre outras, no próximo capítulo.

3.3.1.1 Desenvolvimento do setor bancário

O *Sveriges Riksbank*, o Banco dos Estados, começou suas operações em 1668, como uma reestruturação do antigo *Stockholm Banco* fundado em 1656. A partir de 1668, o banco era propriedade do parlamento, separado do monarca absolutista, embora os lucros fossem compartilhados com a Coroa. Durante o século XVIII, nos anos da “Era da Liberdade”, o *Riksbanken* servia como credor a alguns grupos favorecidos, relativo aos períodos de ascensão e

queda dos dois partidos rivais do parlamento. Suas atividades também se estendiam ao financiamento de guerras (ÖGREN, 2016).

Outra importante instituição era o Escritório Nacional de Dívida – ou simplesmente END – que durante o reino de Gustaf III foi encarregado de emitir títulos de curto prazo com juros, após a recusa do *Riksbanken* de financiar a guerra contra a Rússia. O dinheiro do END, ao contrário das notas do *Riksbanken*, não era conversível à prata. Um efeito disso foi a distinção de dois tipos diferentes de moeda no país, o *Riksdaler* do Banco dos Estados – o *Riksdaler banco* – e o *Riksdaler* do Escritório Nacional de Dívida – o *Riksdaler Riksgälds* (ÖGREN, 2016). O Escritório continuou com papel importante na oferta de crédito, e a partir da década de 1850 quando o Estado intensificou o projeto ferroviário nacional, o END foi responsável pelo levantamento de fundos e debêntures internacionais (ÖGREN, 2008). Em 1855, a taxa de conversibilidade do *Riksdaler* em espécie (moedas de prata) para o *Riksdaler banco* para o *Riksdaler* do END era respectivamente de 4:1,5:1 (SANDBERG, 1978). Contudo, para muitas indústrias e para o público sueco em geral, as funções dessas instituições bancárias eram limitadas até metade do século XIX.

Além das consequências sobre a indústria de ferro referidas em seção anterior, a estrutura e organização do financiamento das indústrias na Suécia foram em parte determinadas também pelas políticas do governo central. Devido à escassez de madeira para a produção de carvão vegetal, durante o século XVIII e XIX foi aplicada uma política que determinava que indústrias consumidoras de madeira não se estabelecessem perto de indústrias de ferro, e estas em si deveriam ser localizadas a uma distância segura uma da outra a fim de evitar o esgotamento do fornecimento de carvão (ADAMSON, 1968).

A dispersão territorial das indústrias de ferro foi acompanhada por um fenômeno parecido nas firmas de empréstimos à indústria de ferro. As indústrias criadas no país tiveram como externalidade a criação de diversas firmas de empréstimo de capital de giro. Muitas destas casas de penhores negociavam empréstimos desde que as empresas fornecessem garantia sob forma do próprio ferro produzido. Esta, – *forlägsinteckning* – era vantajosa para os credores, pois muitas das empresas com as quais negociavam não demonstravam ter estruturas financeiras equilibradas. Por outro lado, o conhecimento público dessa concessão era um potencial golpe à reputação dessas indústrias. Esse sistema prevalecia principalmente em regiões fora dos eixos centrais como

Gotemburgo e Estocolmo, geralmente em posições econômicas menos favorecidas (ADAMSON, 1968).

Essas duas regiões apresentavam um dos únicos fatores verdadeiramente dinâmicos e capitalistas em grande escala na economia sueca no período pré-industrial: as casas mercantis, que atuavam também como fonte de capital para indústrias locais (MAGNUSSON, 2000). Tais instituições acompanharam a expansão das exportações no século XVIII. Conforme apresentado anteriormente, nesse período foi criada a Companhia das Índias Orientais da Suécia, na cidade mais importante do litoral leste do país, Gotemburgo. Adiciona-se sua proximidade com os mercados da Inglaterra e dos Países Baixos como fator importante para que as exportações vindas do porto de Gotemburgo aumentassem de forma significativa no início do século XIX, comparada à relativa estagnação do comércio em Estocolmo. Além do ferro, produtos importantes da base exportadora sueca que passaram por Gotemburgo nesse período incluíam madeira serrada e arenque (MAGNUSSON, 2000).

Famílias que aproveitaram do comércio ao redor dessas casas mercantis tornaram-se uma espécie de nobreza em suas respectivas cidades, e no período de transformação industrial do país essa elite teve papel importante no fornecimento de capital para as principais indústrias do país, notadamente os setores de ferro e madeira (MAGNUSSON, 2000).

Muito da procura por caminhos alternativos para obtenção de capital vinha da insuficiência da oferta creditícia no país pelas instituições bancárias (WETTERBERG, 2009). Um importante marco para o desenvolvimento de bancos comerciais foi a maior estabilidade monetária aproveitada pelo país no século XIX. Seguindo décadas de flutuação da taxa de câmbio, com grande parte do estoque de moeda no formato de notas promissórias sem muito cuidado pela conversibilidade, o *Riksdag* decidiu em 1830 desvalorizar a moeda, e quatro anos depois o parlamento instituiu então padrão de conversibilidade da prata. Essa decisão mostrou-se exitosa, sendo substituída apenas em 1873 pelo padrão ouro (MAGNUSSON, 2000).

A partir de 1830, os primeiros bancos comerciais privados apareceram. Dentre eles, destaca-se o Banco *Enskilda*⁵ de Scania. Também desde 1830, o Banco dos Estados sediado em

⁵ Bancos privados denominados *Enskilda* correspondiam inicialmente a sociedades anônimas com responsabilidade ilimitada, com o poder de emissão de notas garantido formalmente em 1846. A responsabilidade ilimitada parece ter reforçado a segurança das notas dos bancos ao público, e ao mesmo tempo que aumentava o risco, o lucro potencial era convidativo aos seus acionistas. Ao longo das décadas, após a reforma do setor bancário em 1863, foi permitido o estabelecimento de bancos com responsabilidade limitada, porém sem a possibilidade de emissão de notas (SANDBERG, 1978).

Estocolmo, o *Riksbanken*, havia aberto a possibilidade de depósitos, assim como empréstimos de até 20.000 *riksdaler* ao limite nacional da taxa de juros de 6% – teto da taxa de juros instituído no Livro de Comércio do Código Civil em 1734 (MIKIVER; WETTERBERG, 2018) – com tempo de maturidade de quatro a nove meses. Contudo, o parlamento logo previu que o banco de Estocolmo não teria condições para prover capital para o público geral. Instituições de empréstimo privadas como casas mercantis de Estocolmo e Gotemburgo e casas de penhores ainda dominavam o mercado de crédito, com empréstimos de curto prazo mais acessíveis. Ademais, essas instituições conseguiam operar com taxas de juros superiores ao limite oficial, incentivando depósitos – no caso das casas mercantis, estas muitas vezes operavam com a mesma taxa de juros tanto para depósitos quanto para empréstimos, cobrando a compra de outros produtos para aqueles que desejavam depositar. Com depósitos do público geral praticamente inexistentes nos bancos privados e no *Riksbanken* devido às taxas de juros pouco amistosas, o financiamento de empréstimos era feito primariamente com emissão de notas (WETTERBERG, 2009).

Havia no período também bastante desconfiança com os novos bancos privados, não somente por preocupação de alas do governo sobre o risco que trazia a emissão de notas promissórias privadas à estabilidade de preços – que eram aceitas como forma de pagamento para tributos e outros propósitos oficiais – mas também pela supressão do potencial do Estado aproveitar de senhoriagem. Um meio conciliatório foi encontrado no sistema de bancos afiliados, composto por bancos comerciais privados subjugados a linhas de crédito favoráveis do Banco dos Estados, ainda que sem o direito de emitir notas. Isso aliviaria o *Riksbanken* do papel de servir empréstimos, limitando-se à responsabilidade da manutenção da conversibilidade (WETTERBERG, 2009). Contudo, sem o direito de emissão de notas e sem depósitos significativos devido ao teto da taxa de juros, os bancos afiliados logo perderam o apoio dos políticos e não conseguiram competir com os bancos privados fundados em décadas anteriores (SANDBERG, 1978).

Conforme exposto anteriormente, um ponto de inflexão para o setor bancário foi a concessão da criação do Banco *Enskilda* de Estocolmo, fundado por André Oscar Wallenberg, com começo de operações em 1856. Até a década de 1850, nenhum dos bancos privados ou afiliados havia tido influência grande o suficiente para competir com o Banco dos Estados. Isso

chegou ao fim com o *Stockholms Enskilda Bank* – ou simplesmente SEB⁶ – que conseguia em suas atividades ultrapassar o limite da taxa de juros estabelecido em 1734, atraindo mais depósitos e aumentando o montante potencial de empréstimos (WETTERBERG, 2009).

A.O. Wallenberg havia acumulado renda e experiência atuando na região de Sundsvall como um “capitalista privado”, ex-oficial da marinha que trabalhava com notas promissórias em cooperação com empresas mercantis (MAGNUSSON, 2000). Homem influente na sociedade sueca, Wallenberg usou de sua posição privilegiada na atração de sócios para a criação de bancos afiliados em Sundsvall e em Hudiksvall, e teve participação importante no parlamento ao longo de sua vida (WETTERBERG, 2009). O SEB conseguiu contornar o limite de 6% da taxa de juros por caminhos legais – embora não considerados honestos – adicionando ou subtraindo “cobranças administrativas” nas negociações, alterando os juros na prática (MAGNUSSON, 2000).

Através de instrumentos como este, Wallenberg teve o primeiro banco comercial da Suécia a financiar grande parte de seus empréstimos a partir de depósitos. Com uma taxa de juros favorável e uma política de aviso prévio de alguns meses para levantamento dos depósitos, o banco conseguiu maior estabilidade frente a seus contemporâneos (WETTERBERG, 2009). Muitos dos entraves institucionais responsáveis por contornos adotados como estes seriam resolvidos na década de 1860, através de reformas incentivadas pela cooperação de J.A. Gripenstedt e A.O. Wallenberg (MAGNUSSON, 2000).

Em 1864, em ação promovida por Gripenstedt, foi declarado que concessões estatais não seriam mais necessárias para a fundação de novos bancos comerciais. No mesmo ano, o teto da taxa de juros estabelecido no século anterior foi finalmente revogado. A consequência imediata disso foi a criação de oito novos bancos privados somente naquele ano. Além disso, o governo decidiu terminar com o sistema de bancos afiliados, resultando na fusão e transformação em bancos comerciais privados comuns. A evolução do sistema financeiro descrita até aqui foi alicerce importante para o rápido crescimento aproveitado pelo país a partir de 1870, e o papel de bancos como o da família Wallenberg na transformação industrial será revisitado em capítulo posterior (WETTERBERG, 2009).

⁶ Destaca-se que a sigla aqui utilizada para o *Stockholms Enskilda Bank*, corresponde à sigla do atual *Skandinaviska Enskilda Banken AB*, uma fusão do antigo banco de Wallenberg com o *Skandinaviska Banken*.

3.3.2 Pensamento econômico pré-industrial

Até meados do século XIX, o debate econômico sueco pautou-se entre posições divergentes sobre a prioridade de pontos estratégicos do país, como a agricultura e a indústria; assim como a controvérsia sobre a oferta de moeda entre Christiernin e contemporâneos na segunda metade do século XVIII. Não haveria uma completa quebra no período seguinte, com continuidade da prática da “governança de casa” nacional (KARLSSON, 1989), seguindo ainda fundamentos da escola de Anders Berch, que incentivava a regulação do Estado.

No início da era da família Bernadotte após as Guerras Napoleônicas, começa a alastrar-se pelo país uma onda de economistas inspirados no avanço do Império Britânico, que tinham como prioridade a defesa de um sistema monetário estável, os “restricionistas”, dentre os quais estava Hans Järta (SANDELIN). Secretário de Finanças até 1816, quando se resignou de sua posição após uma série de políticas protecionistas serem aprovadas, Järta criticava políticas expansionistas, alegando que a expansão da oferta de moeda e o aumento das dívidas eram feitas para proteger uma classe de especuladores que se favoreceram do período de guerra, resultando no detrimento da classe trabalhadora.

Um oponente de Järta, do grupo dos protecionistas, era Carl Adolph Agardh (SANDELIN). Suas opiniões formavam a antítese dos restricionistas, defendendo o Ato de Navegação – o *produktplakatet* – assim como uma política fiscal expansionista com maiores empréstimos aos agricultores. Suas opiniões sobre o papel do Estado estavam do lado de maiores intervenções a favor do estímulo da indústria doméstica e apoiava obras públicas com o intuito de criação de empregos e diminuição do peso da pobreza. Era sua visão de que o problema mais importante para a manutenção de crescimento equilibrado era a formação de capital (WADENSJÖ, 1991).

De acordo com C.A. Agardh, as pessoas deixavam de poupar e investir não devido simplesmente a uma “falta de vontade” de fazê-lo, mas pela ausência de sistema monetário funcional e estruturado. Sem um retorno esperado razoável, as pessoas escolhem gastar toda sua renda em consumo. Sua solução para o problema era um sistema nacional de dívida pública, que também seria proveitoso para programas governamentais de larga escala, em especial projetos de infraestrutura pública. Além de sua defesa do aumento de crédito nacional para fomentar

investimentos, Agardh era contrário ao padrão de prata estabelecido na Suécia, que estrangulava o potencial de empréstimos e de circulação de moeda, reduzindo as atividades da economia.

Embora tenha sido difícil para as ideias liberais trazerem impacto significativo ao pensamento econômico da Suécia (MAGNUSSON, 2000), uma parcela da elite intelectual do país tinha como principal fonte de inspiração o pensador francês Frédéric Bastiat, dentre os quais estava o economista Johan Arnberg, contemporâneo também do ministro Gripenstedt (SANDELIN, 2011). Admirador do individualismo de Bastiat, Arnberg acreditava que a competição por desenvolvimento e o consumo eram os objetivos primordiais da raça humana. Professor de Economia Política na universidade de Uppsala, formulou sua própria teoria de capital e valor, adaptada dos clássicos. De acordo com seus princípios, o bem-estar de uma sociedade aumentava em proporção à divisão de trabalho e de mercados. Se opunha também ao protecionismo – ao modo dos restricionistas. Sua teoria incentivava a lucratividade e valorização do capital nacional.

3.3.3 Educação

O século XIX foi também período de grande importância para a expansão da educação na Suécia. A construção de um sistema educacional nacional tem como ponto de germinação o Ato Educacional de 1842, que instituiu que as mais de 2000 paróquias do país contratassem e criassem uma escola primária para meninos e meninas com pelo menos 1 professor, cuja responsabilidade de financiamento e organização era imposta ao nível local (WESTBERG, 2022).

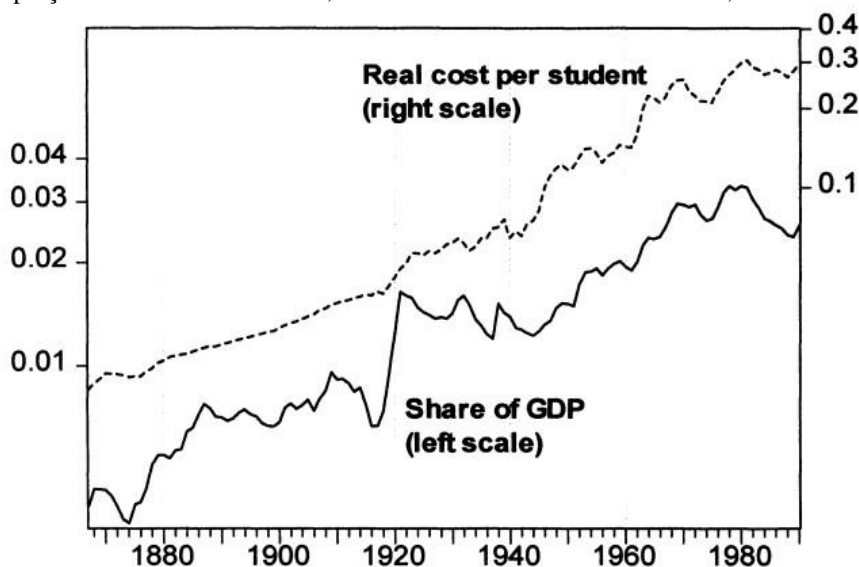
É comum que os primeiros sistemas nacionais de educação visassem atingir patamar de padronização da cultura nacional, onde escolas eram além de formar cidadãos, tomavam o papel de agentes de “estandardização” (WESTBERG, 2022). A Suécia era, desde pelo menos o século XIX, uma sociedade de cultura relativamente uniforme, com grande influência da igreja luterana (HARTMAN, 2007). No entanto, as condições econômicas divergentes impuseram certa flexibilidade no ato de 1842, que levava em conta as diferenças regionais. Parte disso encontra-se no fato de que as responsabilidades de estabelecimento de escolas eram colocadas em maior parte sobre as próprias paróquias, e não no governo central. Ademais, foi estabelecido que distinções regionais seriam refletidas em dois tipos de escolas: ambulantes e permanentes. Ao contrário de

escolas permanentes, fixas a um só lugar, escolas ambulantes eram definidas pela permissão da utilização de diferentes localidades para tutoria (WESTBERG, 2022). Embora o ato de 1842 especificasse que a criação de escolas em cada paróquia era obrigatória, o comparecimento escolar ainda não havia sido proclamado como compulsório para todas as crianças com idade escolar (WESTBERG, 2019).

Ainda que o ato de 1842 tenha sido importante para a implantação do sistema nacional de educação, a taxa de alfabetização na Suécia era alta já antes do processo de industrialização, o que é explicado pela longa tradição de escolaridade doméstica, o que foi ainda promovido pelo Ato da Igreja de 1686, que estipulava que todos os adultos suecos tivessem condição de ler textos religiosos (NILSSON; BLOMBERG 2021).

Ljungberg (2002) apresenta um estudo do impacto da educação sobre o crescimento econômico da Suécia de 1867 a 1995. O debate sobre a relação de causalidade entre crescimento econômico e educação é de longa data na literatura econômica. Há algum consenso de que o capital humano é importante para o aumento da produtividade a longo prazo, contudo muitos autores já disputaram se é a educação que favorece o crescimento ou se a relação é a contrária. O artigo corrobora a primeira tese, argumentando que o maior nível de matrículas no ensino superior foi um fator causal para o aumento da produtividade e então do crescimento econômico a longo prazo na Suécia. Na década de 1870 o ato escolar de 1842 foi aprimorado, aumentando os anos letivos da escola primária compulsória – a *folkskolan* (LJUNBERG, 2002). Podemos visualizar essa expansão pela participação dessas escolas no PIB assim como os custos por estudante (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Contribuição das escolas primárias para o PIB (a preços correntes) e custo por aluno, em mil coroas a preços constantes de 1910/12, média móvel centrada de cinco anos, 1867-1995



Fonte: Ljungberg (2002, p. 129)

Além do investimento em educação primária, a educação secundária teve importante papel no desenvolvimento do capital humano sueco. Por volta da década de 1850, a Suécia já contava o Instituto de Tecnologia em Estocolmo, treinando engenheiros para produções de grande-escala e administração pública, em patamar de educação superior parecido ao resto da Europa. Nos anos que seguiram, instituições de educação secundária técnica foram fundadas em outras cidades relevantes para fomentar as indústrias locais com mão de obra qualificada. Nilsson e Blomberg (2021), em uma investigação sobre o financiamento da educação secundária na Suécia, sustentam que a crença nos benefícios da tecnologia fez parte do ideário que sustentou políticas que visavam colocar a nação em uma posição competitiva no processo de industrialização ao final do século XIX. Assim, o investimento em instituições de educação secundária técnica tornou-se parte de um plano maior que englobava outros aspectos da economia.

Em uma economia na qual meios monetários eram escassos, impostos e pagamentos em espécie para os professores foram fundamentais para a acessibilidade das escolas primárias a partir da década de 1840. O financiamento das escolas secundárias deu-se por outro caminho, a partir da proposição do diretor do Instituto de Tecnologia de Estocolmo, Lars Johan Wallmark, de auxílio governamental de 6.600 *riksdaler* para a criação de um instituto em Estocolmo e Malmö, nos moldes de escolas técnicas alemãs. A proposta foi rejeitada por três das quatro

esferas do parlamento, sendo aprovada apenas pela representação dos camponeses. Uma segunda proposta foi então feita por um auxílio de 5.000 *riksdaler*. O parlamento de Estocolmo foi contrário ao financiamento da escola técnica, acreditando ser ônus excessivo, contudo as cidades de Malmö, Böras, Örebro e Norrköping aprovaram o auxílio proposto. (NILSSON; BLOMBERG, 2021).

4 SUÉCIA EM DESENVOLVIMENTO

Cunhado como o período da “Grande Transformação” pelo historiador econômico Eli Heckscher, marca-se na literatura o ano de 1870 como o começo da industrialização e modernização da Suécia (MAGNUSSON, 2000). Uma característica notada por Heckscher sobre o desenvolvimento do país nas últimas décadas do século XIX foi a intensificação do fluxo de capital estrangeiro, acompanhando tendências de maior intercâmbio entre nações, o que, de acordo com o autor, certamente auxiliou no forte crescimento do produto bruto. Além do movimento de fora-para-dentro do capital internacional, a Suécia expandiu significativamente o nível de exportações de ferro e madeira durante esse período (HECKSCHER, 1963).

Reforma de tempos anteriores, como na administração pública no início do século e na remoção de certas limitações mercantilistas sobre exportações, e a complexificação do sistema financeiro foram características que beneficiaram o rápido crescimento do país, mesmo no tempo de crise da Europa ocidental a partir da década de 1870 (MAGNUSSON, 2000). Na metade do século XIX, a Suécia possuía também uma população majoritariamente agrária com renda baixa. Contudo, o país aproveitava ao mesmo tempo uma base de capital humano com relativa alta qualificação, fato consumado pelo investimento nos institutos de tecnologia do país. Nas palavras de Lars Sandberg, tratava-se de um país “pobre sofisticado” (SANDBERG, 1979). Algumas dessas peculiaridades explicam o motivo de uma grande e rápida expansão da indústria nacional e de um movimento geral de avanço competitivo em tecnologia mesmo com atraso relativo, refletido principalmente no setor de engenharia, fato que será explorado mais adiante no trabalho.

A primeira metade do século XX foi marcada pelo avanço do Partido Social-Democrata na Suécia e dos movimentos trabalhistas, cuja sindicalização teve como auge a consagração do Acordo de Saltsjöbaden em 1938, tratado que estabeleceu pacto entre empregadores e trabalhadores na negociação de salários. Aproximadamente uma década mais tarde, uma série de medidas foram formalizadas em um modelo de pactuação que previa entre outros pontos: uma política de solidariedade de salários, ampla mobilidade no mercado de trabalho e alta taxa de crescimento econômico. O plano foi apresentado em 1951 pelos economistas Gösta Rehn e Rudolf Meidner (ERIXON, 2008).

O capítulo será dividido em dois blocos, tratando o Acordo de Saltsjöbaden como divisório temporal. Desta forma, o trabalho apresentará as características principais do período de

industrialização decorrido no final do século XIX até o período “Entreguerras”, e em bloco subsequente o tempo do “Modelo Sueco”, que em si é constituído por um conjunto de práticas e ideais que abrangem diversos aspectos do Estado sueco contemporâneo (EKHOLM, 2010). A análise do bloco do “Modelo Sueco” terminará em 1970, 100 anos depois do começo da industrialização conforme demarcado na literatura.

4.1 TRANSFORMAÇÃO NACIONAL (1870-1938)

Em capítulo anterior, exploramos as mudanças institucionais que favoreceram o surgimento de importantes empreendimentos impulsionadores do desenvolvimento do país. Historicamente significativa, a indústria de ferro não somente manteve sua posição estratégica nas décadas que fizeram parte do período de transformação industrial, duplicando tanto o produto e as exportações de ferro e aço de 1870 até a Primeira Guerra Mundial (MAGNUSSON, 2000). Dentre fatores responsáveis por esse *boom* estão a importação de inovações técnicas da Inglaterra e a sofisticação das fontes de financiamento da indústria, fato este que será retomado mais adiante.

Um setor brevemente mencionado, mas não propriamente detalhado, foi o madeireiro. Nos anos 1850, após uma série de limitações sobre o direito de estabelecimento de serrarias terem sido removidas, o setor floresceu, especialmente com a inovação da máquina a vapor (MAGNUSSON, 2000).

O sucesso da indústria madeireira é creditado como um dos pilares da transformação industrial da Suécia. Setor altamente competitivo, tanto em termos inter-regionais do comércio interno quanto em termos do comércio internacional, possuía também fortes *links* à indústria de ferro, com grande parte das firmas operando nos dois setores ao mesmo tempo. O maior complexo da indústria de madeira era localizado em Sundsvall, distrito líder internacional em exportações (JÖRBERG, 1958). A região contou com grande quantia de financiamento de capital alemão e escocês. A importância da indústria de madeira foi especialmente intensa na década transformativa de 1870, quando seu produto representava mais de 40% do valor de exportações do país (MAGNUSSON, 2000).

As florestas eram propriedade do Estado até o *Riksdag* de 1823, quando o parlamento decidiu transferir as terras para a iniciativa privada. Grandes extensões foram então realocadas

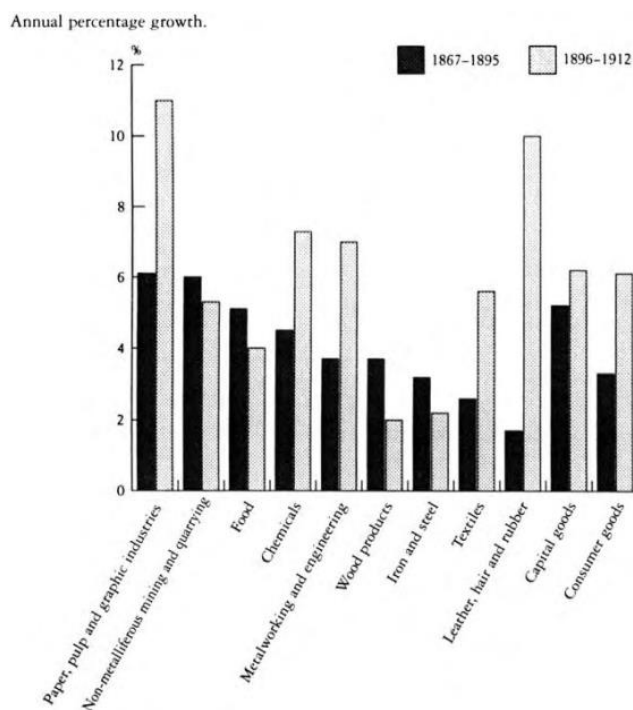
aos camponeses, muitas das quais – em virtude da falta de rentabilidade e da então inexistência de negócio lucrativo – foram revendidas por preços ínfimos a especuladores que viriam a tornar-se proprietários de indústrias décadas mais tarde. Eventualmente limitado pela exaustão das florestas na virada do século, o crescimento do setor madeireiro durante seu período de auge apresentou números impressionantes, quadruplicando a produção entre 1856 e 1896 (HECKSCHER, 1963).

Concomitante à expansão do setor madeireiro, outro negócio advindo das florestas que se estabeleceu como ponto germinativo da economia foi a indústria de papel e celulose. A nova indústria de celulose concentrou-se primariamente na região de Norrland, onde grande volume da matéria prima era localizada. Embora a indústria do papel e da celulose tivessem processos distintos, algumas empresas trabalhavam com ambos. O produto do setor cresceu consideravelmente a partir da década de 1890, como foi o caso de outras indústrias chave da Suécia (MAGNUSSON, 2000).

Além do setor madeireiro, destaca-se aqui a evolução do setor de engenharia ao final do século XIX. Responsável por prover máquinas e demais equipamentos para o mercado doméstico, nos primeiros anos de industrialização do país, uma significativa fatia do produto do setor de engenharia era destinado ao desenvolvimento das ferrovias do país, e ao longo dos anos 1870 atendia as demandas do setor de agricultura em expansão. A partir da década de 1890, o setor começou a destinar seu produto mais intensamente também ao mercado externo. Conforme mencionado acima, o setor era conectado à expansão de novas tecnologias, liderado por novas invenções (MAGNUSSON, 2000). Dentre algumas das importantes companhias a surgirem do setor no século XIX, destaca-se a produtora de telefones L.M. Ericsson, a empresa de equipamentos de mineração Atlas Copco – fundada inicialmente como AB Atlas – e a Electrolux (HECKSCHER, 1963).

Em Magnusson (2000), podemos encontrar um comparativo das produtividades anuais dos principais setores da transformação nacional entre os períodos de 1867 a 1895 e de 1896 a 1912, exposto no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Crescimento anual de produtividade por setores da indústria sueca em 1867-1895 e 1896-192 (em %)



Fonte: Magnusson (2000, p. 150)

Corroborando o que foi destacado anteriormente, o gráfico acima demonstra os números elevados de crescimento de produtividade da indústria florestal sueca até meados do século XX. Os dados evidenciam a mudança provocada pela industrialização, no aumento da produtividade relativa de setores como bens de capital e de consumo e indústria química e de engenharia. É notável que, a partir da imagem acima, vemos que no período inicial da aceleração da industrialização, os bens de capital possuíam uma margem de crescimento ligeiramente maior à da indústria de bens de consumo. Conforme pontua Lennart Jörberg (1965), o crescimento do setor de bens de consumo não antecedeu o desenvolvimento dos bens de capital. A indústria de bens de consumo sueca só alcançaria a taxa de crescimento dos bens de capital por volta da década de 1910, tal como indica a Tabela 1.

Tabela 1 - Percentual de crescimento anual por setor industrial na Suécia, 1867/69-1912

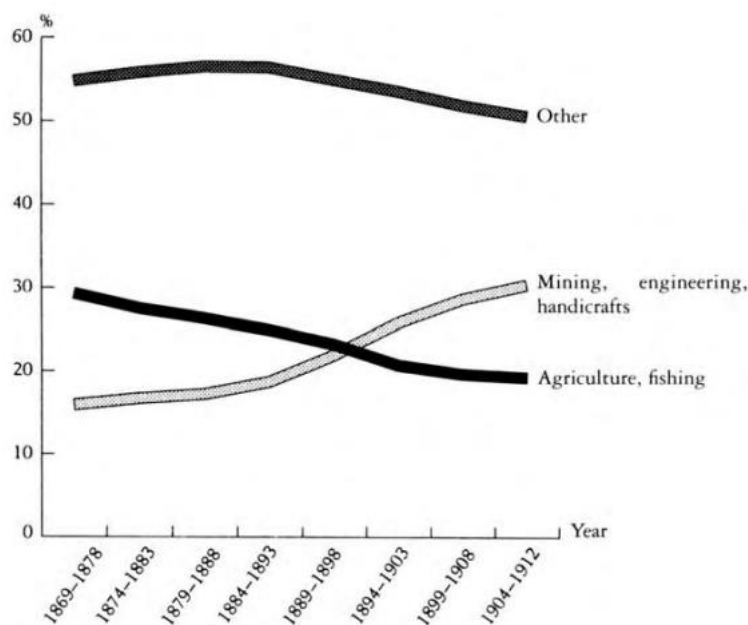
The annual percentage growth in the production value of the industrial branches, 1867/69-1912**

	1867/69- 1892/95	1896-1912
1. Paper, pulp, and graphic	6.1	11.0
2. Gravel, stone, clay and allied industries	6.0	5.3
3. Food (inc. tobacco)	5.1	4.0
4. Chemicals	4.5	7.3
5. Metal and engineering	3.7	7.0
6. Timber	3.7	2.0
7. Iron and steel	3.2	2.2
8. Textiles	2.6	5.6
9. Leather, hair, and rubber	1.7	10.0
10. Capital goods	5.2	6.2
11. Consumer goods	3.3	6.1

Fonte: Jörberg (1965, p.33)

Diferentemente da Grã-Bretanha, que começou sua expansão a partir da indústria têxtil, os principais setores do início da transformação nacional da Suécia eram: ferro, madeira e mineração (MAGNUSSON, 2000). A Suécia, portanto, não seguiu tendência geralmente encontrada na trajetória de industrialização de outros países, no qual o setor de bens de consumo tende a ser dominante em primeiro momento, e a partir da gradual maturação da economia os bens de capital superam a produtividade e a parcela nacional dos bens de consumo. Na visão de Jörberg, a razão principal para isso deve-se principalmente à forte demanda das indústrias exportadoras de matéria-prima que se encontravam na vanguarda do *boom* da década de 1870 e no período anterior (JÖRBERG, 1965). Magnusson (2000) demonstra a evolução da importância relativa das indústrias suecas no período de transformação nacional, exposto no Gráfico 6.

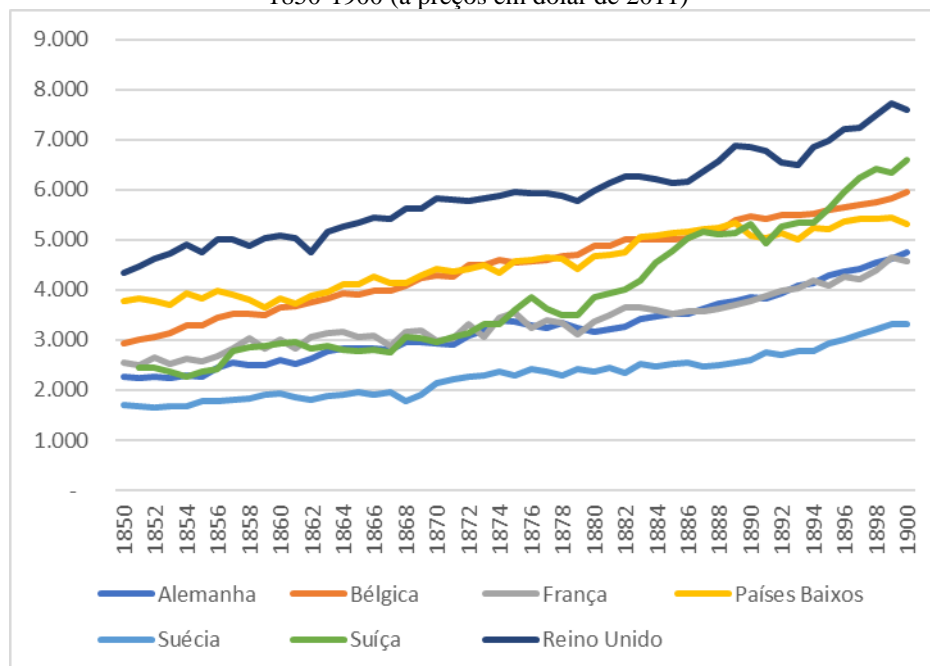
Gráfico 6 - Evolução da participação de indústrias como porcentagem do PIB da Suécia entre 1869 e 1912



Fonte: Magnusson (2000, p. 151)

Ainda na virada do século XX, a população da Suécia era majoritariamente agrária, com a taxa da população vivendo em centros urbanos em aproximadamente 22% (BENGTSSON, 2017). Embora o processo de industrialização tenha começado a se intensificar a partir da década de 1870, a Suécia era ainda relativamente pobre em comparação a países líderes como a Alemanha, França, Reino Unido e Bélgica, assim como países de tamanho e população semelhantes à Suécia como, Países Baixos e Suíça, conforme demonstra a série histórica no Gráfico 6.

Gráfico 7 - Evolução do PIB per capita da Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido, 1850-1900 (a preços em dólar de 2011)

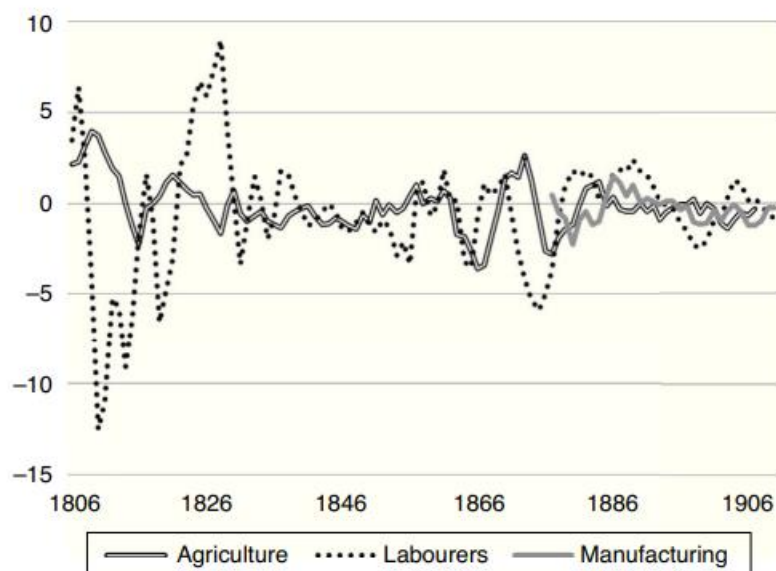


Fonte: Maddison Project Database (2020); Elaboração própria

Contudo, tais dados não descrevem com muita precisão as condições de qualidade de vida da população a partir de 1870. Anteriormente, referimo-nos à frase de Lars Sandberg que cunhou a Suécia como um país pobre, mas sofisticado. Alguns aspectos que vimos até aqui ajudam a explicar essa denominação. Dentre eles podemos destacar reformas institucionais e administrativas que visaram aumentar o poder de governança do Estado, incentivos à educação primária e secundária, por via do Ato Educacional de 1842 e os benefícios às instituições de tecnologia, além da formação de um sistema bancário e financeiro robusto. O cenário nacional do fim do século XIX apresentava uma população pobre em comparação a seus vizinhos continentais, com uma estrutura institucional e econômica complexificada. Contudo, tal como Lars Magnusson (2000) pontua, a Suécia foi afortunada em conseguir combinar industrialização com melhorias no padrão de vida, pelo menos em termos de salários e poder de compra.

Em estudo da evolução da desigualdade nos países da Escandinávia, Bengtsson (2017) apresenta o seguinte gráfico, que ilustra a diferença entre a taxa de crescimento dos salários da Suécia e a taxa de crescimento do PIB, para trabalhadores qualificados e não qualificados, assim como trabalhadores do setor rural:

Gráfico 8 - Diferença entre crescimento salarial e crescimento do PIB sueco, 1806-1906



Fonte: Bengtsson (2017, p. 11)

Nota-se no gráfico que a partir do período de 1866, a relação entre o crescimento dos salários e do PIB indica esporadicamente superávits. Dentre fatores que podem influenciar esse resultado, o autor destaca quatro: a taxa de crescimento de preços no período, o crescimento populacional, emigração e fatores institucionais. No século XIX, as três nações da Escandinávia analisados no Estudo – Dinamarca, Noruega e Suécia – possuíam salários com relativa rigidez no curto prazo, em prol de menor concentração na indústria, com menos trabalhadores qualificados e menor atividade trabalhista, em comparação aos Estados Unidos. Consequentemente, o episódio de deflação das décadas de 1870 e 1880 – que coincide com a adoção do padrão ouro – em teoria fez com que os salários não decrescessem tanto quanto o produto nesse período. De qualquer forma, o estudo salienta o efeito da massa de emigração para a América ao final do século como mais significativo para explicar os superávits dos salários em relação ao PIB. Paralelamente, foi encontrado que os movimentos trabalhistas no período não influenciaram os salários na mesma medida que a emigração, o que é consistente com outros estudos do período. Contudo, o mesmo não poderia ser dito sobre o efeito do poder de barganha sindical no período que sucedeu a 1910 (BENGTSSON, 2017). A interpretação de Bengtsson vai ao encontro do que podemos encontrar na literatura sobre o período. Tanto Magnusson quanto Heckscher em suas respectivas obras sobre a história econômica do país tratam do provável impacto da emigração no aumento dos

salários reais em compasso com o aprofundamento da industrialização (MAGNUSSON, 2000; HECKSCHER, 1953).

O trabalho de Magnusson (2000) utiliza da teoria de Schumpeter sobre o papel da inovação para descrever os blocos de desenvolvimento do final do século XIX e início do XX na Suécia e na Europa Ocidental. As três fases de Schumpeter – a transformação, a racionalização e, ao final, a crise – podem resumidamente ser entendidas, de forma respectiva, como a renovação do produto a partir da introdução de inovações, o aumento da competição pela disseminação desses novos métodos e finalmente pela exaustão da eficiência do atual ciclo tecnológico. A década do início da industrialização na Suécia coincide com um período de crise generalizado na Europa, e o período após 1870 pode ser entendido como uma fase de racionalização do produto nacional, seguida por uma crise generalizada maior na década de 1880, finalmente levando a novo bloco de transformação em 1890. Essa nova revolução industrial, assim intitulada por Magnusson, foi possibilitada principalmente através das inovações energéticas que chegaram ao país, responsáveis por expandir a capacidade de produção de ferro, aço e papel. A empresa nacional ASEA foi essencial para esse processo, que desenvolveu e forneceu novos motores elétricos e demais equipamentos para a indústria (MAGNUSSON, 2000).

As décadas de 1900 e 1910 foram especialmente favoráveis para a economia sueca. O setor de papel celulose chegou a compor um terço da base exportadora, enquanto a indústria de bens de consumo duráveis expandia sua produção com uma demanda nacional acelerada. Em 1911, o Estado criou o Conselho de Energia do Estado⁷ - *Vattenfall* em sueco – que entre outras instituições, serviria para promover o desenvolvimento do país. Em meados da década de 1910, o Estado sueco passou a tomar papel ainda mais ativo na produção do país, como na aquisição de 50% da LKAB em 1907, companhia de mineração – que seria totalmente estatizada em 1957 – assim como a fundação do Monopólio Sueco do Tabaco⁸ em 1915 (MAGNUSSON, 2000).

A exclusividade do antigo Banco dos Estados (renomeado Banco da Suécia) na emissão de moeda foi garantida em 1903, chegando mais próximo a um banco central moderno (WETTERBERG, 2009), passo importante para a consolidação de políticas monetárias nacionais. Até as décadas finais do século XIX, o Banco da Suécia atuava basicamente como banco comercial do governo, competindo com os bancos privados no fornecimento de crédito para a

⁷ Tradução nossa.

⁸ Tradução nossa

população. Restaria ainda algum tempo para que a ação do banco sobre a economia se tornasse mais ativa. Ainda na primeira década do século XX, o banco era acusado de passividade excessiva pelo economista Gustav Cassel (MAGNUSSON, 2000). Ainda que medidas tenham sido tomadas para aumentar a independência do Banco da Suécia e permitir a tomada de decisões monetárias nacionais, os diretores do banco eram ainda conservadores, não utilizando a mudança anticíclica da taxa de redesconto, por exemplo. A preocupação principal do conselho administrativo do Banco era a manutenção da taxa de redesconto baixa; entretanto, esse conservadorismo excessivo não foi ideal para amenizar a inflação, como em 1919. A visão do banco não contrastava completamente com o consenso teórico-econômico do período, substancialmente informado por Cassel e Knut Wicksell, que defendiam a manutenção de baixa taxa de juros paralela à estabilidade de preços (MAGNUSSON, 2000). Investigaremos as contribuições de ambos os economistas em subseção posterior.

Seguindo o princípio ocorrido em parte do continente europeu, Suécia abandonou o padrão-ouro frente o início da Primeira Guerra Mundial, voltando temporariamente em 1924. As consequências não foram tão negativas quanto a experiência inglesa, na qual o país ficou preso à libra supervalorizada. A Suécia, em contrapartida, aproveitou aumento das exportações e uma balança comercial favorável frente a baixa da taxa de juros (MAGNUSSON, 2000).

A experiência da década de 1930 contrasta com a ausência e passividade do *Riksbank*, o qual ora se configurava agora de fato como o Banco Central da Suécia, com políticas ativas em resposta à crise mundial. O país abandonou o padrão ouro definitivamente em 1931, seguindo a Inglaterra, cuja moeda serviu como âncora à coroa sueca em 1933, embora inicialmente a decisão tomada fosse da utilização de taxa de câmbio flutuante (MAGNUSSON, 2000). A partir desse momento, a Suécia buscou ativamente uma política de estabilização do nível de preços com o controle da taxa de juros do país. De acordo com o Ministro de Finanças, o objetivo primário do programa era a preservação do poder de compra doméstico da coroa, cujo método seguiu a teoria econômica de Wicksell, que defendia a aplicação de uma política de normalização com base no ajuste da taxa de desconto em movimento inverso dos preços. Seguindo então o conselho dos economistas Gustav Cassel, David Davidson e Eli Heckscher o banco formalizou um índice para monitorar a flutuação nacional (JONUNG, 2019).

Ao mesmo tempo, a crise provocou outro tipo de prioridade para o país, no que tange à política fiscal. Em proposta de 1933, Ernst Wigforss, o Ministro de Finanças, salientou a

possibilidade do aumento de gastos públicos para reduzir os efeitos da crise. Essa proposta foi anexada com um memorando de Gunnar Myrdal – cujas contribuições ao debate econômico na Suécia e à ciência econômica serão investigadas mais extensivamente em seção do próximo subcapítulo – apontando a possível queda da demanda agregada provocada pela crise (MAGNUSSON, 2000). Nesse aspecto, a Suécia não teve uma trajetória muito diferente do resto da Europa durante o período de recuperação da crise, no que diz respeito a recorrer a políticas keynesianas de incentivo à demanda agregada, com aumento dos gastos em projetos públicos como combate ao desemprego, com aporte do Partido Social-Democrata e de economistas como Myrdal e Bertil Ohlin (BERG; JONUNG, 1998).

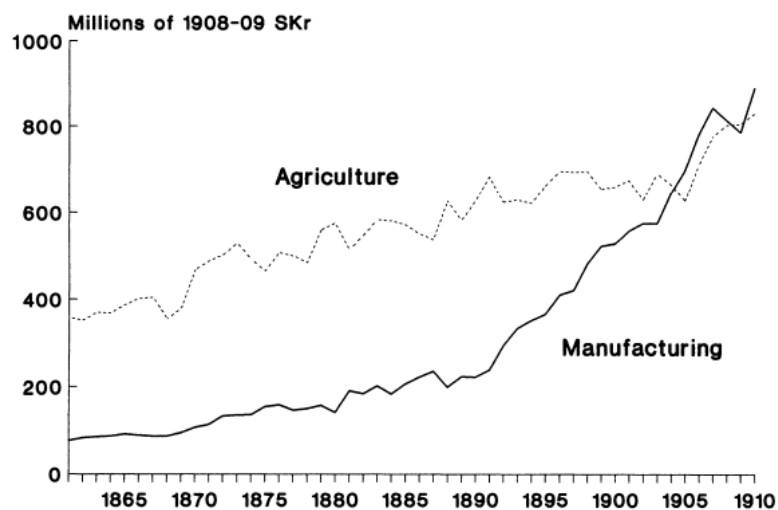
A primeira metade do século XX serviu também como momento de inflexão para o sistema tributário sueco. Como a configuração da renda e os padrões de vida da população haviam mudado profundamente no processo de industrialização, o antigo sistema que era dependente primariamente da taxa da terra já não era mais eficiente. A partir da revogação da taxa da terra em 1903, a maior parte dos tributos nacionais configurava-se como impostos indiretos. Um sistema de impostos progressivos já existia a partir de 1902, como no caso do imposto de renda, contudo suas contribuições seriam importantes somente mais tarde. O sistema sofreria uma reforma mais robusta em 1938, se aproximando do modelo atual de alta tributação (MAGNUSSON, 2000).

Assim como nas políticas monetárias da década de 1930, a comunidade de economistas do país teve participação vocal nos debates em torno da articulação de um novo sistema tributário, conforme veremos em seguida. Devido ao limite temporal-cronológico do presente subcapítulo, uma exploração da evolução dos tributos na Suécia mais detalhada ficará atribuída à segunda parte desse capítulo, contextualizado pela concretização do conjunto de medidas econômicas conhecidas coletivamente como o Modelo Sueco.

Em suma, analisamos até aqui a evolução das diferentes indústrias suecas durante o período da transformação nacional do produto, assim como índices populacionais e de que forma políticas econômicas – sobretudo monetárias e fiscais – se relacionaram com a classe política e econômica do país. Finalmente, o gráfico a seguir apresenta a evolução da participação dos setores de agricultura e manufatura no PIB sueco desde a década de 1860 até 1910, demonstrando o ponto de inflexão em 1904 no qual as manufaturas nacionais superaram a participação da

agricultura, mantendo essa tendência nos anos a seguir, com perda em relevância temporariamente em 1908, mas recuperando logo em seguida (FISHER; THURMAN, 1989).

Gráfico 9 - Participação dos setores de Agricultura e Manufatura no PIB sueco, 1865-1910



Fonte: Fisher; Thurman (1989, p. 623).

4.1.1 O papel do setor financeiro

Em capítulo anterior, investigamos o amadurecimento do setor financeiro do país, com o surgimento de bancos comerciais privados como o *Enskilda Banken*, da família Wallenberg, assim como a configuração do *Riksbanken* em direção à função de um banco de última instância. Aqui continuaremos a explorar essa complexificação, especialmente na forma que essas instituições trabalharam no financiamento das indústrias emergentes do país.

Muitos dos novos empreendimentos industriais tiveram como alicerce financiamentos das instituições bancárias privadas do país. Anteriormente, foi destacada a importância da criação do *Stockholms Enskilda Banken* por A.O. Wallenberg, que também teve participação na fundação do *Skandinavisk Kredit AB*. Ao final da década de 1880, os dois competiam entre si, visto que ambos apresentavam funções de bancos centrais, e em 1871, o terceiro grande banco privado do país foi fundado, o *Handelsbanken* de Estocolmo (MAGNUSSON, 2000).

No mesmo momento que as instituições privadas evoluíam substancialmente, a modernização do Banco dos Estados⁹ foi mais lenta. Essa lentidão contribuiu ainda mais para a importância relativa do *Enskilda Banken* e o *Skandinavks Kredit AB*, que começaram a exercer funções centrais ainda no final do século XIX. Pela demora em destituir a restrição sobre a taxa de juros imposta no século anterior e na dificuldade em fornecer crédito para as famílias do país e estabelecer fácil mobilidade de capitais entre bancos do país, o *Riksbanken* não seguia o exemplo influente do Banco da Inglaterra, que já no mesmo século servia como central na Grã-Bretanha (WETTERBERG, 2009). Das instituições públicas, também se destaca o *Manufakturfonden*, o Fundo Manufatureiro¹⁰, que já antes de 1850 providenciava crédito substancial para a indústria de ferro e outros empreendimentos industriais. Os percentuais de empréstimos do Banco da Suécia e do Fundo Manufatureiro apresentavam estar em declínio ao longo das décadas pós-1870, chegando a 13% dos empréstimos totais do país em 1910 (MAGNUSSON, 2000).

Ögren (2008) atribui o desenvolvimento de um bem adaptado sistema financeiro como o fator mais importante para a modernização da indústria sueca, citando uma revolução financeira, que movida por reformas institucionais nos anos de 1850 e 60 – tempo do ministro de finanças Gripenstedt, estudado anteriormente – levou a acelerado aumento da liquidez no país. Suas conclusões originam-se dos seus resultados que indicam uma antecipação da sofisticação do setor bancário frente o crescimento econômico e industrial nacional. Hansson e Jonung (1997) testam a veracidade da influência do desenvolvimento do setor financeiro no crescimento econômico sueco através de testes de cointegração. Embora indiquem a existência de interação entre as variáveis, assumem que no longo prazo a variável do sistema financeiro age como uma *proxy* para investimento, que em si é uma variável mais determinante. Fisher e Thurman (1989) testam ainda a constatação já referida neste trabalho sobre a importância da sofisticação do sistema bancário no crescimento econômico, chegando a resultados parecidos encontrados em Hansson e Jonung (1997), admitindo, porém, a dificuldade de encontrar respostas conclusivas. Ainda que exista controvérsia sobre inferência de causalidade desse processo, é razoável aceitar a proposição de Ögren sobre a importância dessa “revolução financeira” como um instrumento importante para proporcionar ou pelo menos facilitar o crescimento de investimentos e a longo prazo, o aumento da produtividade da economia.

⁹ Renomeado *Sveriges Riksbank* – Banco da Suécia – após a redução de quatro para dois Estados representativos no parlamento sueco em 1866

¹⁰ Tradução nossa.

Os principais bancos comerciais privados, o *Enskilda Banken* de Estocolmo e o *Skandinaviska Kredit*, estavam intimamente ligados ao surgimento de novos empreendimentos. O envolvimento de A.O. Wallenberg no financiamento de projetos com alto grau de risco como a empresa Atlas e partes do sistema ferroviário nacional quase custaram a ele o seu banco. Uma classe de banqueiros industrialistas certamente foi importante para o crescimento da Suécia, assim com a convivência com o Estado, como no caso da propriedade em conjunto do Banco da Suécia e o SEB de uma das empresas operadoras da mineração de ferro em Norrboten (MAGNUSSON, 2000). O Ato do *Riksbank* de 1897 firmou finalmente o *Sveriges Riksbank* como o Banco Central da nação, abandonando o papel que prestava como banco comercial em prol da função de regulador da base monetária. Em 1903, seria garantido seu monopólio de emissão de notas, firmando então um sistema bancário moderno.

4.1.2 Os economistas da Suécia industrial

Exploramos até aqui a evolução do ideário econômico no país, desde a defesa do mercantilismo no século XVIII, por autores como Bergh, ao liberalismo de Anders Chydenius, e de que forma o estudo econômico influenciou as tomadas de decisão políticas. Contudo, a chegada de uma ciência econômica moderna viria somente no final do século XIX, representado inicialmente por autores como David Davidson e Knut Wicksell (SANDELIN, 2011). O presente subcapítulo apresentará teorias de autores relevantes sobre moeda, formação de valor, políticas fiscais e taxação.

Eli Heckscher, em *A Survey of Economic Thought, 1875-1950*, publicado em 1953, investiga a evolução do debate econômico na Suécia a partir dos trabalhos da Associação Econômica Nacional, nomeada no texto pelo autor como a Associação Econômica de Estocolmo, fundada em 1877. A partir da publicação de um compilado de trabalhos apresentados desde sua concepção até 1927 por parte da própria instituição, o autor nota a influência francesa no *laissez-faire* defendido pelos economistas, o que é contrastante à política econômica, visto que a Suécia era mais próxima a países da Europa Central, como a Alemanha, na manutenção tardia de práticas mercantilistas (HECKSCHER, 1953).

Dentre três economistas líderes citados em textos como o livro de Bo Sandelin e artigo de Bertil Ohlin sobre a evolução do pensamento econômico sueco, David Davidson foi o primeiro a

significativamente impactar a Economia sueca moderna (OHLIN, 1927). Antes da publicação da sua tese sobre os princípios da formação de capital em 1878, era parca a presença de ciência econômica nativa no país. Nas palavras de Heckscher, o trabalho de Davidson foi ainda inédito no país devido a sua contribuição ao debate econômico internacional (HECKSCHER, 1953).

Os trabalhos de Davidson não alcançaram a mesma repercussão internacional, nem influenciaram economistas mais novos na mesma intensidade, como Wicksell e Gustav Cassel; no entanto, Eli Heckscher foi discípulo importante de Davidson (UHR, 2011). Embora tenha fundado o periódico *Ekonomist Tidskrift*¹¹ em 1898 e sido seu editor desde então, a produção acadêmica do autor em si foi limitada, o que pode ter sido fruto da sua constante autocrítica (OHLIN, 1927) Ainda que suas contribuições acadêmicas não tenham obtido o mesmo impacto dos outros economistas líderes, a influência de Davidson sobre a política econômica foi mais forte e direta (UHR, 2011).

Grande parte da teoria econômica de Davidson era baseada em um conceito formulado pelo autor chamado de “valor objetivo”, cuja definição, por sua vez, tinha como pilar o fator da escassez em decisões econômicas. Segundo ele, a mudança na alocação individual entre diferentes recursos determinada pela escassez tinha como resultado o valor objetivo desses recursos, independentemente do nível de riqueza do indivíduo. A teoria do valor objetivo de Davidson não foi amplamente aceita pelos economistas; contudo, sua ênfase sobre a escassez e contribuiu para a administração financeira durante a Primeira Guerra Mundial (UHR, 2011)

Cada um dos economistas líderes suecos possuía sua própria teoria monetária, e consequentemente, o debate era constante, fato provado pela publicação do artigo *Stabilizing the Value of Money: A means of preventing crises*, por Knut Wicksell, resposta a uma crítica de Davidson sobre sua teoria monetária (WICKSELL, 1999).

Davidson possuía sua própria teoria monetária, cuja lógica era primariamente embasada no seu conceito de valor objetivo. Fundamentalmente, o autor defendia que em dado estado de tecnologia, se a oferta de moeda fosse mantida em uma proporção constante à capacidade produtiva dos recursos do país, a moeda teria valor objetivo constante, relativo ao valor objetivo das *commodities* que compõem o produto nacional. Em suma, para Davidson o trabalho da política monetária era manter a oferta monetária em razão constante com a taxa de crescimento

¹¹ O periódico é também conhecido como *The Scandinavian Journal of Economics*, publicado até hoje.

da economia (UHR, 2011), o que a rigor não diferia da tradicional teoria quantitativa da moeda. Talvez mais controversa era sua posição sobre o papel da política monetária em tempos de crescimento da produtividade, no qual a taxa de preços da economia deveria decrescer em proporção ao aumento da produtividade. De que forma isso seria feito não é evidente através de seus trabalhos (UHR, 2011)

Embora Davidson e Knut Wicksell concordassem em maior parte na teoria e prática de Economia Política, Wicksell era notadamente influenciado pela escola Austríaca da teoria da utilidade marginal. Ademais, obteve fama inicialmente como um dos primeiros proponentes do “neomalthusianismo” (HECKSCHER, 1963). Wicksell começou sua carreira como economista e cientista social entrando no debate público de forma estrondosa, com uma palestra controversa sobre as causas da embriaguez e como remediá-las. Entre as diversas causas indicadas para explicar a embriaguez e demais males, todas se resumiam à pobreza. E a causa da pobreza era sobretudo o excesso de população, seguindo os textos de George Drysdale, teórico neomalthusiano (LUNDAHL, 2015).

Comparado a Davidson, a primeira contribuição de Wicksell demonstrava uma maior aptidão pela notoriedade e aparição pública. Embora a opinião dos conservadores do país tenha sido negativa, a reação dos estudantes, particularmente em Uppsala, foi de bastante entusiasmo (LUNDAHL, 2015). Ao longo dos anos, Wicksell aprofundou seus estudos econômicos e tornou-se professor de Direito da Universidade de Lund, onde lecionou cursos relacionados à ciência econômica. (UHR, 2011)

Em seus trabalhos, Wicksell trouxe uma importante contribuição para a ciência no encurtamento da lacuna entre teoria monetária e teoria de preços. Ele buscou explicar um fenômeno relatado em análises de dados de outros autores da metade do século XIX, os quais mostravam uma relação inversa à defendida pela teoria quantitativa da moeda clássica. Os achados demonstravam que altas de investimentos e preços eram correspondidas por elevação das taxas de juros, e não o contrário, demonstrando também que a elevação dos preços era anterior ao aumento da oferta de moeda, uma possível prova de que a variável que se ajusta é a segunda. (UHR, 2011)

Wicksell então procurou entender a possível influência da taxa de juros sob o deslocamento do nível de preços da economia. Sua hipótese sustentava-se por uma suposta relação entre a taxa de juros explícita da economia, composta pela taxa de empréstimo bancário e

a de desconto, e uma taxa de juros natural da economia. A taxa de juros natural “wickselliana” corresponde à produtividade marginal do capital real, que era resumida basicamente como a produtividade marginal do ato de esperar. Era o ponto no qual a demanda por empréstimos de capital e a oferta de poupança tinham concordância exata. Essa taxa era essencialmente variável, e em estado de equilíbrio os preços e salários permaneciam estáticos (UHR, 2011). Muito da teoria de Wicksell foi aceita posteriormente como parte do *mainstream*, especialmente a influência da relação da taxa de desconto bancária e a taxa real da economia, assim como a influência da política de desconto sobre preços (OHLIN, 1927).

A partir da noção da diferenciação da taxa de juros natural e das taxas de juros explícitas dispostas pelo sistema bancário, Wicksell apresenta o chamado processo acumulativo, em direção ascendente e descendente. Segundo ele, o processo começa quando bancos expandem a oferta monetária a partir da oferta de crédito a taxas de juros mais baixas do que a taxa natural ou real. Isso não aconteceria a partir da redução deliberada da taxa de empréstimo por parte das instituições bancárias, mas pela manutenção do empréstimo a nível de equilíbrio anterior a um aumento da taxa natural da economia. Isso faz com que empreendedores aproveitem lucros superiores ao estado de equilíbrio inicial, expandindo salários e conseqüentemente o consumo. O aumento do retorno sobre o capital aumenta a demanda por investimento, paralelo à expansão da oferta de poupança proveniente da maior renda populacional. Com diminuição da proporção de bens de consumo na economia e rendas mais altas, os preços sobem. Essa tendência continua até que a taxa bancária se iguale à nova taxa natural. Esse constitui o processo acumulativo ascendente, que pode forçar as instituições a aumentarem a taxa de empréstimo para nível aproximado ou igual à taxa real, levando então a um novo equilíbrio instável, e dependendo da intensidade das mudanças – como por exemplo políticas que subestimam seu próprio efeito – pode tornar a provocar novo processo acumulativo, dessa vez de caráter descendente (UHR, 2011).

Incorporando o arcabouço teórico acima, Wicksell apresentou uma recomendação de normalização de preços para as autoridades financeiras, na qual era necessário manter um índice de preços e estabelecer uma banda ao redor do ano inicial como base 100. Se o índice se elevasse acima dessa faixa inicial, a taxa de desconto também seria elevada; e inversamente, caso os preços ficassem abaixo da base, mantendo uma variação de aproximadamente 97 a 103. A proposta foi criticada por muitos de seus contemporâneos, dentre eles Davidson, que continuava a

defender a importância de manter o movimento da taxa inverso ao deslocamento de preços (UHR, 2011). Contudo, conforme vimos anteriormente, a teoria de Wicksell teve forte influência na implementação do programa de normalização de preços na década de 1930 por parte do Banco Central.

Em *A New Principle of Just Taxation*, traduzido e publicado em 1958, Wicksell procurou expandir o princípio de utilidade marginal – e com isso o benefício marginal para além da taxação – para o processo de decisão de alocação de diferentes empreendimentos e funções por parte do governo na provisão de bens públicos. Segundo ele, serviços do setor público que fossem separáveis – no caso em que é possível discernir a utilização do recurso por um indivíduo adicional – poderiam cobrar o que chamava de “preços de imposto” com base no custo marginal. No objetivo de racionalização dos recursos e no interesse do bem-estar da população geral, os preços cobrados sobre a utilização de serviços públicos não deveriam servir como taxação indireta. Principalmente nos casos em que o custo marginal é tão ínfimo a ponto de não fazer muito sentido economicamente – como em pedágios – o serviço deve então ser gratuito, financiado pela taxação geral nacional sem o preço de admissão adicional (UHR, 2011).

Wicksell possuía uma visão profunda de justiça e igualitarismo baseado em princípios utilitaristas. Além da defesa de maior progressividade do sistema tributário, ele advogava que certas taxas confiscatórias deveriam capturar e eliminar o elemento rentista das riquezas individuais. Esses impostos propostos taxariam uma parte “imerecida” das rendas individuais, isto é, subtraindo melhorias à terra feitas pelo proprietário desde sua aquisição assim como os juros sobre esses investimentos do valor de mercado da terra atual. Essa espécie de imposto confiscatório também poderia ser utilizada sobre ganhos de monopólio, de capital e sobre herança. A arrecadação proveniente deveria então ser repassada para investimentos produtivos do Estado em prol do aumento da renda populacional, e idealmente o efeito multiplicador dessa arrecadação poderia financiar a distribuição de um “dividendo social” para adultos que completassem 25 anos para a compra de suas moradias próprias, investimento em educação e melhorias pessoais, sob o pressuposto de que os trabalhadores não deveriam viver somente com base nos seus salários (UHR, 2011).

Em especial, nesse último ponto, Wicksell demonstrava ser bastante idealista, pois o autor sabia que qualquer reforma tributária seria fruto de processo político, no caso da Suécia

dependente de rodadas parlamentares (UHR, 2011). A teoria de Wicksell sobre o princípio do benefício dependia de três requerimentos (SILVESTRE, 2003):

- a) De que qualquer decisão do parlamento sobre a provisão de bens públicos fosse feita simultaneamente com a decisão sobre a distribuição de custos dos serviços;
- b) De que o peso tributário imposto sobre o cidadão fosse proporcional aos benefícios advindos dos serviços;
- c) De que a decisão fosse feita de forma unânime entre os diferentes entes representativos dos interesses da nação¹².

Embora as ideias de Wicksell sobre a decisão parlamentar do custo da taxaço imposto e o benefício correspondente incidente sobre os indivíduos não fossem estruturadas matematicamente, Erik Lindahl, um de seus discípulos, auxiliou a fundamentar sua teoria com uma abordagem de equilíbrio que mais tarde seria reforçada com maior formalização por outros autores, como em Silvestre (2003).

Após David Davidson e Knut Wicksell, destacamos o economista e professor Gustav Cassel. Embora suas contribuições para o avanço do método do estudo teórico-econômico não são muitas vezes encaradas com grande estima – sendo alvo de críticas de autores como Schumpeter – ele foi no mínimo importante na sua ajuda a disseminar o estudo da Economia para um público maior. Cassel almejava não somente educar o povo sueco através de atividade acadêmica, mas também influenciar decisões políticas – objetivo de muitos economistas – contudo, seu papel pode ser considerado pioneiro (OHLIN, 1927). Sua aptidão pelo debate e aparições públicas o colocaram em uma posição de alta influência, mesmo em comparação a Wicksell, trazendo noções econômicas com bastante praticidade analítica e quantitativa à política, fazendo com que nos anos 1920 e 1930 Cassel fosse considerado uma figura líder (MAGNUSSON, 2011). Suas semanais publicações de artigos, com apresentação relativamente simples, segundo Heckscher (1963), demonstravam feito impressionante de jornalismo econômico, que pode ser entendido como um dos primeiros e principais fatores para que a população sueca tivesse mais contato com discussões sobre problemas econômicos do que qualquer outro país naquele período.

¹² Wicksell mantinha que a base de votos do país deveria ser expandida para representar os diversos interesses da sociedade sueca, e de que todos os cidadãos – homens e mulheres – deveriam poder votar, e para a garantia do poder de voz de minorias políticas o sistema eleitoral deveria basear-se em representação proporcional (SANDELIN, 2011, p. 116)

Embora Wicksell já havia falecido em 1926, seus trabalhos em defesa do uso de política monetária para estabilização seriam continuados por seu colega acadêmico Cassel. Ainda que a visão de certos autores seja de que suas contribuições metodológicas não tenham sido de caráter muito inovador, podemos ainda assim destacar sua teoria sobre preço e valor. Cassel em princípio rejeitava a teoria utilitarista de valor, sob o preceito de que isso seria inútil para a análise econômica sobre a formação de preços, haja vista a impossibilidade de se obter algum “sentido concreto” (CASSEL¹³ *apud* MAGNUSSON, 2011). Em seu lugar, a teoria de preços deveria ser sobreposta por outra baseada em princípios puramente quantitativos. Seguindo o modelo de equilíbrio geral Walrasiano, Cassel assumia que a demanda só poderia ser formada a partir do ajuste e determinação dos preços a partir da oferta, e os preços em suma eram definidos pela escassez dos diferentes produtos que compradores desejam. Contudo, como os compradores só definem sua demanda a partir da fixação de preços e os preços são determinados pela escassez na economia, o processo de formação da demanda e oferta é simultâneo. Resumidamente, o método empregado nas teorias de Cassel evita muito da “metafísica” de postulados econômicos criticados pelo autor, não somente a teoria utilitarista de valor, mas também a ideia geral da produtividade marginal (MAGNUSSON, 2011).

Apesar da visão de alguns autores sobre a falta de aprofundamento teórico ou de inovação em seus trabalhos, as opiniões de Cassel sobre a necessidade de maior participação ativa do Banco Central na estabilização do valor da moeda nacional foram recebidas com aprovação dentro da comunidade acadêmica sueca no início do século XX. Cassel concordava com Wicksell a respeito da utilização da taxa de redesconto do banco como mecanismo de ajuste para os preços nacionais. Cassel teve ainda importante impacto no estudo de Economia Internacional, no desenvolvimento da teoria moderna de Paridade do Poder de Compra, na qual a taxa de câmbio é definida pelos preços relativos de dois países (LUNDAHL, 2015).

Eli Heckscher atingiu fama internacional por suas contribuições ao estudo da Economia Internacional, com o modelo de comércio conhecido como “Heckscher-Ohlin”, publicado em 1919. Sua presença em debates econômicos que culminaram na sua participação ativa na política nacional no programa de estabilização de preços da década de 1930, conforme já mencionado, resumem-se à fase inicial de sua carreira. Durante a maior parte da primeira metade do século

¹³ CASSEL, G. *On Quantitative Thinking in Economics*, Oxford: Clarendon (1935)

XX, Heckscher foi professor de Economia e Estatística na Escola de Economia de Estocolmo, a *Stockholm School of Economics*, seguindo Cassel. Contudo, a segunda metade de sua carreira foi amplamente dedicada ao estudo de História Econômica, cujas obras produzidas durante o período provaram-se de grande influência (HENRIKSSON, 2011).

O modelo Heckscher-Ohlin não foi a única contribuição ao debate do âmbito internacional da Economia por parte do autor, criticando a teoria da Paridade de Poder de Compra de Cassel. Segundo ele, o cálculo da taxa de câmbio a partir dos preços relativos de cada país seria insuficiente, uma vez que estaria ignorando o funcionamento do padrão-ouro. Em relação a este último item, Heckscher era assíduo defensor da ancoragem ao ouro, dizendo que qualquer outro tipo de relação de câmbio traria muita dificuldade de cálculo, já que o ponto de referência seria outras *commodities*. Essa situação criaria outro problema, como os custos de transação desses recursos entre diferentes países. Heckscher aceitava que o câmbio poderia ser livre somente em uma situação hipotética no qual os custos de transação são mínimos e a velocidade da moeda é alta o suficiente para manter a eficiência de tal sistema. Ainda em termos de Comércio Internacional, o autor era explicitamente contrário a tarifas protecionistas – muito em virtude da lógica desenvolvida em seu modelo –, salvo situações como a de incentivo a indústrias nascentes (LUNDAHL, 2015). Conforme veremos em próxima seção, tanto Heckscher quanto os outros economistas referidos anteriormente foram figuras influentes na formação de uma nova geração de economistas, que se tornaram conhecidos sob o guarda-chuva da escola de pensamento de Estocolmo.

4.1.3 Formação da Social-Democracia

Acemoglu e Robinson (2019) esquematizaram um modelo de crescimento econômico enraizado nas influências das configurações institucionais e culturais sobre as trajetórias econômicas de diferentes países. O modelo supõe relação entre o poder do Estado e o poder da sociedade, cuja sobressalência vis-à-vis sugere duas espécies diferentes do “Leviatã”, termo análogo à figura do Estado da obra de Thomas Hobbes. No caso da superação do poder do Estado, que serve como aproximação para uma série de características como a capacidade de governança e aplicação de justiça por parte das autoridades, sobre o poder da sociedade, que no caso é representado por exemplo pela organização de movimentos sociais e trabalhista, apresenta-

se o “Leviatã Despótico”, com excesso de autoritarismo. Na situação inversa, o “Leviatã” é caracterizado como “Ausente”. A figura a seguir representa esse modelo, intitulado de “Corredor Estreito”, com supostos exemplos elaborados pelos autores.

Figura 4 - Modelo do “Corredor Estreito” de Acemoglu e Robinson (2019)

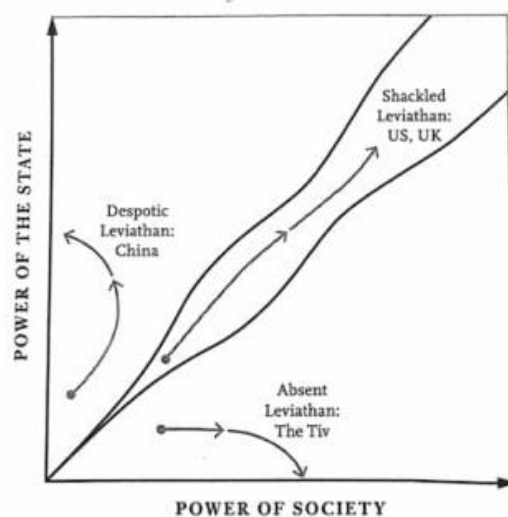


Figure 1. The Evolution of Despotic, Shackled, and Absent Leviathans

Fonte: Acemoglu; Robinson (2019, p. 64)

O modelo assume ainda a existência de uma situação na qual ambos os poderes estão em equilíbrio, lançando a nação em uma trajetória de crescimento na qual o Leviatã está “acorrentado”. Dentro desse espaço de equilíbrio, o “Corredor Estreito”, ambas forças buscam aumentar seu poder simultaneamente para evitar que o outro o supere, em uma espécie de “corrida para manterem-se parados”. Os autores denominam esse fenômeno como o “efeito da Rainha Vermelha”, e é diante dessa condição que países tendem a obter resultados econômicos de maior eficiência e equidade. O livro apresenta o caso da Suécia no início do século XX como exemplo desse efeito, no qual a expansão do Estado coincidiu com o aprofundamento da democracia e da representação da sociedade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019). Cabe, então, investigar as razões para esse processo.

Valocchi (1992) apresenta algumas das teorias sobre as origens do estado de bem-estar social sueco, que recaem geralmente sob o enfoque de três agentes:

- a) A classe agrária do país, cujos interesses fundamentaram e influenciaram a defesa da igualdade de direitos dos trabalhadores de seu setor no confronto com a classe industrialista no parlamento;
- b) O regime monárquico burocrático que proporcionou estruturas condizentes com o processo consensual de decisões políticas;
- c) A classe de trabalhadores industriais emergente representada pelo Partido Social-Democrata, que propunha uma aliança entre classes.

A primeira interpretação sugere que princípios de universalismo – termo cuja conceituação será explorada a seguir – e solidariedade, que compõem o modelo Social-Democrata sueco, têm suas origens nas respostas da bancada agrária no *Riksdag* frente a tentativas de elites urbanas e industriais de aplicar reformas de segurança exclusivamente a trabalhadores industriais. Recusando-se a pagar por um sistema de pensão no qual benefícios não fossem distribuídos a toda sociedade, a ala agrária conseguiu bloquear o avanço da legislação no parlamento até que um sistema de pensão que incorporasse todos os setores da economia fosse proposto. Este sistema universal foi eventualmente aprovado em 1913 (VALOCCHI, 1992).

A segunda interpretação, visão centrada no papel do Estado monárquico no desenvolvimento remonta à decadência do feudalismo e à centralização dos poderes nacionais, formando um Estado com domínio sobre a administração de sistemas legais e tributários e controle sobre o Banco Central, criando uma configuração capaz de financiar obras a partir do déficit público e favorecer o surgimento do Partido Social-Democrata. A terceira interpretação coloca o peso sobre o papel da proximidade deste com o movimento sindicalista sueco, representando os interesses da classe operária quando o partido subiu ao poder em 1932, trabalhando para atingir os objetivos do universalismo, redução do desemprego e finanças baseadas em taxaço progressiva (VALOCCHI, 1992).

O conceito de universalismo – ou o princípio de universalidade – não é exclusivo à Suécia, fazendo parte do sistema de bem-estar social de outros países da Escandinávia. A Noruega foi pioneira na introdução de seguro de doença que cobriria todos os trabalhadores e suas famílias que estivessem abaixo de um teto de alta renda. Em suma, o princípio de universalidade significava que os benefícios do Estado de bem-estar social distribuídos pelos governos atingiriam toda a população. Uma das primeiras medidas a incorporar tal princípio de universalidade no Estado sueco foi o Ato Educacional de 1842 – conforme exploramos

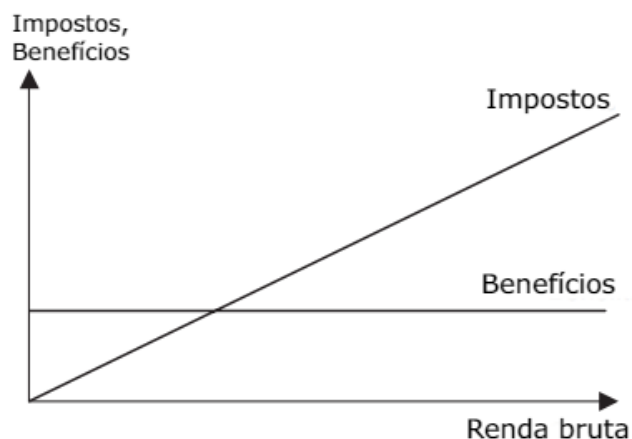
anteriormente – seguindo o exemplo da Dinamarca em estabelecer um ato de educação pública três décadas antes. A Suécia também aprovou a regulamentação e controle da saúde pública sob o poder das autoridades locais em 1874, após leis semelhantes terem sido outorgadas nos outros países da Escandinávia. (KUHNLE; HORT, 2004).

Bergh (2004) apresenta a definição do Estado de bem-estar universal de Bo Rothstein:

Falando de uma perspectiva institucional, o que melhor caracteriza os estados de bem-estar social sueco e outros escandinavos (bem como alguns outros países do norte da Europa) é que a maioria dos programas é universal, não seletiva. Isso significa que programas sociais como aposentadorias, cuidados de saúde, creche, educação, subsídios infantis e seguro saúde não são direcionados apenas aos "pobres", mas sim abrangem toda a população, independentemente de sua capacidade de pagamento (ROTHSTEIN¹⁴, 2001, p. 218 apud BERGH, 2004, p. 749)

A lógica de Rothstein pode ser resumida no gráfico a seguir.

Gráfico 10 - Distribuição de renda do estado de bem-estar social universal em termos de impostos proporcionais e benefícios flat-rate com a renda bruta



Fonte: Bergh (2004, p. 749); Tradução nossa

É possível visualizar, portanto, que os mais pobres ganham mais benefícios em relação ao que pagam de impostos. Em justaposição, os mais ricos encontram-se numa situação na qual mais pagam impostos em relação aos benefícios que recebem. Esse sistema contrasta com um sistema de bem-estar residual ou de políticas focalizadas, no qual os benefícios são geralmente alocados a uma parcela específica da população. Essa configuração traz padrões de redistribuição muito fortes à população, mesmo com a ausência de impostos progressivos, já que a diferença entre as

¹⁴ Rothstein B. (2001) 'The Universal Welfare State as a Social Dilemma', *Rationality and Society*, 13 (2), 213–33.

taxas pagas pelos ricos e os benefícios fixos financia a defasagem na taxação dos mais pobres (BERGH, 2004; HULTQVIST; HOLLERTZ, 2021).

Rojas (1991) atribui em parte à herança agrária nacional as origens do sistema de bem-estar do Modelo Sueco, salientando a importância da representação histórica dos camponeses no parlamento e a evolução dos direitos de propriedade de terra. O não-feudalismo – e por consequência a ausência de servidão da população – é uma característica apontada pelo autor como sendo um fator determinante da participação do campesinato na política. Até o século XIX, a maioria da população rural dividia-se em três grupos com condições de propriedade distintas: os proprietários de terras livres; arrendatários cultivando em terras reais; e terras da nobreza. Segundo o autor, essa organização demonstrava a fraqueza das aristocracias locais (ROJAS, 1991).

Heckscher (1963) explora as peculiaridades da nobreza sueca que levaram à ausência do feudalismo, processo que tradicionalmente trouxe a desintegração e descentralização de territórios europeus. Primeiramente, as terras da nobreza eram dispersas em muitas províncias, incentivando maior comunicação entre elas. Ademais, muitas destas não eram hereditárias, dificultando a manutenção de grandes propriedades de forma intacta e intergeracional. O autor destaca também as vantagens de comunicação oriundas de qualidades geográficas suecas em contraposição ao resto do continente, como arquipélagos no litoral que tornavam difíceis a preponderância de bloqueios e pedágios, assim como estradas que no inverno se tornavam congeladas e facilitavam o transporte de bens pesados através do uso de trenós. Substancialmente, a Suécia possuía uma maior tendência à unificação do território, o que teria contribuído para dificultar o desenvolvimento de um sistema feudal típico (HECKSCHER, 1963).

Grimberg (1935) cita que, ainda no século XVII, a reclamação da bancada de camponeses no *Riksdag* sobre a possível supressão dos direitos de propriedade livres e o medo da redução da população à condição servil tal como outros países, em período no qual a proporção das terras da nobreza estava em trajetória de crescimento em relação aos proprietários livres (GRIMBERG, 1935). A representação política do campesinato serviu como bloqueio a sucessivas tentativas do estrato da nobreza de aumentar sua autonomia frente ao resto da população (ROJAS, 1991), como no exemplo narrado por Grimberg.

No capítulo anterior, investigamos o impacto de mudanças institucionais no aprimoramento do produto agrícola e no desenvolvimento da classe agrária. A revolução

agrícola, preconizada pelo cercamento dos campos, teve como consequência a expansão dos estratos mais altos do campesinato sueco. Concorrentemente, o cercamento de terras diminuiu as oportunidades de renda para camadas mais pobres dos camponeses, provocando uma massa migratória tanto em direção aos centros urbanos quanto para fora do país. A emancipação da classe mais alta dos camponeses levou a maior representação política, com a destituição da antiga configuração do parlamento, tornando-se a força predominante da Segunda Câmara, eventualmente fazendo parte da coalização por trás do movimento Social-Democrata nos anos 1930 (ROJAS, 1991).

Destarte, as diferentes teorias sobre o desenvolvimento sueco apresentadas em Valocchi (1992) não são tão antagônicas. Vimos que o regime monárquico e a configuração histórica da aristocracia e a geografia na Suécia proporcionaram menor adesão à descentralização feudal, resultando em tentativas suprimidas de reduzir a população camponesa à condição de servidão. Em virtude de mudanças institucionais e do avanço de técnicas na agricultura, a emancipação de uma parcela de camponeses resultou em maior participação política da classe agrária, que tanto serviu para combater a instituição de pensões que favoreceriam apenas uma determinada parcela de trabalhadores industriais, em prol de uma lei universal, quanto para fortalecer o movimento emergente da Social-Democracia.

A criação de uma frente ampla envolta do Partido Social-Democrático – ou simplesmente SAP – fez parte do projeto do líder de movimento Hjalmar Branting, já na década de 1880. Desejando evitar o destino de outros partidos socialistas do continente de isolamento da força trabalhista sob preceitos marxistas, Branting acreditava na necessidade de o partido tornar-se um poder político forte (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019), segundo ele,

Em uma terra retrógrada como a Suécia nós não podemos fechar nossos olhos para o fato de que a classe média toma um papel cada vez mais importante. A classe de trabalhadores precisa da ajuda que ela pode conseguir dessa direção tal como a classe média necessita dos trabalhadores ao seu lado (BRANTING *apud* ACEMOGLU; ROBINSON, 2019, p. 468)¹⁵.

Kuhnle e Hort (2004) creditam também em parte a expansão da Ciência Econômica como uma ciência social positiva à criação na Escandinávia de diversos institutos de Economia nos anos 1870 e 1880, os quais levantavam discussões sobre a “questão social”. Paralelo à

¹⁵ A citação original não foi encontrada.

profissionalização de economistas, os estados escandinavos desenvolveram aparatos capazes de coletar dados da população, aumentando a produção de estatísticas oficiais que poderiam ser utilizadas para a formalização de legislações sociais (KUHNLE; HORT, 2004).

O fortalecimento político do SAP¹⁶ intensificou-se com a aprovação do sufrágio universal masculino em 1918, projeto do partido desde o início do século. Contudo, o objetivo de frente ampla com apoio da classe média primariamente enfrentou um obstáculo na crise da década de 1930. Nesse cenário, o partido buscou maior aproximação com ruralistas do país, paralelo ao relacionamento favorável com os sindicatos. Isso provocou algumas contradições, visto que os representantes dos direitos trabalhistas desejavam maior compensação, maiores salários e combate ao desemprego com políticas fiscais expansionistas, enquanto fazendeiros desejavam defender os preços dos seus produtos, o que ia de encontro à elevação de salários (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019).

Em 1928, o líder do SAP, Per Albin Hansson, proclamou em famoso discurso a ideia utópica do *folkhemmet* – a casa do povo – na qual a sociedade deveria ser tratada como uma grande família, promovendo uma identidade nacional com senso de comunidade. Hansson utilizou o termo novamente nas eleições parlamentares de 1932, dessa vez apresentando SAP como a “casa” (ROJAS, 1991; ACEMOGLU; ROBINSON, 2019). Abaixo encontra-se um fragmento do seu discurso de 1928:

A base do lar é a comunidade e o sentimento de união. O bom lar não conhece privilegiados nem negligenciados, nem favoritos nem enteados. Lá, um não olha para o outro com desprezo, ninguém tenta obter vantagens à custa de outro, os fortes não menosprezam e saqueiam os fracos. No bom lar, prevalecem igualdade, cuidado, cooperação e prestatividade. (HANSSON *apud* ROJAS, 1991, p. 71-72¹⁷).

Podemos encontrar elementos universalistas distintivos nessa fala, de acordo com a literatura que exploramos anteriormente. A retórica de unidade nacional e a ênfase de um “espírito nacional” alinha-se com os sentimentos nacionalistas comuns à época, que em outros casos deu caminho à ascensão do fascismo. Contudo, a última frase destacada, na qual Hansson descreve os objetivos da visão utópica do *folkhemmet*, dentre eles igualdade e cooperação, está mais atrelada à forma conciliatória sobre a qual o SAP trabalhou na década de 1930. O primeiro consenso importante foi firmado em 1933, na aliança entre o Partido Social-Democrático e o

¹⁶ Partido-Social Democrata da Suécia

¹⁷ A citação original não foi encontrada.

Partido Agrário, no qual os camponeses receberiam preços melhores por seus produtos em troca do apoio do partido a políticas de aumento do gasto público pautadas pelo SAP (ROJAS, 1991). As medidas protecionistas adotadas concomitantemente com o aumento dos gastos receberam resistência de interesses bancários e empresariais, que temiam a redução da competitividade das exportações. Contudo, em 1936 foi formado um governo de coalização, tal como projetado pelo partido desde o final do século anterior, com apoio de grande eleitorado. Finalmente, em 1938, representantes de sindicatos, fazendeiros, sindicatos e empresários se reuniram em Saltsjöbaden sob o intermédio do governo (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019).

O Acordo de Saltsjöbaden foi importante marco para a implementação do modelo de Estado de bem-estar social utilizado pela Suécia pelo restante do século. Aqui se firmou o pacto entre a classe de trabalhadores e os empregadores, representados respectivamente pela Confederação dos Sindicatos (LO) e a Confederação dos Empregadores Suecos (SAF), no qual a atividade grevista seria reduzida em troca de reformas e crescimento dos salários. Este arranjo seria apoiado nos anos a seguir por uma série de políticas econômicas baseadas em um modelo de barganha salarial centralizado (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019; ROJAS, 1991). O qual será analisado de forma mais aprofundada no subcapítulo a seguir.

4.2 O MODELO SUECO (1939-1970)

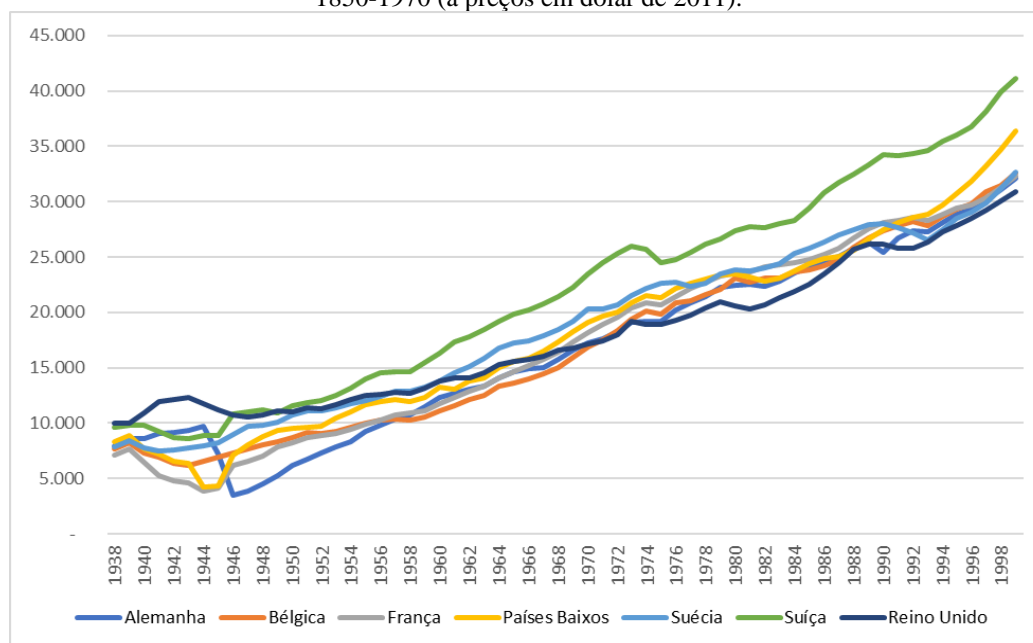
Após o Acordo de Saltsjöbaden, em 1938, e o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Suécia apresentou altas taxas de crescimento, as quais perduraram até meados da década de 1970, crescendo mais rápido que a maioria dos outros países do hemisfério ocidental, com taxas anuais de 3,3% de 1951 a 1954, 3,4% de 1956 a 1960, 5,2% de 1961 a 1965 e 4,1% de 1966 a 1970. Contudo, esses números não indicam a distribuição desigual de crescimento setorial da economia, já que o setor agrícola apresentou taxas menores e até negativas em alguns anos. Pode-se dizer que o país deixou efetivamente de ser um país agrário na década de 1950, sem mais a maioria da população trabalhando na terra (MAGNUSSON, 2000). Isso corrobora o fato estilizado da literatura econômica convencional de que a Suécia perdeu somente para o Japão em termos de crescimento econômico entre 1870 e 1970 (KRANTZ, 2004).

Magnusson (2000) atribui grande parte do sucesso econômico aproveitado pela Suécia nas décadas de 1950 e 60 ao avanço da indústria de engenharia. Setor com relações historicamente

próximas aos bancos, muitas empresas fundadas no século anterior expandiram suas atividades. A classificação da indústria de engenharia engloba uma miríade de firmas, contudo o maior avanço ocorreu, sobretudo, nos subsetores de maior intensidade tecnológica (MAGNUSSON, 2000).

Liderada por exportações de matérias-primas e produtos do setor de engenharia, a economia da Suécia passou por um amadurecimento associado a movimento paralelo de aumento da equidade social e de renda no país. Um cotejo do crescimento econômico da Suécia no século XX no Gráfico 10 frente outros países da Europa nos ilustra tal processo. Nota-se que, por grande parte do século, a Suécia perdeu apenas para a Suíça em termos de PIB per capita dentre os países da amostra.

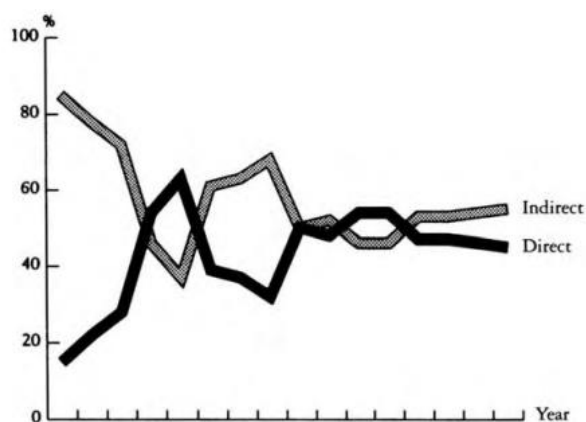
Gráfico 11 - Evolução do PIB per capita da Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido, 1850-1970 (a preços em dólar de 2011).



Fonte: Elaboração própria; Maddison Project Database (2020)

Investigamos no subcapítulo anterior a lógica de formação e funcionamento do Estado de bem-estar social que se instaurou na Suécia no século XX, baseado no critério de universalidade. Parte desta estrutura social e econômica foi concretizada com mudanças no sistema de tributação. A seguir se encontra um gráfico com a evolução dos impostos indiretos e diretos como percentual da carga tributária total de 1900 a 1970, onde podemos observar o ponto de inflexão de 1938.

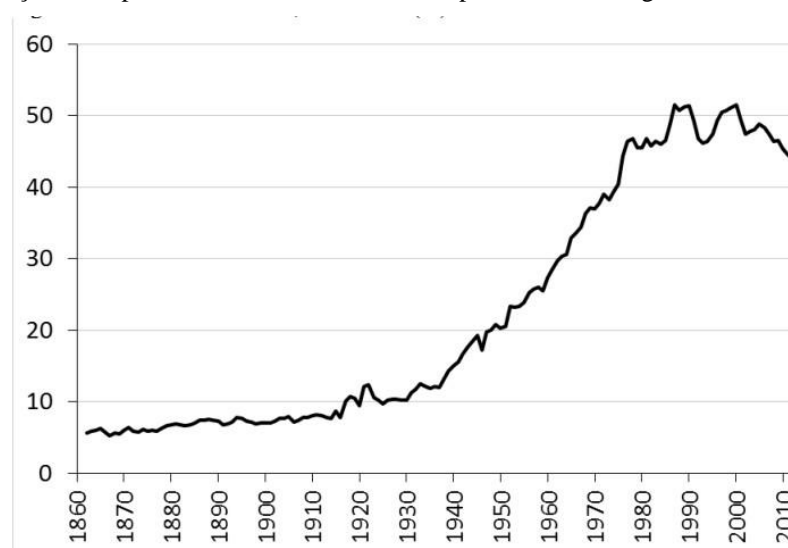
Gráfico 12 - Evolução de impostos indiretos e diretos como percentual da carga tributária da Suécia, 1900-1970



Fonte: Magnusson (2000, p. 189)

Podemos visualizar que a partir da segunda metade da década de 1940 e até meados da década de 1950, impostos diretos na Suécia compunham a maior parte do sistema tributário. Já na década de 1960 e 70, impostos indiretos e diretos apresentaram uma relação de 60/40. A taxa de impostos em relação ao PIB evoluiu substancialmente durante o século XX, desde aproximadamente 10% na década de 1930 até chegar a um ponto de máximo de 51,5% em 1987, conforme demonstrado pelo Gráfico 12.

Gráfico 13 - Evolução de impostos indiretos e diretos como percentual da carga tributária da Suécia, 1900-1970



Fonte: Henrekson; Stenkula (2015, p. 13).

A relativa progressividade do sistema de impostos do país demonstra parte do esquema redistributivo da social-democracia no país conhecido como “Modelo Sueco”. Contudo, este não foi relegado apenas à política tributária como forma prioritária para redistribuição. Segundo Ekholm (2010), o “Modelo Sueco” abrange a forma pelo qual o Estado de bem-estar social se comportou no século XX, com um forte Estado e grande setor público, bem-estar social universal financiado por taxação, cooperação entre o Estado e organizações do mercado de trabalho, equidade entre homens e mulheres e influência da social-democracia. Parte deste modelo foi delineado a partir do plano econômico elaborado pelos economistas da LO – Confederação dos Trabalhadores – Gösta Rehn e Rudolf Meidner, chamado de plano ou também modelo Rehn-Meidner. Porém, Ekholm faz uma distinção entre os dois modelos, que embora coincidam em alguns pontos, não podem ser tratados como sinônimos.

O Plano Rehn-Meidner é constituído por uma série de recomendações para que a Suécia alcançasse um equilíbrio entre crescimento econômico, pleno emprego, equidade e estabilidade de preços (ERIXON, 2000). Já exploramos neste trabalho a experiência que a Suécia teve anteriormente com políticas de estabilização de preços, defendidas por economistas como Knut Wicksell. No plano R-M, este objetivo seria alcançado primariamente por uma política econômica geral restritiva, criando mais poupança pública, que por si tornaria a financiar políticas visando maior mobilidade da força de trabalho.

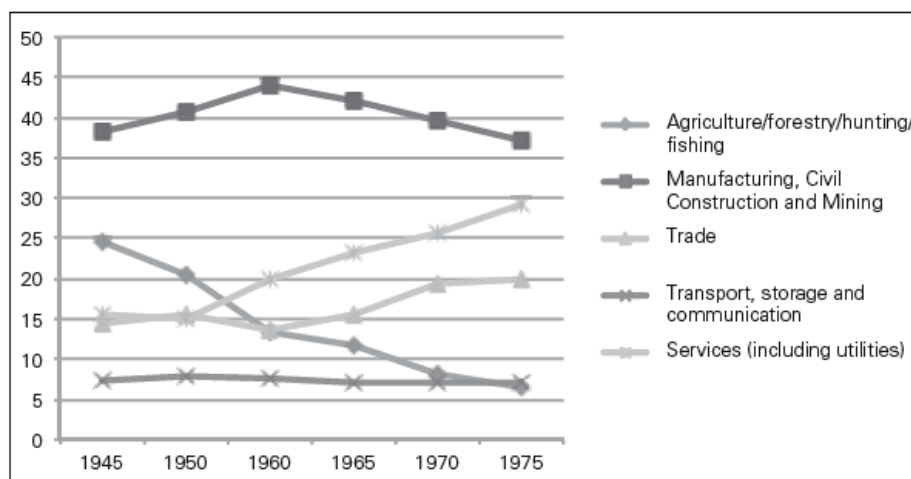
Seguindo o histórico Acordo de Saltsjöbaden, de 1938, o plano estabeleceria o Estado como intermediador da barganha coletiva dos trabalhadores por aumentos salariais, encorajando moderação na pressão sindical de aumentos salariais (ACEMOGLU; ROBINSON, 2019). Seria então instituída uma política solidária de salários, de modo que postos de trabalho idênticos necessariamente seriam remunerados de forma igualitária, independente das condições das firmas. A pressão sobre firmas que não teriam como prover esse aumento salarial em momento inicial as levaria à falência ou a investir em melhorar sua produtividade. Essa racionalização levaria tanto a um crescimento econômico mais eficiente assim como maior equidade na população. Voltaremos a explorar o plano Rehn-Meidner adiante (ver capítulo 4.2.1).

Seguindo a distinção apresentada por Ekholm (2010), o Modelo Sueco seguiu o exemplo universalista do Relatório Beveridge, que, como vimos anteriormente, já vinha sendo apoiado por esferas da sociedade sueca desde pelo menos o início do século. Isso se traduziu em generosos seguros a desempregados, cobertura de saúde e educação de qualidade universal, vindo de uma

tentativa de democratizar o sistema educacional sueco. Acemoglu & Robinson (2019) argumentam que apesar da força e governança do Estado, as reformas implementadas pelo Partido Social-Democrata foram fundamentais para fortalecer a democracia do país, o que equivale a dizer que a sociedade possuiu maior poder de controle sobre os poderes estatais, essencial para qualquer trajetória de crescimento equilibrado, segundo os autores.

Em 1948, foi criado o Conselho Sueco do Mercado de Trabalho, que atuou na coordenação e planejamento da mão de obra. A agência foi eficaz na redução do desemprego, e o Estado investiu no treinamento do excedente de trabalhadores para ocuparem cargos de maior sofisticação técnica. Representado majoritariamente pelos setores de metalurgia e engenharia, mas também contando com uma proporção expressiva do setor de serviços, foram criados mais de 100.000 postos de trabalho entre 1953 e 1963 (QUINTAS; IANONI, 2021). Podemos visualizar esse cenário no Gráfico 13, onde manufaturas, construção civil e mineração compõem mais de 35% do emprego, com aproximação do setor de serviços ao longo das décadas. Enquanto o setor de transporte e comunicação se manteve estagnado desde 1945, o setor agropecuário sofreu expressiva derrocada, partindo de 25% e chegando ligeiramente acima de 5%.

Gráfico 14 - Composição de emprego na Suécia, 1945-1975 (em %)



Fonte: Alexopoulos e Cohen, p. 42¹⁸ *apud* Quintas e Ianoni (2021, p. 11)

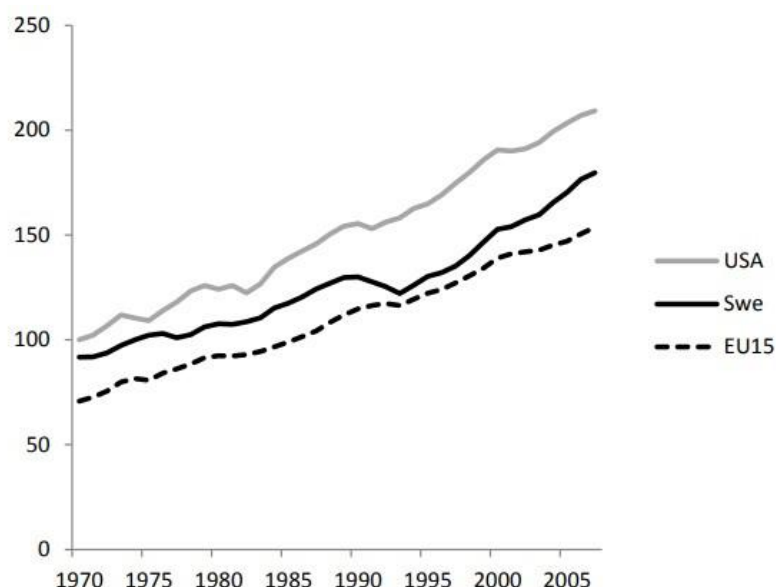
Em suma, o estilo de crescimento econômico pode ser explicado como um ciclo virtuoso entre a demanda e a oferta compatível com políticas de socialização dos incrementos em

¹⁸ A citação original não foi encontrada.

produtividade. Entre 1950 e 1975 o investimento privado atingiu uma taxa de crescimento média de 6%, enquanto a taxa de consumo público privado cresceu à média de 4,6% e 3%. O lado da oferta contou com intensa capitalização e acelerado crescimento da produtividade. Neste mesmo período, a produtividade da força de trabalho cresceu em 160%. Empresas importantes fundadas já antes de 1938 que tomavam posições oligopolistas em seus respectivos ramos e que eram orientadas ao setor externo – dentre elas a Tetra-Pak; IKEA, Electrolux, Ericsson, ASEA, Saab e Volvo – estavam entre as principais fontes de receita do país (BUENDÍA; PALAZUELOS, 2013).

O estado de bem-estar social e o modelo de crescimento econômico de sucesso da Suécia chegaram a uma eventual exaustão ao final do século XX, e na década de 1990 o país passou por um período de recessão. Conforme mostra o Gráfico 14, o PIB per capita da Suécia permaneceu ainda acima do padrão do resto da União Europeia, até mesmo nos anos 1990 (BERGH, 2011). Pode-se dizer que, mesmo com tais percalços das últimas décadas, a experiência da prioridade ao bem-estar não foi revertida, pois a Suécia conta com alguns dos índices de qualidade de vida mais altos do mundo.

Gráfico 15 - Evolução do PIB per capita real na Suécia, Estados Unidos e EU-15 (Base 100 = EUA 1970)



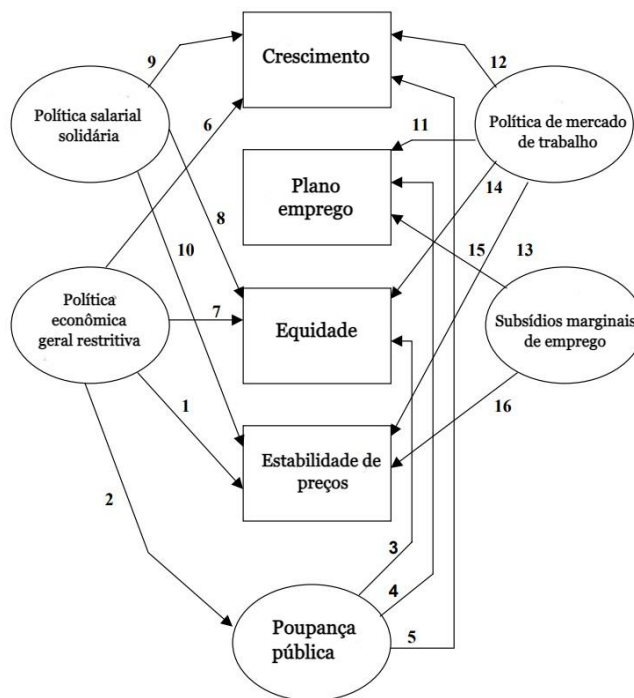
Fonte: BERGH (2011, p. 19)

Já vimos a lógica, os impactos e a validade das recomendações do Plano Rehn-Meidner aplicado primariamente entre 1950 e 1970, adiante abordaremos a relação da classe de economistas com o Modelo Sueco.

4.2.1 O plano Rehn-Meidner

Gösta Rehn e Rudolf Meidner, dois economistas associados à Confederação dos Sindicatos (LO), desenvolveram um programa econômico e de política salarial que pretendia alcançar equilíbrio entre alto crescimento, pleno emprego, redistribuição de renda e estabilidade de preços; o plano Rehn-Meidner. Tal equilíbrio seria alcançado através de política econômica restritiva, política solidária de salários, política ativa de mobilidade de trabalho, subsídios empregatícios e o aumento da poupança pública, que, por sua vez, seria resultado da política econômica restritiva (ERIXON, 2000). É possível visualizar sinteticamente a lógica do modelo na Figura 5.

Figura 5 - Meios e objetivos do plano Rehn-Meidner



Fonte: Erixon (2000, p. 8); Tradução nossa

Erixon (2010) considera o Plano Rehn-Meidner uma contribuição única da Suécia à ciência econômica, uma “terceira via” em meio a abordagens keynesianas e neoclássicas sobre política econômica. Segundo Rudolf Meidner, um dos arquitetos do projeto, o objetivo primário do plano era assegurar pleno emprego, e, em segundo lugar, equidade (MEIDNER, 1998). Em suma, o plano R-M daria continuidade às combinações acordadas entre os empregadores e trabalhadores no Acordo de Saltsjöbaden, oficializando um projeto de barganha centralizado intermediado pelo Estado. Isto é, negociações para aumento de salários de determinados postos de trabalho trariam efeito nacional, ou seja, todos receberiam o mesmo aumento, independentemente do tamanho ou produtividade da firma. O plano previa que isso geraria tanto uma compressão do diferencial de salários no país quanto incentivaria investidores do país a trabalharem para aumentar a produtividade de suas firmas. Segundo Erixon (2008), o plano R-M previa que remuneração igual para empregos iguais geraria maior eficiência na produção, através da pressão em custos em firmas menos eficientes, que deveriam procurar alternativas para aumentar sua produtividade a fim de poder assegurar o aumento salarial. Respal dava tais atitudes a convicção de que o fechamento de firmas menos competitivas e de menor produtividade contribuiria para criar um ambiente econômico mais eficiente e capaz de bancar os aumentos salariais.

Segundo os autores do projeto, uma política econômica geral restritiva, além de controlar a inflação, serviria para aumentar a poupança pública, que era preferida em relação à poupança privada e externa. Entendeu-se que a poupança pública serviria mais eficientemente para objetivos de redistribuição de renda, assim como para financiar formas de combate ao desemprego, como subsídios marginais de emprego, que no caso seria defendido a partir da década de 1970. O plano recomendava medidas anticíclicas durante a recessão, aos moldes da teoria keynesiana; contudo o que o diferencia é que incluía em seu receituário também medidas restritivas, ao lado das redistributivas (ERIXON, 2000).

Há uma certa controvérsia sobre a validade do modelo e se ele foi aplicado de forma contínua e consistente na Suécia no período Pós-Guerra. Erixon (2000) demonstra que muitas das recomendações do modelo raramente foram aplicadas, mas que o plano passou por uma “era de ouro” entre as décadas de 1950 e 1970. Foi amplamente abandonado nos anos 1980, já na década de 1990 algumas das medidas voltaram à tona, contudo o país não conseguiu combinar pleno emprego com baixa inflação. Podemos voltar à análise de Ekholm (2010) utilizando sua distinção

entre o plano Rehn-Meidner e o Modelo Sueco como uma comparação do que foi recomendado *ex-ante* e o que foi aplicado *ex-post*. Embora o autor demonstre que a prática do Modelo Sueco não manteve políticas econômicas tão restritivas quanto as recomendadas no plano R-M, assim como menor ênfase no controle da inflação, o autor mantém que, principalmente nos anos 1950 e 60, a Suécia incorporou muitas das principais características do plano, como a barganha centralizada, políticas ativas de mobilidade do mercado de trabalho e para compressão do diferencial de salários, embora estas tenham sido extrapoladas além das recomendações do plano na segunda metade do século.

Bengtsson & Stockhammer (2020) demonstram que, a partir das experiências da Suécia, Dinamarca e Noruega, foi possível analisar o impacto do aumento da participação salarial – ou *wage share* – nestas economias a partir de métodos econométricos, concluindo que incrementos nos salários aumentaram a produtividade do trabalho durante o século XX, conforme estipulava o plano R-M. O trabalho gera regressões de modelos de correção de erro (ECM) para séries temporais para consumo, investimento, exportações, importações e PIB dos países supracitados. A seguir expõe os resultados em relação ao caso da Suécia. A partir da Tabela 2, o autor conclui que um aumento de 1% no *wage share* resultou em crescimento de produtividade em 0,2% na Suécia. E do lado dos efeitos distributivos na demanda, a Tabela 3 ilustra que a variação das variáveis de consumo, importação e exportação apresentou um saldo ligeiramente positivo com a variação percentual da participação salarial na economia.

Tabela 2 - Resultados do aumento de 1% no *wage share* sobre produtividade na Suécia, Dinamarca e Noruega

	Sweden		Denmark		Norway	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Δ Productivity $t-1$			0.23*	0.28**	0.50***	0.50***
			(1.98)	(2.34)	(4.98)	(4.80)
$\Delta Y t-1$	-0.01	-0.06	0.12	0.14	0.21	0.28
	(-0.19)	(-0.70)	(1.37)	(1.57)	(0.83)	(1.02)
Δ Wage share $t-1$	-0.08	-0.08	0.35***	0.29***	0.44**	0.40*
	(-0.97)	(-1.07)	(4.63)	(3.54)	(2.34)	(1.91)
$\Delta Y t-2$	-0.02	0.04	-0.16*	-0.16*	0.18	0.14
	(-0.19)	(0.41)	(-1.88)	(-1.96)	(0.65)	(0.57)
Δ Wage share $t-2$	0.16**	0.18**	-0.00	-0.05	-0.09	-0.08
	(2.08)	(2.18)	(-0.04)	(-0.59)	(-0.40)	(-0.39)
$\Delta Y t-3$		-0.05		0.08		0.17
		(-0.65)		(0.95)		(0.66)
Δ Wage share $t-3$		0.04		-0.02		-0.04
		(0.51)		(-0.30)		(-0.16)
Constant	0.02***	0.02***	0.02***	0.02***	0.00	-0.01
	(6.10)	(6.07)	(5.89)	(3.94)	(0.06)	(-0.47)
Durbin-Watson d	2.04	1.98	1.88	2.14	1.94	1.86
AIC	-597	-598	-469	-456	-198	-188
BIC	-574	-569	-449	-431	-184	-169
Observations	133	132	90	88	82	80
Adjusted R -squared	0.20	0.21	0.58	0.58	0.31	0.29

t -statistics in parentheses. *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.1$. Denmark: 1915 and 1940 dummies not reported. Sweden: Year dummies 1918, 1942 and 1946 not reported. Effects do not change over time in Denmark. Using the real wage instead of the wage share still results in an effect of around 0.2, with no time-varying effects. Examining only the manufacturing sector in Sweden makes no difference.

Fonte: Bengtsson; Stockhammer (2021, p. 16)

Tabela 3 - Resultados do aumento de 1% sobre variáveis de demanda na Suécia, Dinamarca e Noruega

	Sweden				Denmark				Norway			
	Total	C	I	X	Total	C	I	X	Total	C	I	X
Full sample	+0.38	+0.30	-0.40	+0.49	+0.10	+0.22	-0.94	+0.51	+0.17	+0.14	0.00	+0.36
Postwar	+0.34				+0.27		-0.04		+0.19			+0.55

Note: Coefficients from preferred specification as indicated in the text. Coefficients with t -values of at least 1.3 counted. Calculations for postwar period based on period-specific coefficients when they differ from overall results (t -value at least 1 for interaction) and on period-specific shares of GDP.

Fonte: Bengtsson; Stockhammer (2021, p. 16)

O estudo de Bengtsson & Stockhammer traz conclusões interessantes a respeito do plano Rehn-Meidner e a experiência escandinava, argumentando a favor da hipótese de seus autores sobre os efeitos positivos do aumento da participação dos salários no crescimento produtivo nacional, ainda que o trabalho defenda que efeitos de inovações e investimentos em infraestrutura tenham sido mais significativos para o crescimento da economia. Evidentemente, ainda que parte desse aumento da produtividade pode dever-se a inovações, é mais difícil capturar quantitativamente os efeitos do aumento do *wage share* no investimento em tecnologia.

Mesmo sem a aplicação integral das recomendações do plano econômico elaborado por Rehn e Meidner, a partir dos estudos acima evidencia-se que este teve importante influência nas políticas do Partido Social-Democrata, que se manteve continuamente no poder até a década de 1970.

4.2.2 A Escola de Estocolmo

Vimos anteriormente que no início do século XX a Suécia contava com nomes importantes para a disseminação e contribuição à ciência econômica no país e no mundo, como Knut Wicksell, Gustav Cassel e Eli Heckscher. Muitos destes eram tutores em universidades como em Estocolmo, e nos anos 1930 uma importante geração de economistas fizeram parte de uma escola de pensamento composta por autores hoje amplamente reconhecidos como Gunnar Myrdal, Erik Lindahl e Bertil Ohlin.

Hansson (1991) define o termo “escola” como o desenvolvimento interrelacionado de um tema em comum entre seus membros. De acordo com o autor, as contribuições da Escola de Estocolmo são contempladas dentro do estudo de “métodos dinâmicos”. O termo guarda-chuva inclui estudos sobre equilíbrio temporário, equilíbrio intertemporal, assim como dinâmica sequencial de desequilíbrio. Este último, desenvolvido por Erik Lundberg e preferido por Myrdal, enquadra-se ainda como um método de equilíbrio, no qual o ponto de desequilíbrio *ex-post* de um período t equivale ao novo ponto de equilíbrio *ex-ante* do período $t+1$, que não necessariamente será o mesmo do observado *ex-post* neste mesmo período, e assim por diante. Conforme Costa (2010) explicita, parte crucial do desenvolvimento teórico da Escola de Estocolmo foi a investigação das antecipações e incertezas dos agentes econômicos na determinação do equilíbrio a longo-prazo.

Parte da análise de Hansson (1991) pretende investigar a hipótese de que a Escola de Estocolmo antecipou as ideias e os métodos advindos da Revolução Keynesiana na década de 1930. De fato, economistas da escola apresentaram ideias semelhantes às expostas por Keynes na Teoria Geral. Já em 1933, Gunnar Myrdal argumentou que a crise decorrida no período era consequência da queda da demanda efetiva, que por sua vez geraria desemprego. A solução de Myrdal, atrelada à política do ministro Wigforss, era de aumentar o gasto do governo no curto-prazo para aumentar os efeitos multiplicadores na economia (MAGNUSSON, 2000). Contudo,

Hansson chega à conclusão de que mesmo que os economistas da Escola de Estocolmo tenham desenvolvido teorias paralelamente e até mesmo anteriormente a Keynes, os métodos da escola não coincidem com métodos característicos da “revolução keynesiana” como o modelo econômico estático de preços fixos. O autor ainda conclui que a constatação de que a Escola de Estocolmo foi extinta com a disseminação dos métodos de Keynes é falsa, mostrando que muitos dos métodos dinâmicos viriam a ser utilizados posteriormente por autores pós-keynesianos. Por outro lado, Costa (2010) apresenta o ponto de vista de G. L. S. Shackle, que argumenta que as contribuições de autores importantes para o desenvolvimento da Escola de Estocolmo como Myrdal e Wicksell, dizendo que:

Foi sua paixão por ideias exatamente formuladas, claras, quantificáveis e bem identificadas que permitiu que Myrdal, ao aplicá-la às sugestões poderosas de Wicksell, dissesse, em 1931, em sueco, muito das coisas que Keynes iria dizer em 1936, em inglês [...] se a *General Theory* nunca tivesse sido escrita, o trabalho de Myrdal teria fornecido eventualmente quase a mesma teoria (SHACKLE, [1967] 1991¹⁹, p. 121-123 *apud* COSTA, 2010, p. 640)

Embora a conclusão de que os autores suecos anteciparam Keynes não seja consensual, podemos pelo menos observar temas e contribuições parecidas. O auge ou a “era de ouro” da Escola de Estocolmo acabou ao final da década de 1930, mas muitas de suas contribuições perduraram nas décadas que seguiram.

Erixon (2021) demonstra que embora os economistas Gösta Rehn e Rudolf Meidner não considerados membros ou intimamente ligados à Escola de Estocolmo de acordo com a literatura, Erik Lundberg, um dos maiores contribuintes da escola, foi o economista da escola que mais deu atenção ao Plano Rehn-Meidner durante sua concepção e aplicação. Muitas vezes crítico do plano recomendado pelos dois economistas da LO, o trabalho mostra que suas visões não eram tão contrárias conforme anteriormente foi suposto.

Uma ainda maior indicação da aproximação de Rehn e Meidner à Escola de Estocolmo é a influência indireta de Gustav Cassel sobre suas teorias sobre solidariedade de salários como um possível incremento à produtividade. Já em 1902, Cassel argumentava que maior pressão em firmas ineficientes faria com que a nação passasse por um processo de racionalização ou de maior incentivo à inovação, de acordo com os pressupostos do plano R-M. Rehn e Meidner foram ainda

¹⁹ SHACKLE, G. L. S. ([1967] 1991). *Origens da Economia Contemporânea: Invenção e Tradição no Pensamento Econômico (1926-1939)* [The Years of the High Theory]. SP, Hucitec.

alunos de Myrdal e Lundberg, e Meidner fez parte de grupo de pesquisa de Myrdal na segunda metade da década de 1930.

Ainda que ambos se considerassem discípulos dos professores da Escola de Estocolmo, as suas teorias dificilmente foram incorporadas no arcabouço do plano. Todavia, os dois aderiam ao ceticismo de Myrdal sobre teorização axiomática-dedutiva na ciência econômica. Embora os teóricos da Escola de Estocolmo não tenham influenciado fortemente as hipóteses e recomendações de Rehn e Meidner, esta instituição serviu como concretização formal da ciência econômica no país, tendo forte influência no debate público e político, atingindo regiões além dos limites nacionais e trazendo uma resposta original ao *zeitgeist* da “revolução keynesiana” da década de 1930.

5 RESULTADOS

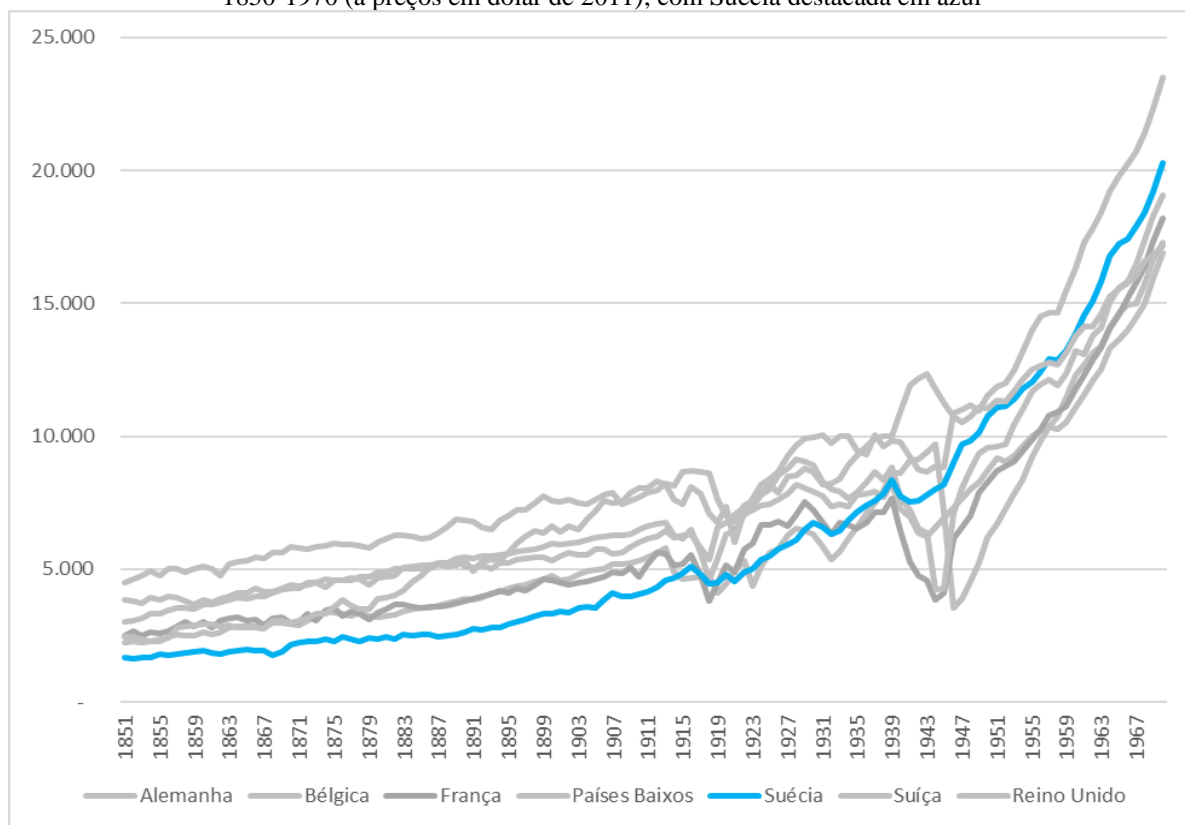
Através da exploração da literatura, como a aplicação do conceito do “Corredor Estreito” no caso sueco em Acemoglu e Robinson (2019), assim como o sistema de bem-estar social universalista aplicado na Escandinávia, investigamos a lógica e a formação histórica da Social-Democracia na Suécia. Evidencia-se que é praticamente consensual que o modelo adotado na Suécia no século XX pode ser associado à Social-Democracia. Contudo, o problema de pesquisa deste trabalho referiu-se a responder se a Suécia, em algum momento de sua trajetória histórica, também pode ser abrangida dentro do conceito do desenvolvimentismo. Social-Democracia e desenvolvimentismo são distintos tipos de intervencionismo estatal, com objetivos diferentes, porém não conflitantes. Ou seja, é possível que uma nação apresente tanto características desenvolvimentistas quanto sociais-democratas. Enquanto o desenvolvimentismo almeja superar o atraso de um país através do incentivo ao aumento da produtividade e da industrialização, o Estado Social-Democrata do século XX de países como a Suécia são prioritariamente sistemas redistributivos, ainda que possam incentivar o crescimento econômico, como o plano R-M.

Entende-se aqui que embora a experiência do século XX do plano Rehn-Meidner se caracterizasse como um projeto nacional que incorporava como objetivo o aumento da produtividade, além de outros propósitos, trata-se de uma experiência que foi consagrada historicamente como pertencente à Social-Democracia. Conforme Erixon (2000) expõe, nos anos 1940 e 50 Rehn e Meidner estavam mais preocupados com estabilização macroeconômica, e não tanto em crescimento, corroborado pela fala de Meidner já citada no trabalho, de que o objetivo primário do plano era atingir pleno emprego e secundamente melhorar a condição de equidade (ver página 94).

Przeworski (1985) define a Social-Democracia como uma organização governamental que une a defesa dos direitos dos trabalhadores, redistribuição de renda e participação democrática da população dentro dos entraves do capitalismo. De acordo com o autor, a Social-Democracia acredita na ação indireta de racionalização da economia por parte do Estado na regulação do mercado, sem alterar o *status* jurídico da propriedade privada. Evidencia-se que o período de 1938 a 1970, no qual se esteve presente a lógica do Modelo Sueco – que aqui se refere ao modelo de bem-estar social universalista mais abrangente aplicado no país – trata-se de uma experiência

de crescimento com redistribuição em uma nação já não mais atrasada em relação aos países ricos do período, como indica o Gráfico 15.

Gráfico 16 - Evolução do PIB per capita da Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos, Suécia, Suíça e Reino Unido, 1850-1970 (a preços em dólar de 2011); com Suécia destacada em azul



Fonte: Maddison Project Database (2020); Elaboração própria.

Podemos ver que a partir da década de 1920, a Suécia já começa a alcançar o resto dos países de PIB *per capita* mais altos. A partir dessa exposição, o teste do conceito de desenvolvimentismo faz sentido somente em período no qual um atraso ou pobreza relativa teve ainda de ser superado, e não necessariamente no qual o atraso já tenha sido superado. De acordo com o que já vimos, a literatura de história econômica da Suécia define o início da Revolução Industrial no país como sendo a partir do ano de 1870, no qual a produtividade começou a aumentar significativamente, assim como os níveis de renda da população. Em primeiro momento, definimos aqui o atraso relativo a ser superado como uma defasagem no PIB *per capita* sueco em relação a outros países em fase mais avançada de desenvolvimento.

Delimitado pelos marcos do ano da posse de Johan Gripensstedt como Ministro de Finanças da Suécia e o início da Primeira Guerra, o período de análise será de 1856 a 1919. Embora o Acordo de Saltsjöbaden em 1938 seja ponto de inflexão importante para a política econômica e para a sociedade sueca como um todo, sua importância é em suma maior no contexto do avanço da Social-Democracia no país, não necessariamente para a superação do atraso econômico da Suécia. Utiliza-se então o marco do estopim da Primeira Guerra Mundial, que pôs fim ao período de desenvolvimento da “Era de Ouro” do capitalismo de produção em massa na Europa, conforme em Magnusson (2000).

Voltamos agora às perguntas postuladas em Fonseca (2015) apresentadas na metodologia do trabalho a fim de avaliarmos as variáveis teste do conceito de desenvolvimentismo. São cruciais os testes de quatro variáveis para a conclusão sobre o hipotético caso de desenvolvimentismo sueco, que são:

- a) Projeto nacional de desenvolvimento;
- b) Intervencionismo estatal;
- c) Industrialização;
- d) Socialismo.

No caso deste último item a resposta negativa é necessária para que a nação-teste seja considerada dentro do conceito de desenvolvimentismo, já que o projeto desenvolvimentista procurava fazer as reformas necessárias para o desenvolvimento mantendo os marcos institucionais do sistema capitalista, como mercado e propriedade privada.

As demais perguntas correspondem a atributos adicionais ao conceito, apesar de não pertencerem ao núcleo. Expõe-se as perguntas e suas respectivas respostas abaixo.

- 1) Projeto nacional: o governo explicitou a pretensão de um projeto de “superação do atraso” para a nação, ou assumiu-se como ator ou agente relevante para a construção de um futuro desejável para o país?

Sim. Embora um projeto de desenvolvimento não foi proposto formalmente pelo governo no período – aos moldes de um plano como o Rehn-Meidner no século seguinte – a partir do “sistema Gripensstedt” do ministro J.A. Gripensstedt, o Estado sueco passou a intervir ativamente na economia não somente como agente de regulação, mas como incentivador à produção

nacional, através de políticas que visavam expandir o fornecimento de crédito às indústrias através da abertura de bancos comerciais e também no investimento em infraestrutura, como o sistema ferroviário nacional.

O sistema Gripenstedt incorporava a natureza dicotômica dos ideais do ministro, que defendia tanto a liberalização da economia quanto a essencial presença do Estado em prover meios necessários para o crescimento econômico do país. Magnusson (2004) atribui a Gripenstedt, além da cooperação com o industrialista A.O. Wallenberg nas reformas bancárias, à introdução do sistema decimal na moeda nacional e reformas no sistema monetário que se tornaram alicerces importantes para a sustentação do crescimento econômico a longo-prazo e desenvolvimento industrial nos anos que seguiram.

Mesmo com a morte de Gripenstedt em 1874, as atividades do Estado nos anos que seguiram deram continuidade à ideia dicotômica de defesa do livre-mercado e o papel de intervenção do Estado para garantir o crescimento econômico. Conforme descrito em Magnusson (2000), simplesmente estabelecer a estrutura institucional necessária para a industrialização e em seguida abandonar seu papel ativo estaria longe da realidade vivida pelo Estado no restante do desenvolvimento sueco.

Somado à abertura de bancos comerciais e à construção das ferrovias, o Estado intensificou os incentivos e benefícios para a fundação de institutos de tecnologia e escolas técnicas. Em uma análise sobre o financiamento de escolas técnicas e institutos de tecnologia entre 1850 e 1920, Nilsson e Blomberg (2021) argumentam que os benefícios instaurados pelo governo às escolas faziam parte de um objetivo político maior baseado na crença nas vantagens de novas tecnologias, que fomentariam a modernização do país e assegurariam uma posição competitiva no novo contexto industrial internacional.

A preocupação do Estado com a posição competitiva da Suécia coincidia com o atraso relativo do país em relação às nações técnica e economicamente mais avançadas da época. Conforme demonstramos anteriormente com o discurso de Hjalmar Branting do nascente movimento Social-Democrata, a noção de que a Suécia era uma “terra retrógrada” fazia parte do debate público (ver página 86).

Como previamente exposto, Gerschenkron (1953) acreditava que o crescimento econômico e o tamanho dos empreendimentos eram mais intensos de acordo com o grau de atraso relativo do país. Contudo, Jörberg (1965) conclui que o rápido crescimento econômico verificado

pela Suécia a partir da década de 1870 não foi devido primariamente ao seu grau de atraso relativo, mas a uma série de reformas institucionais aplicadas ao longo de décadas que prepararam o terreno para o desenvolvimento do país. Podemos citar as reformas agrárias ao final do século XVIII, a alta taxa de alfabetização e educação promovidas pelos atos de educação em massa desde 1842, assim como a construção da malha ferroviária, desregulamentação de antigas leis mercantilistas e expansão do sistema bancário durante o mandato de Gripenstedt.

- 2) Intervenção estatal: o governo manifestou que o crescimento/desenvolvimento econômico era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de pretender utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a implementar seu projeto, como para acelerar o crescimento econômico, mesmo que não tenha logrado êxito?

Sim. Como exposto no item anterior, o modelo político que o ministro Gripenstedt defendia combinava a força positiva do Estado na economia com a lógica do mercado. Conforme já apresentado, o “sistema Gripenstedt” incluiu o financiamento e construção de um importante sistema ferroviário, assim como a ajuda no desenvolvimento de um setor bancário relativamente sofisticado. Na crise de 1857, para salvar muitos dos novos bancos comerciais de corridas aos depósitos, o ministro estabeleceu precedente ao oferecer empréstimos do Estado, argumentando que “ninguém com uma boa consciência pode simplesmente deixar as diferentes indústrias aos seus próprios destinos” (GRIPENSTEDT *apud* MAGNUSSON, 2004²⁰).

Assim como Gripenstedt, os economistas da Suécia nos anos 1860 e 1870 eram primariamente influenciados pelas ideias de harmonia do *laissez-faire* de Jean-Baptiste Bastiat. Contudo, como estudamos ao longo do trabalho, a Suécia possuiu ao longo de sua história moderna uma tradição de economistas que defendiam regulações no mercado, como o primeiro professor em Uppsala no século XVIII, Andreas Bergh, uma característica dos tempos do mercantilismo. Magnusson (2000) admite que o liberalismo nunca conseguiu tomar muita força na Suécia, ainda com essas novas tendências. Magnusson (2004) intui que esse período ajudou a estabelecer uma linguagem dentro do estudo das ciências econômicas na Suécia na qual o consenso do convívio entre liberalismo e intervencionismo estatal contribuiu para a aceitação das

²⁰ A referência original da citação não foi encontrada.

visões keynesianas e da Escola de Economia de Estocolmo que se estabeleceram no debate econômico e político do século seguinte.

Outras iniciativas do Estado no final do século XIX fizeram parte de um contexto de maior incentivo à indústria, como a criação do Escritório Nacional de Patentes e Registros²¹ para defender as invenções e interesses de empreendedores, assim como ampliação das comunicações com investimento em telégrafos ao longo do território (MAGNUSSON, 2000). Outrossim, a educação primária e secundária aproveitou de diversos incentivos do governo, conforme vimos anteriormente.

- 3) Industrialização: o governo manifestou que a industrialização era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de ter pretendido utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a acelerar seu crescimento, mesmo que não tenha logrado êxito?

Sim. De forma similar aos itens anteriores, mostramos que no tempo de Gripenstedt, tal como nos governos que o seguiram, muitas das atividades do Estado visavam incentivar o desenvolvimento e modernização da indústria nacional. Podemos aqui citar a onda de reduções de proibições e tarifas sobre importação e exportação movidas pelo mandato de Gripenstedt, que impulsionaram a exportação do importante setor madeireiro e, como Heckscher (1963) indica, potencialmente estimulou a ascensão das indústrias de engenharia, que passaram a ser movidas primariamente pelo setor externo, na década de 1870. A política comercial e industrial foi revertida no final da década de 1880, com a aprovação de tarifas protecionistas pelo parlamento. Ainda que a eficiência de tais políticas seja debatida dentro da literatura, conforme demonstra Jörberg (1965), as respectivas ações demonstram uma preocupação mais abrangente das entidades estatais de potencializar o produto industrial nacional.

Se considerarmos a hipótese de Heckscher sobre o impacto das políticas comerciais do tempo de Gripenstedt sobre as indústrias como razoável, soma-se então mais uma contribuição ativa deste governo em impulsionar o desenvolvimento do país. Podemos mencionar ainda também, conforme já apresentamos anteriormente, o incentivo às escolas secundárias técnicas,

²¹ Tradução nossa.

com potencial de criação de novas tecnologias, que por sua vez aumentariam a competitividade da indústria sueca frente o resto dos países industriais.

Em estudo sobre o crescimento econômico da Suécia no século XIX, Jörberg (1963) demonstra a mudança de atitude do Estado sobre as aplicações para criação de sociedades limitadas. A lei de sociedades limitadas foi instituída em 1842, e até os anos 1860 a atitude do Estado era, sobretudo, restritiva, aprovando uma pequena parcela das aplicações, ao contrário dos anos a partir da década de 1870, quando praticamente todas eram aprovadas. Contudo, o autor argumenta que durante o período o Estado permaneceu regulatório, não incentivando necessariamente de forma ativa a criação de novas empresas. Ainda que se aceite a razoabilidade dessa hipótese, a troca de atitude reflete pelo menos o clima político daqueles tempos, no qual o crescimento econômico e aumento das atividades da elite nacional eram encorajados, como na inflexão que já estudamos do setor bancário no mandato de Gripenstedt.

- 4) Socialismo: o governo manifestou sua opção pelo socialismo e propôs e/ou executou medidas visando extinguir a propriedade privada ou substituir o mecanismo de mercado de formação de preços por planejamento centralizado?

Não. Não seria possível categorizar a Suécia como um país socialista aos moldes dos países do chamado “socialismo real”, como União Soviética, China e Cuba, por exemplo. Na Suécia, ainda que o papel do Estado se intensificou em alguns aspectos durante o período de Gripenstedt e durante a modernização do país, sua ação direta ocorreu somente em alguns setores específicos. A iniciativa privada foi sempre incentivada, ainda mais no período a partir dos anos 1850, com uma expansão do sistema bancário comercial privado.

Podemos ainda ressaltar o tom de contenção por parte dos sociais-democratas às ideias revolucionárias do socialismo destacadas em Przeworski (1985). Diante do levantamento por parte de Hjalmar Branting, líder do Partido Social-Democrata, do dilema da aceitação da elite frente a abolição de seus privilégios com partidos socialistas ao poder, a ala de esquerda do partido assumia que a camada dos mais ricos com certeza não seguiria curso parlamentar, recorrendo à insurreição violenta. Nota-se que, de fato, o final do século XIX e na continuidade da ascensão da Social-Democracia na Suécia no século XX, o caminho seguido foi sempre

conciliatório com a classe de empregadores e capitalistas, nunca suprimindo a existência de empresas privadas.

- 5) Capital estrangeiro: o governo manifestou que a entrada de capital estrangeiro era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de ter pretendido utilizar, instrumentos de política econômica e/ou medidas institucionais e administrativas com vistas a atrair capital estrangeiro como estratégia?

Sim. Para o financiamento da construção do sistema ferroviário, o governo contou com o Escritório Nacional de Dívida, criado durante o reino de Gustaf III, para a negociação de debêntures estrangeiros (ver página 54). Já antes desse período, o capital estrangeiro assumia um papel importante no desenvolvimento da indústria embrionária nacional, através do intercâmbio das grandes casas mercantis de Estocolmo e Gotemburgo.

Historiadores econômicos da Suécia, como Heckscher (1963) e Magnusson (2000), atribuem certo peso à importância do intercâmbio da Suécia com o contexto internacional do período, em grande parte à importação de tecnologias e capital, assim como a demanda de países a frente do processo industrial por produtos como o ferro, setor historicamente competitivo da Suécia.

- 6) Burocracia: o governo valeu-se de burocracia estatal como agente relevante para formular e/ou executar seu projeto?

Sim. Além das reformas institucionais aplicadas na primeira metade do século que expandiram os poderes de governança do Estado (MAGNUSSON, 2000), Rothstein (1998) entende que a transição para administração burocrática aconteceu, sobretudo, na década de 1870.

Rothstein (1998) exemplifica a preocupação governamental de formar quadros burocráticos para o Estado na educação superior. Além da responsabilidade financeira sobre as universidades, o parlamento instituiu que alunos que estudariam para atuarem no serviço público deveriam ser instruídos em economia, administração e legislação financeira, sob o pretexto de que era razoável esperar que estes alunos, vindo a comandar as operações administrativas do país, deveriam estar imbuídos com conhecimentos relevantes a estas atividades.

- 7) Reforma agrária: o governo manifestou que a reforma agrária era prioridade para viabilizar seu projeto e realizou, ou há evidências de ter pretendido realizar, medidas voltadas para esse propósito, mesmo que não tenha logrado êxito?

Não. Ainda que uma reforma tenha sido realizada em período anterior na Suécia, durante o período-teste não encontramos nenhum plano que tenha pretendido realizar medidas voltadas para esse propósito. Todavia, o fato de já ter havido antes uma reforma agrária em parte ajudaria explicar sua ausência no período.

- 8) Redistribuição de renda: o governo manifestou que a redistribuição de renda era prioridade para viabilizar seu projeto e utilizou, ou há evidências de ter pretendido utilizar, instrumentos de política econômica voltados a concretizá-la, por meio de aumento de salários, ou política fiscal, por meio de impostos fortemente progressivos, forma a evidenciar que a redistribuição de renda, mais que proposta para o futuro, foi vista como prioridade imediata para viabilizar seu projeto, mesmo que não tenha logrado êxito?

Não. Considerando o período de 1856-1919, o foco das políticas econômicas visava primariamente incentivar o desenvolvimento da indústria e economia do país, não estabelecendo nenhum plano formal para redistribuição de renda.

- 9) Planejamento: o governo elaborou um documento de caráter técnico para expressar seu plano de governo, com setores e metas prioritários, bem como para permitir acompanhamento ao longo de sua execução?

Não. Nenhum documento foi elaborado aos moldes do Plano Rehn-Meidner, formalizado no século seguinte, por exemplo.

- 10) Banco de desenvolvimento: o governo utilizou-se de banco de desenvolvimento, ou instituição financeira especializada em fomento à produção, para executar seu projeto?

Sim. Embora não se tenha criado um banco exclusivamente voltado ao desenvolvimento, Magnusson (2000) demonstra que durante as décadas do início da industrialização do país, instituições estatais como o Banco da Suécia, – o antigo *Riksbanken* – o Escritório Nacional de Dívida e o *Manufakturfonden*, o Fundo Manufatureiro, fundados antes à década de 1850, serviam à indústria nacional.

Para fins expositivos, apresentamos o seguinte quadro-resumo:

Quadro 1 - Resumo de teste do conceito de desenvolvimentismo para a Suécia (1856-1919)

1) <i>Projeto nacional</i>	S
2) <i>Intervenção estatal</i>	S
3) <i>Industrialização</i>	S
4) <i>Socialismo</i>	N
5) <i>Capital estrangeiro</i>	S
6) <i>Burocracia</i>	S
7) <i>Reforma agrária</i>	N
8) <i>Redistribuição de renda</i>	N
9) <i>Planejamento</i>	N
10) <i>Banco de desenvolvimento</i>	S

Com base nos resultados expostos acima, podemos observar que o caso testado da Suécia adere aos quatro atributos principais do núcleo comum do conceito de desenvolvimentismo: Projeto nacional; Intervenção estatal; Industrialização e a não ocorrência de socialismo (ou seja, dentro dos marcos formais de uma economia capitalista). Somam-se ao núcleo comum também atributos radiais, como o uso de capital estrangeiro e burocracia estatal para alcançar os objetivos propostos pelo governo, que não ferem a extensão e a intensão do conceito.

5.1 SUBDESENVOLVIMENTO EM DESENVOLVIMENTISMO

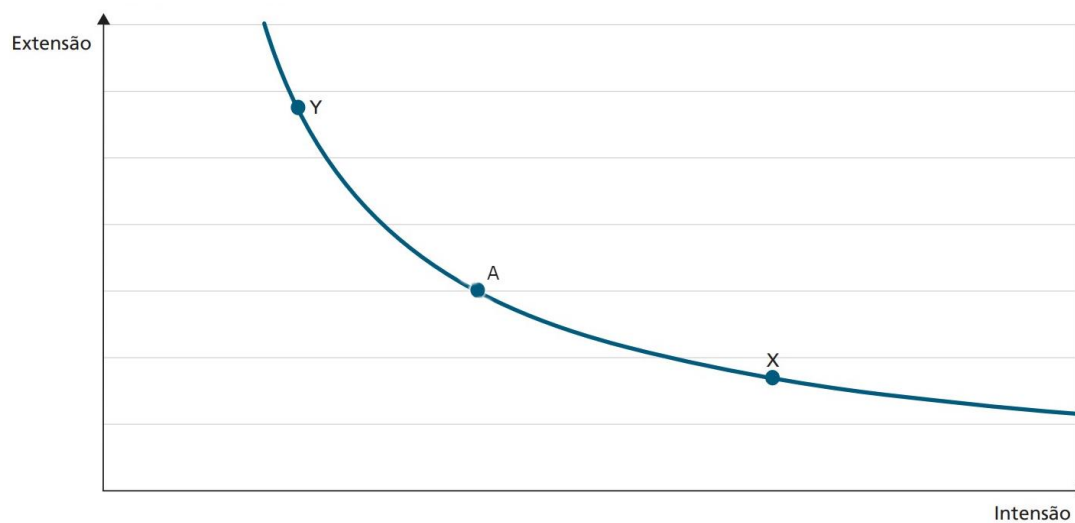
Mencionamos que para a escolha do período-teste levamos em conta o atraso econômico da Suécia em relação ao PIB *per capita* das nações mais avançadas – Alemanha, França, Bélgica e Reino Unido – assim como países de população semelhante – Países Baixos e Suíça. Contudo, deve-se atentar à hipótese implícita do desenvolvimentismo de que a rigor este tem como propósito a superação do subdesenvolvimento.

Aqui retomamos a digressão sobre subdesenvolvimento apresentada inicialmente na introdução do trabalho. A primeira definição da palavra torna-se equivalente ao termo “atraso relativo”, a que tanto nos referimos até então. O desenvolvimentismo como método de superação do atraso dialoga com a obra de Gerschenkron, que se refere à superação necessária de pré-condições para que nações atrasadas acelerem seu crescimento econômico e atinjam um patamar de desenvolvimento semelhante a países ricos.

O subdesenvolvimento referido na teoria cepalina refere-se a uma condição específica vivida em países periféricos como os da América Latina causada pelo processo de expansão do capitalismo e a difusão desigual do progresso técnico. Furtado (1961) entende que a transferência do capitalismo europeu para estruturas arcaicas e a interdependência do sistema colonialista de exploração cria uma condição de capitalismo ocasionada pelo próprio desenvolvimento dos países ricos, ou seja, assume que não é uma etapa inerente de todo processo de desenvolvimento. Fonseca (2015) refere-se ao conceito de subdesenvolvimento trabalhado por Furtado na conceituação do núcleo comum do desenvolvimentismo, texto referência para a metodologia do presente trabalho.

Isso cria um certo impasse à resolução da pesquisa, visto que a princípio seria necessária uma exploração mais aprofundada da definição do conceito de subdesenvolvimento que ultrapassa o escopo do trabalho. A fim de contornar tal dúvida, apresentamos aqui novamente a ideia de extensão versus intensão apresentada na introdução do trabalho e em Fonseca (2015). Assumimos agora por hipótese que o atual conceito de desenvolvimentismo está em um ponto inicial “A”.

Figura 6 - Extensão versus intensão do desenvolvimentismo



Fonte: Fonseca (2015); Adaptação

A extensão demasiada e inapropriada do conceito pode levar ao “alargamento” deste, conforme exposto na metodologia do trabalho. Pode-se argumentar que incluir a Suécia dentro do conjunto de países contemplados pelo desenvolvimentismo levaria a esse fenômeno, já que não se trata de um país normalmente referenciado na literatura como subdesenvolvido em algum momento de sua trajetória, deslocando assim o ponto “A” na figura acima em direção ao ponto “Y”.

Conforme exposto anteriormente, a acepção de Furtado acerca do subdesenvolvimento entende que esta não é uma etapa inerente de todas as trajetórias de desenvolvimento, mas sim um processo histórico específico pela desigualdade do progresso técnico. Associa-se a isso a expansão do capitalismo, que em parte foi caracterizada pela exportação deste sistema aos países colonizados pela Europa, que geralmente apresentaram características do subdesenvolvimento, segundo o autor. Evidentemente, não podemos incluir a Suécia nesse subconjunto de países. Entretanto, o país permaneceu por várias décadas com defasagem em relação aos países líderes da Europa e Estados Unidos e se aproximou a estes somente no início do século XX, a partir de um conjunto de medidas econômicas e reformas institucionais no século XIX que se intensificaram a partir da década de 1870. Anteriormente, como indica o Gráfico 16, a Suécia contava com índices de PIB *per capita* significativamente inferiores a parte de seus vizinhos continentais, reduzido à exportação de produtos primários, com a maior parte da população

vivendo em zona rural em nível de subsistência. Estas são características típicas de estruturas nacionais subdesenvolvidas.

Diante do dilema da extensão *versus* intensão, pode-se argumentar ainda que não há razões teóricas suficientes para limitar a classificação de desenvolvimentismo a países normalmente associados à categorização de subdesenvolvimento da América Latina, África e Ásia, já que outros países, mesmo do continente europeu, passaram em sua história por períodos com problemas estruturais semelhantes, como defasagem com relação aos países líderes em industrialização e produtividade, baixa renda per capita, concentração pessoal e regional da renda e baixos indicadores socioeconômicos. Além disso, a adequação de uma nação como a Suécia a todos os atributos integrantes necessários do núcleo comum do conceito vem referendar justamente a possibilidade dessa extensão, sem prejudicar a intensão do conceito.

6 CONCLUSÃO

A resposta positiva à pergunta inclusa no título do trabalho invoca algumas considerações sobre os conceitos de desenvolvimentismo e subdesenvolvimento assim como a implicação da pesquisa para a contextualização da trajetória de desenvolvimento de países subdesenvolvidos ou emergentes como o Brasil. Um dos objetivos da pesquisa é contribuir para o fortalecimento ou manutenção do poder explicativo da teoria do desenvolvimentismo, conforme formalizada principalmente em Fonseca (2015). A testagem de uma nação limítrofe como a Suécia poderia colocar à prova possíveis limitações do conceito ou pelo contrário, provar sua robustez.

Alguns trabalhos fazem menção à Suécia como um caso de Estado moderno com características desenvolvimentistas. Bresser-Pereira (2016) apresenta sua teoria sobre os diferentes modelos de estado desenvolvimentista ao longo da história, argumentando que todas as revoluções industriais ocorreram dentro do arcabouço institucional de estados desenvolvimentistas. De fato, o papel ativo das instituições estatais no desenvolvimento econômico de países ricos não é fato particular à Suécia. O autor insere o país dentro da classificação de modelo desenvolvimentista central tardio, um tipo de desenvolvimentismo estudado nas obras de Gerschenkron. Kuhnle e Hort (2004) apontam o acento desenvolvimentista – em inglês, *developmental* – do Modelo de Estado de bem-estar social da Escandinávia, ainda que sem muita especificidade. Quintas e Ianoni (2014) distinguem o caráter desenvolvimentista da Suécia no século XX como um caso específico que uniu simultaneamente a promoção da industrialização, aos moldes de exemplos clássicos de desenvolvimentismo na literatura, e equidade social.

No capítulo anterior, exploramos a distinção entre os conceitos de desenvolvimentismo e Social-Democracia como diferentes tipos de intervencionismo estatal, os quais, apesar de não serem excludentes, não são equivalentes. Também demonstramos que embora redistribuição de renda não faça parte do núcleo comum do conceito, não é atributo incompatível com ele. Dessa forma, a Suécia poderia ser um exemplo simultâneo de Social-Democracia e desenvolvimentismo. Contudo, argumentamos neste trabalho que características possivelmente desenvolvimentistas antecederam a consumação da Social-Democracia do Modelo Sueco, já que a superação do atraso econômico foi um processo que ocorreu ao final do século XIX e no início do século seguinte, e não na segunda metade do século XX, quando a Suécia se tornou uma das

nações líderes em termos de seu crescimento econômico relativo na Europa. É possível dizer que é bastante razoável a hipótese segundo a qual o período da Social-Democracia no século XX colheu os frutos do tempo desenvolvimentista anterior.

Como vimos até aqui, podemos caracterizar o estilo de desenvolvimento sueco conforme descrito no “Corredor Estreito” em Acemoglu e Robinson (2017), no qual o poder do Estado e da sociedade cresceu simultaneamente de forma proporcional. Paralela a maior força sindical da população e aprofundamento da democracia, a histórica representatividade da classe rural em decisões políticas e a defesa de seus interesses no parlamento não significaram necessariamente um entrave às ações do Estado em prol da industrialização. Pelo contrário, a ascensão de uma classe de camponeses ricos serviu como uma das primeiras elites industriárias do país (MAGNUSSON, 2000). Vimos ainda que os ruralistas fizeram parte da coalização do Partido Social-Democrata com movimentos sindicais industrialistas, mostrando que não se assemelhavam ao mesmo papel de elites agrárias conservadoras. Nesse contexto, a trajetória sueca se assemelha de certo modo à experiência da Coreia do Sul, onde as elites agrícolas convergiram em interesses ditos como desenvolvimentistas conforme defende Ianoni (2014). De forma parecida, Rojas (1991) atribui à herança agrária parte do sucesso na construção do Estado Social-Democrata modelado no século XX.

Se a representatividade política e econômica de classes historicamente reprimidas em outras nações, como o campesinato, compõe o aumento do poder da sociedade dentro da lógica do “Corredor Estreito”, o poder do Estado aumentou significativamente ao longo do século XIX, concomitante à transformação industrial do país. Vimos que ainda na primeira metade deste século, a administração do Estado passou por diversas reformas, a fim de garantir o aumento do poder de governança das entidades públicas. É possível argumentar, ainda, sobre a influência ideológica do cameralismo na política do setor público ao longo da história moderna e contemporânea sueca.

Intervenções estatais fizeram parte do modelo de desenvolvimento sueco desde pelo menos o início do século XIX, e reformas institucionais e administrativas promoveram condições necessárias para impulsionar o crescimento do país – exemplificado pela reforma agrária do final dos anos 1700, explorada em Olsson e Svensson (2021), assim como os sucessivos incentivos à educação e qualificação dos cidadãos e o investimento e construção do sistema ferroviário sueco.

Ainda assim, uma elite apta a investir em capital produtivo e financiar empreendimentos industriais, como a família Wallenberg, tornou-se importante a mesmo modo.

A ampla aceitação do intervencionismo e regulação do Estado na economia e a dificuldade de inserção do liberalismo na sociedade sueca foram notados em Magnusson (2000), para quem continuaram a fazer parte da história do país pelo menos até o final do auge da Social-Democracia do século XX. O plano redistributivo e de incentivo à produtividade de Rehn-Meidner, embora não aplicado com muita constância, fez parte do Modelo Sueco mais abrangente referido em grande parte da literatura – um conjunto de políticas econômicas do modelo de bem-estar universalista que contava que o Estado era necessário para prover benefícios que atingiriam toda a população – que em si serviriam para promover o crescimento no longo prazo.

Sobre a pertinência de estender o conceito de desenvolvimentismo para a Suécia, voltamos à digressão da teoria de subdesenvolvimento cepalina. De acordo com Furtado (1961), o subdesenvolvimento é um processo histórico geralmente associado a países periféricos como os da América Latina, África e Ásia, subjugados à exploração do imperialismo europeu durante a expansão do capitalismo. A transferência do sistema capitalista em desenvolvimento às estruturas arcaicas de países periféricos traria uma instabilidade inerente a esses sistemas, não conseguindo se desenvolver da mesma forma que os países centrais. A acepção de Furtado baseia-se, sobretudo, na difusão desigual do progresso técnico mundialmente. Os países “perdedores” ou relativamente atrasados nesse processo podem ser considerados subdesenvolvidos.

A Suécia não corresponde a nenhum dos dois extremos propostos pela teoria do subdesenvolvimento. Através do estudo de sua trajetória, vimos que foram poucas as experiências coloniais e menores ainda as transferências econômicas da exploração de recursos e de outras nações. Não se pode afirmar que os ganhos do colonialismo não atingiram em nenhum grau a Suécia, mas equivaler à experiência de outras nações da Europa, como a Inglaterra e a França (países que contaram com várias colônias desde o século XVII e participaram ativamente da chamada “partilha da África”, no século XIX) é no mínimo controverso. De forma análoga, de acordo com a teoria cepalina de subdesenvolvimento, ainda que a Suécia tenha sido subjugada ao papel de exportação de produtos primários até metade do século XIX, seria também equivocado colocar a Suécia na mesma classificação de nações periféricas cujas estruturas foram influenciadas pelo processo de colonização e exploração por parte de países europeus. Apesar

dessa classificação não ser usualmente associada a uma nação como a Suécia, seu atraso relativo ao progresso técnico e riqueza de outros países até o final do século XIX pode ser compreendido como uma condição análoga ao subdesenvolvimento, o qual só logrou a ser superado a partir de uma série de medidas desenvolvimentistas, executadas deliberadamente, de forma similar a outras tentativas como no Brasil no século XX.

O que dizer então sobre o estilo de desenvolvimento da Suécia? A partir de nossa análise da cronologia histórica, observamos que tanto no âmbito de estudos acadêmicos da economia, quanto no contexto político, o país sempre apresentou resistências à ideologia do *laissez-faire*. Influenciado por antigas práticas mercantilistas e potencialmente pela influência do cameralismo na burocracia estatal, a Suécia desde sempre manteve forte a presença do Estado centralizado na economia, intensificando seu papel crucial na industrialização e desenvolvimento a partir do governo do ministro J.A. Gripenstedt. Da união desses dois intervencionismos – o Desenvolvimentismo e o Social-Democrata -, respaldados pela democracia e estimulada a participação social, a Suécia conseguiu superar seu atraso e vir a se tornar uma das experiências mais exitosas de bem-estar social que, mesmo com avanços e recuos, permanece até nossos dias.

REFERÊNCIAS

ACEGLOMU, D.; ROBINSON, J. A. **The narrow corridor: States, societies, and the fate of liberty.** New York: Penguin Press, 2019.

ADAMSON, R. Finance and marketing in the Swedish iron industry, 1800–1860. **Scandinavian Economic History Review**, Jyvaskyla, v. 16, n. 1, p. 47-101, 1968. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03585522.1968.10415847>. Acesso em: 1 abr. 2023.

BENGTSSON, E. Inequality and the working class in Scandinavia 1800–1910: workers' share of growing incomes. **Investigaciones de Historia Económica - Economic History Research**, [s.l.], v. 13, p. 180-189, 2017. Disponível em: <https://lup.lub.lu.se/search/files/5412345/8514799.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BENGTSSON, E.; STOCKHAMMER, E. Wages, income distribution and economic growth: long-run perspectives in Scandinavia, 1900–2010. **Review of Political Economy**, London, v. 8, n. 1, p. 3-46, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09538259.2020.1860307>. Acesso em: 1 maio 2023.

BERDAH, J-F. The triumph of neutrality. Bernadotte and European geopolitics (1810-1844), **Revue D'Histoire Nordique**, Toulouse, n. 6-7, p. 31-94, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/342622/The_Triumph_of_Neutrality_Bernadotte_and_European_Geo_politics_1810_1844_. Acesso em 1 abr. 2023.

BERG, C.; JONUNG, L. **Pioneering price level targeting: The Swedish experience 1931-1937.** Stockholm: Stockholm School of Economics, 1998. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0304-3932\(99\)00004-5](https://doi.org/10.1016/S0304-3932(99)00004-5). Acesso em: 1 jun. 2023.

BERGH, A. **The rise, fall and revival of the Swedish welfare state: What are the policy lessons from Sweden?** Stockholm: Research Institute of Industrial Economics, 2011. Disponível em: <https://www.ifn.se/wfiles/wp/wp873.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BERGH, A. The universal welfare state: theory and the case of Sweden. **Political Studies**, Oxford, v. 52, n. 4, p. 745-766, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2004.00506.x>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro.** 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOËTHIUS, B. New light on eighteenth-century Sweden. **Scandinavian Economic History Review**, Jyvaskyla, v. 1, n. 2, p. 143-177, 1953. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03585522.1953.10410058>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Modelos de estado desenvolvimentista**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/re.v40i73.69802>. Acesso em: 1 fev. 2022.

BUENDÍA, L.; PALAZUELOS, E. Economic growth and welfare state: a case study of Sweden. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 38, n. 4, p. 761-777, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24695039>. Acesso em: 1 maio 2023

CARLÉN, S. An institutional analysis of the Swedish salt market, 1720–1862. **Scandinavian Economic History Review**, Jyvaskyla, v. 42, n. 1, p. 3-28, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03585522.1994.10415875>. Acesso em 1 fev. 2023.

CEPAL. **Estudio Economico de America Latina 1949**. Nueva York, 1951. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1003/1949_es.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, F. N. D. Dynamic method of the Stockholm School. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 625-644, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000400005>. Acesso em: 20 jul. 2023.

EAGLY, R. V. Money, employment and prices: A Swedish view, 1761. **The Quarterly Journal of Economics**, Harvard, v. n. 4, p. 626-636, 1963. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1879453>. Acesso em: 1 fev. 2023.

EDVINSSON, R. B. Swedish GDP 1620–1800: stagnation or growth? **Cliometrica**, [s.l.], v. 7, p. 37-60, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11698-012-0082-y>. Acesso em: 1 mar 2023.

EDVINSSON, R. B.; GAD, C. T. Assessing trade in the mercantilist era: evidence from a new database on foreign trade of Sweden – Finland, 1738–1805. **Scandinavian Economic History Review**, Jyvaskyla, v. 66, n. 3, p. 226-245, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03585522.2018.1516234>. Acesso em: 1 abr. 2023.

EKHOLM, E. **The Swedish model and the Rehn-Meidner model**. Jönköping: Jönköping International Business School, 2010. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:326616/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ERIXON, L. **A Swedish economic policy - the theory, application and validity of the Rehn-Meidner model**. Stockholm: Department of Economics, Stockholm University, 2000. Disponível em: http://www2.ne.su.se/paper/wp00_13.pdf. Acesso em: 1 jun. 2023.

ERIXON, L. The Rehn-Meidner model in Sweden: its rise, challenges and survival. **Journal of Economic Issues**, [s.l.], v. 44, n. 3, p. 677-715, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20778709>. Acesso em: 1 jun. 2023.

ERIXON, L. The Stockholm School in a new age – Erik Lundberg’s changing views of the Rehn-Meidner model. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 28, n. 3, p. 375-403, 2021. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09672567.2020.1819361>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ERIXON, L. The Swedish third way: an assessment of the performance and validity of the Rehn—Meidner model. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 32, n. 3, p. 367-393, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cje/bem051>. Acesso em: 1 jul. 2023.

FISHER, D.; THURMAN, W. N. Sweden's financial sophistication in the nineteenth century: an appraisal. **The Journal of Economic History**, Cambridge, v. 49, n. 3, p. 621-634, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2122507>. Acesso em: 10 maio. 2023.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. esp., p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/22046/12248>, Acesso em: 20 jul. 2023.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1961.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

GABEL, L. **The formation of a nation's leading industry: an examination of the impacts of mercantile policy on Swedish iron exports during the 18th century**. London: London School of Economics and Political Science, 2022. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/116938/1/Gabel_the_formation_of_a_nations_leading_industry.pdf. Acesso em: 1 mar. 2023.

GERSCHENKRON, A. **Economic backwardness in historical perspective**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 1961.

GRIMBERG, C. **A history of Sweden**. Rock Island, Illinois: Augustana Book Concern, 1935.

HANSSON, B. The Stockholm School and the development of dynamic method. *In*: SANDELIN, B (org.). **The History of Swedish Economic Thought**. 2 ed. New York: Routledge, 2011. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-History-of-Swedish-Economic-Thought-Routledge-Revivals/Sandelin/p/book/9780415615945>. Acesso em: 1 jan. 2023.

HANSSON, P.; JONUNG, L. Finance and economic growth: the case of Sweden 1834-1991. **Research in Economics**, Venezia, v. 51, n. 3, p. 275-301, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/reec.1997.0046>. Acesso em: 1 jun. 2023.

HARTMAN, S. The development of the Swedish educational system. *In*: CARLSON, M; RABO, A; GÖK, F (org.). **Education in 'multicultural' societies – Turkish and Swedish**

perspectives. Stockholm: Swedish Research Institute in Istanbul, 2007, p. 257-265. Disponível em: <http://swedencr.weebly.com/uploads/1/2/5/5/12559/hartman.pdf>. Acesso em: 1 jun 2023.

HECKSCHER, E. F. A survey of economic thought in Sweden, 1875–1950. **Scandinavian Economic History Review**, Jyvaskyla, v. 1, n. 1, p. 105-125, 1953. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03585522.1953.10409901>. Acesso em: 10 maio 2023.

HECKSCHER, E. F. **An economic history of Sweden**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1963.

HENREKSON, M.; STENKULA, M. **Swedish taxation since 1862: an overview**. Stockholm: Research Institute of Industrial Economics, 2015. Disponível em: <https://www.ifn.se/wfiles/wp/wp1052.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

HULTQVIST, S.; HOLLERTZ, K. Individual need and societal claims: challenging the understanding of universalism versus selectivism in social policy. **Social Policy & Administration**, Oxford, v. 55, n. 3, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/spol.12680>. Acesso em: 1 jun. 2023.

IANONI, M. Teoria do Estado desenvolvimentista: uma revisão de literatura. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 24, p. 81-105, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344233261_Teoria_do_Estado_developimentista. Acesso em: 10 jul. 2023.

JOHNSON, H. C. The concept of bureaucracy in cameralism. **Political Science Quarterly**, New York, v. 79, n. 3, p. 378-402, 1964. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2145906>. Acesso em: 1 mar. 2023.

JONUNG, L. **In pursuit of a stable stabilization policy in Sweden. From the gold standard to inflation targeting and beyond**. Lund: Department of Economics and Knut Wicksell Centre for Financial Studies, Lund University, 2019.

JÖRBERG, L. Some notes on competition and cooperation in Swedish industry in the Eighteen Seventies and Eighteen Eighties. **Economy and History**, Jyvaskyla, v.1, n. 1, p. 34-42, 1958. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00708852.1958.10418863>. Acesso em: 1 fev. 2023.

JÖRBERG, L. Structural change and economic growth: Sweden in the 19th century. **Economy and History**, Jyvaskyla, v. 8, n. 1, p. 3-46, 1965. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00708852.1965.10418997>. Acesso em: 1 abr. 2023.

KARLSSON, P-A. Housekeeping ideology and equilibrium policy in eighteenth-century Sweden. **Scandinavian Economic History Review**, Jyvaskyla, v. 37, n. 2, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03585522.1989.10408143>. Acesso em 1 mar. 2023.

KENT, N. **A concise history of Sweden**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107280205>. Acesso em: 1 jan. 2023.

KUHNLE, S.; HORT, S. E. O. **The developmental welfare state in Scandinavia**. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development Programme on Social Policy and Development, 2004.

LANDES, D. S. Why are we so rich and they so poor?. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 80, n. 2, p. 1-13, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2006534>. Acesso em: 1 jul. 2023.

LARSSON, J. Boundaries and property rights: the transformation of a common-pool resource. **The Agricultural History Review**, Bristol, v. 62, n. 1, p. 40-60, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43697952>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LJUNBERG, J. About the role of education in Swedish economic growth, 1867-1995. **Historical Social Research**, Köln, v. 27, n. 4, p. 125-139, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20757955>. Acesso em: 1 fev. 2023.

LUNDAHL, M. **Seven figures in the history of Swedish economic thought**. London: Palgrave Macmillan, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/9781137293091>. Acesso em: 1 jan. 2023.

MADDISON PROJECT. **Maddison Project Database 2020**. Groningen: University of Groningen, 2022. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020?lang=en>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MAGNUSSON, L. Corruption and civic order — natural law and economic discourse in Sweden during the age of freedom. **Scandinavian Economic History Review**, Jyväskylä, v. 37, n. 2, p. 78-105, 1989. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03585522.1989.10408144>. Acesso em: 1 mar. 2023.

MAGNUSSON, L. Economics and the public interest: the emergence of economics as an academic subject during the 18th century. **The Scandinavian Journal of Economics**, Stockholm, v. 94, p. S249-S257, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3440264>. Acesso em: 1 abr. 2023.

MAGNUSSON, L. **An economic history of Sweden**. New York: Routledge, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203451151>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MAGNUSSON, L. **The tradition of free trade**. London & New York: Routledge & Taylor Francis Group, 2004. Disponível em: [https://www.daastol.com/books/Magnusson,%20The%20Tradition%20of%20Free%20Trade%20\(2004\).pdf](https://www.daastol.com/books/Magnusson,%20The%20Tradition%20of%20Free%20Trade%20(2004).pdf). Acesso em: 1 jun. 2023.

MAGNUSSON, L. Gustav Cassel, popularizer and enigmatic Walrasian. In: SANDELIN, B (org.) **The history of Swedish economic thought**. 2 ed. New York: Routledge, 2011. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-History-of-Swedish-Economic-Thought-Routledge-Revivals/Sandelin/p/book/9780415615945>. Acesso em: 1 jan. 2023.

MAGNUSSON, L. Comparing cameralisms: the case of Sweden and Prussia. *In*: SEPPEL, M. **Cameralism in practice: state administration and economy in early modern Europe**. Woodbridge: The Boydell Press, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7722/j.ctt1t6p64s>. Acesso em: 1 abr. 2023.

MANNINEN, J. Anders Chydenius and the origins of world's first freedom of information act. *In*: MUSTONEN, J (org.) **The world's first freedom of information act**. Kokkola: Anders Chydenius Foundation, 2006. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB568-FOIA@250/bullet2.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

MCCLOSKEY, D. Open Field System. *In*: EATWELL, J; MILGATE, M; NEWMAN, P (org.) **The new palgrave: the world of economics**. London: The Macmillan Press Limited, 1991. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-21315-3_68. Acesso em: 1 fev. 2023.

MEIDNER, R. The Rise and Fall of the Swedish Model. **Challenge**, White Plains, v. 41, n. 1, p. 69-90, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40721810>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MELLO, J. M. C. D. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MÜLLER, L. Swedish shipping industry: a European and global perspective, 1600-1800. **Journal of History for the Public**, v. 6, p. 30-47, 2009. Disponível em: https://www.let.osaka-u.ac.jp/seiyousi/vol_6/pdf/JHP_6_2009_30-47.pdf. Acesso em: 1 mar. 2023.

NILSSON, F. L.; BLOMBERG, N. Transforming and financing intermediate-level technical of mass schooling in Sweden. *In*: WESTEBERG, J.; BOSER, L.; BRÜHWILER, I (org.). **School Acts and the Rise of Mass Schooling**. Palgrave Macmillan, 2019. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1742173/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2023.

OHLIN, B. Tendencies in Swedish Economics. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 35, n. 3, p. 343-363, 1927. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1822053>. Acesso em: 1 jun. 2023.

OLSSON, M.; SVENSSON, P. Agricultural growth and institutions: Sweden, 1700-1860. **European Review of Economic History**, Cambridge, v. 14, n. 2, p. 275-304, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1361491610000067>. Acesso em: 1 mar. 2023.

PRZEWOSKI, A. **Capitalism and social democracy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985

QUINTAS, F. M.; IANONI, M. The Rehn-Meidner plan and the Swedish development model in the golden years. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 3-22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3062>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ROJAS, M. The “Swedish model” in historical perspective. **Scandinavian Economic History Review**, Jyvaskyla, v. 39, n. 2, p. 64-74, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03585522.1991.10408217>. Acesso em: 1 fev. 2023.

RÖNNBÄCK, K.; MÜLLER, L. Swedish East India trade in a value-added analysis, c. 1730–1800. **Scandinavian Economic History Review**, Jyvaskyla, v. 70, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03585522.2020.1809511>. Acesso em: 1 mar. 2023.

RYDÉN, G. Balancing the divine with the private: the practices of hushållning in eighteenth-century Sweden. In: SEPPEL, M. **Cameralism in practice: state administration and economy in early modern Europe**. Woodbridge: The Boydell Press, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7722/j.ctt1t6p64s>. Acesso em: 1 abr. 2023.

SALOMÃO, I. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 421-442, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3220>. Acesso em: 1 mar 2022.

SANDELIN, B. Introduction. In: SANDELIN, B (org.) **The History of Swedish Economic Thought**. 2 ed. New York: Routledge, 2011, p. 1-10. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-History-of-Swedish-Economic-Thought-Routledge-Revivals/Sandelin/p/book/9780415615945>. Acesso em: 1 jan. 2023.

SCHNAKENBOURG, E. Sweden and the Atlantic: the dynamism of Sweden’s colonial projects in the eighteenth century. In: NAUM, M; NORDIN, J. M. **Scandinavian colonialism and the rise of modernity**. New York: Springer, 2013, p. 229-242. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-1-4614-6202-6>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SILVESTRE, J. Wicksell, Lindahl and the theory of public goods. **The Scandinavian Journal of Economics**, Stockholm, v. 105, n. 4, p. 527-553, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3441130>. Acesso em: 1 maio 2023.

UHR, C. G. David Davidson: the transition to neoclassical economics. In: SANDELIN, B (org.) **The history of Swedish economic thought**. New York: Routledge, 2011. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-History-of-Swedish-Economic-Thought-Routledge-Revivals/Sandelin/p/book/9780415615945>. Acesso em: 1 jan. 2023.

UHR, C. G. Knut Wicksell, neoclassicist and iconoclasta. In: SANDELIN, B (org.) **The history of Swedish economic thought**. 2 ed. New York: Routledge, 2011. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-History-of-Swedish-Economic-Thought-Routledge-Revivals/Sandelin/p/book/9780415615945>. Acesso em: 1 jan. 2023.

VALOCCHI, S. The origins of the Swedish welfare state: a class analysis of the state and welfare politics. **Social Problems**, Oxford, v. 39, n. 2, p. 189-200, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3097037>. Acesso em: 1 jun. 2023.

WADENSJÖ, E. Carl Adolph Agardh - an economist in advance of his time. **European Journal of Political Economy**, Amsterdam, v. 7, p. 215-228, 1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0176-2680\(91\)90008-Q](https://doi.org/10.1016/0176-2680(91)90008-Q). Acesso em: 1 mar. 2023

WESTBERG, J. Basic Schools in Each and Every Parish: the School Act of 1842 and the Rise. *In: WESTBERG, J.; BOSER, L.; BRÜHWILER, I. School acts and the rise of mass schooling.* London: Palgrave, 2019. p. 195-222. Disponível em: https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-030-13570-6_9.pdf?pdf=inline%20link. Acesso em: 1 mar. 2022.

WESTBERG, J. Were there national school systems in the nineteenth century? The construction of a regionalised primary school system in Sweden. **Journal of the History of Education Society**, [s.l.], v. 51, n. 2, p. 184-206, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0046760X.2021.1985627>. Acesso em: 1 mar. 2023.

WETTERBERG, G. **Money and power:** from Stockholms Banco 1656 to Sveriges Riksbank today. Stockholm: Sveriges Riksbank, 2009. Disponível em: <https://www.riksbank.se/en-gb/about-the-riksbank/history/money-and-power--the-history-of-sveriges-riksbank/>. Acesso em: 1 abr. 2023.

WETTERBERG, G.; MIKIVER, A-L. **Sveriges Riksbank – a 350-year journey.** Stockholm: Sveriges Riksbank, 2019. Disponível em: <https://www.riksbank.se/globalassets/media/riksbanken-350-ar/digital-skrift/sveriges-riksbank-a-350-year-journey.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2023.